Diário de Lisboa

CONCURSO 58 ANOS

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Maio 1979
Quarta-feira
16

ANO 59.º
N.º 19 956
10$00

MUDANÇA SÚBITA DE ESTRATÉGIA?

Quinto Governo poderá ter "base PS"

A pouca maleabilidade da posição do PSD face às hipóteses de saída da crise, a alteração do quadro parlamentar com a introdução de um vasto grupo de deputados independentes, a necessidade de reintroduzir na política portuguesa o espírito do 25 de Abril e a letra da Constituição, a necessidade de preservar a estabilidade social na zona da Reforma Agrária e a correcção da desestabilização gerada pelo IV Governo na Comunicação Social, são algumas das razões que motivam o Partido Socialista a repensar a sua estratégia. A saída da crise poderá estar na saída mais consentânea com o quadro institucional que temos: a formação de um V Governo que tenha uma base PS e um apoio claro de base parlamentar, para além de um explícito comprometimento presidencial.

O Partido Socialista, não enjeitando as suas responsabilidades enquanto partido mais votado e como detentor de mais do dobro de deputados que qualquer outro grupo parlamentar ou conjunto de deputados, encararia a hipótese de reestabelecer a dinâmica própria das democracias representativas.

A iniciativa de um V Governo desta natureza não deve ser tomada entusiasticamente. A iniciativa de tal passo cabe ao Presidente da República, esgotadas que sejam as possibilidades de formação de um novo Executivo extrapartidário de confiança presidencial ou a realização de um acordo interpartidário. Dada a conhecida posição de Belém sobre a realização de eleições intercalares e a necessidade de derrubar o IV Governo, fica aberta a possibilidade de o Partido Socialista voltar ao Governo.

Entrevista com António Reis nas págs. 10 e 11

Como se vão transportar amanhã?

Cerca de mil maquinistas ameaçam paralisar amanhã a maioria dos comboios do País

Uma greve de 12 horas determinada por organizações sindicais paralelas e absolutamente minoritárias poderá afectar, de forma mais ou menos profunda, a circulação ferroviária em todo o País. Essa greve, justificada por reivindicações meramente sectoriais e atentatórias da unidade dos trabalhadores ferroviários face à necessidade de negociarem um Acordo Colectivo de Trabalho para o conjunto dos 27 mil empregados da CP, será iniciada às zero horas de hoje.

Esta iniciativa dos sindicatos «amarelos» do sector ferroviário segue-se a uma greve de duas horas que as organizações representativas da grande maioria dos ferroviários tinham determinado no passado dia 9. Teve-se, então, em conta a necessidade de não prejudicar as populações trabalhadoras.

A greve dos paralelos tem como força motriz o facto de englobar cerca de 85 por cento dos maquinistas da CP. No entanto, e dado que a decisão de greve não terá resultado de uma discussão e de um largo consenso, é de prever que nem todos os filiados nas organizações paralelas dêem a sua adesão a esta «luta».

A gerência da CP desenvol-

Continua na pág. 24

"NOVO" OGE TAMBÉM NÃO ALTERA NADA

Portugueses com o cinto cada vez mais apertado

Já sem hipóteses de apertar mais o cinto, a população portuguesa vai enfrentar um panorama francamente sombrio com a execução do «novo» Orçamento, entregue ontem pelo Governo ao presidente da Assembleia da República, e que, no essencial, nada altera as medidas gravosas para o já degradado nível de vida da generalidade dos cidadãos, previstas na versão derrotada em 22 de Março último.

Prevendo um défice de 19,162 milhões de contos (o documento derrotado previa o equilíbrio receitas-despesas) a ser coberto através do endividamento interno e externo, o Orçamento que o ministro Gonçalves Ribeiro (MAI) entregou a Teófilo Carvalho dos Santos e aos Grupos Parlamentares tem ainda como novidades frisantes em relação ao anterior projecto a aplicação em parte da Lei das Finanças Locais e a nova formulação do imposto extraordinário que abrangerá agora 35 por cento do décimo-terceiro mês com isenção dos reformados e pensionistas.

Enquanto sujeita as contribuições predial e industrial a taxas de 4,4 e 5 por cento, o novo

Continua na pág. 24

NESTA EDIÇÃO

MESA REDONDA SOBRE O sector do comércio e a economia nacional

O ABORTO EM QUESTÃO

Começou o julgamento de Maria Antónia Palla

Pág. 24

Antónia Palla e a sua advogada de defesa, dra. Lia Viegas, trocam impressões acerca do processo

Inquérito ao leitores

Quando apresentámos o nosso INQUÉRITO AOS LEITORES fomos claros quanto ao objectivo visado: estreitar a ligação entre os que fazem o «DL» e os leitores do «DL». Temos recebido muitas respostas. Mas, pretendemos que todos tenham a possibilidade de se pronunciarem. Repete-se, hoje, na pág. 15, a publicação do INQUÉRITO AOS LEITORES. Os amigos deste jornal têm uma oportunidade de manifestarem concretamente o seu interesse, dizendo o que pensam do «Diário de Lisboa». A resposta ao INQUÉRITO é, também, uma forma de apoio, uma contribuição para que o jornal melhore, uma informação precisa para os que fazem o «Diário de Lisboa».

HOJE
6.º CUPÃO
DL CONCURSO
TODOS OS DIAS
UM CADERNO ESPECIAL
HOJE
1956

TRIBUNA LIVRE

Maria Antónia Palla

Manuel Silvestre

A propósito de um julgamento que hoje ocorre no Tribunal da Boa-Hora, por co-autoria de um programa exibido pela RTP, em 1976, intitulado «O aborto não é crime».

A frase bíblica de que «quem não é por nós é contra nós» comunica muito pouco, como o prova a inteligência humana e, só por si, jamais dará força a quem a usa. A comunicação tem leis e técnicas de comunicar. Se o programa em causa, por exemplo, fosse orientado, exclusivamente, para defender ou atacar a legalização do aborto, sem apresentar uma posição crítica a esta realidade, conotando-a com o planeamento familiar e a contracepção, o programa não teria o impacto que obteve nem se revestiria do carácter perigoso para quem pretende que não se comunique sobre tal assunto. O programa comunica porque ele não ataca nem defende, mas porque apresenta uma realidade social com autenticidade e sobre a qual suscita uma atitude crítica, de reflexão, por parte de quem o vê. E por isso entram em crise preconceitos morais e princípios legais.

Na imprensa não objectiva e facciosa disse-se, na altura que o programa foi exibido, que o público português – os seus sentimentos – ficou chocado. facciosismo é a qualificação dada pela sociologia a quem considere que entre os telespectadores portugueses só há um público – um só sentimento. Em rigor há vários públicos, vários grupos de opinião, agrupáveis, se quisermos, até ao limite do «cada cabeça sua sentença».

A verdade é que, atidos ao público possuidor de um recorte psicológico definível por um certo cruzadismo, como o de telefonar para protestar para a RTP, que tem o telefone à mão e não pensa no custo de uma chamada telefónica, não se pode inferir que as opiniões contra são mais numerosas que as a favor. Além disto, a RTP só deve registar, praticamente, protestos, pois, como se sabe, quem apoia ou gosta do que ouve e vê não telefona, dado o facto da emoção de concordância nunca se apresentar tão intempestiva como a de repulsa.

Já Hans Speir dizia que «frequentemente é considerada como Opinião Pública a opinião revelada a outro». Tão frequentemente quanto erradamente, acrescente-se, com os votos de que nem a nossa RTP nem ninguém restrinjam a Opinião Pública portuguesa à dos que para lá telefonam. Parece que a única generalização possível, nesta matéria, é a de que «os mais mal informados e os mais ignorantes terão opiniões mais ligadas a preconceitos ou emoções». Daqui resultará, certamente, o interesse de certos grupos de opinião, que se apresentam coincidentes com os de certas instituições religiosas e políticas, em manter inalteráveis a extensão (a quantidade) e a intensidade (a qualidade) da Opinião Pública.

Subsidiado por Albin Toffler, o célebre autor de **O Choque do Futuro**, há que evitar e combater o estado de espírito que coloca a dúvida sobre o que a nossa cultura chama de razão e realidade. É isto que se pretendia com a série de programas da RTP «Nome-Mulher» e, nomeadamente, com o programa «Aborto não é Crime». Jamais um jornalista, ao dar testemunho de uma realidade, de uma realidade que não lhe é própria porque é social, pode trabalhar em segurança e liberdade se sobre esse testemunho pairar a ameaça de o sentar no banco dos réus. O jornalista é um desprotegido, apesar do tão falado poder da informação. Ao levantar o véu sobre a realidade, o jornalista inicia, muitas vezes, um fluxo de poder para aqueles que sabem como o processo do poder funciona, e o dominam, passando os jornalistas da simples origem da informação e do domínio intelectivo da realidade a serem considerados parte da realidade a esconder, a silenciar, a condenar. Foi assim com o holandês Pierre Van Passen, o brasileiro Herzog e muitos outros, que desde a eliminação física ao desemprego viram cortado cerce o seu direito e dever de dar testemunho da realidade.

Factos distintos, o testemunho da realidade e a própria realidade podem, todavia, conexar-se. E é isso que aqui acontece. O jornalista denota a realidade. O Ministério Público conota a sua existência com o jornalista. Guttenberg também visualizou a máquina de impressão observando um grupo de pessoas amassarem uvas. Conexão criativa, sem dúvida, a do cérebro privilegiado do pai da imprensa. No tribunal da Boa-Hora assiste-se a uma conexão sem aquela grandeza. A conexão da jornalista à realidade por ela testemunhada pretende pô-la no mesmo saco da realidade que os interesses da opinião retrógrada e os do mercado negro do aborto pretendem silenciar, não discutir.

Considerações a propósito do «país real», tão necessitado de imaginação. Para Benjamin Disraeli «o homem é feito para criar, do poeta ao oleiro». Chegou à Boa-Hora a hora-boa de se pôr num prato da balança o testemunho novo e aberto sobre a realidade velha e escondida e no outro prato da balança essa mesma realidade, que forças do obscurantismo pretendem perpetuar, como se obrigassem os poetas e os oleiros a enterrar a cabeça na areia das convenções estupidificantes dos homens e das mulheres portugueses. «Quem deve ser o tenor da orquestra é quem tem voz de tenor e não de barítono». Como quem teria a palavra avalizada nesta matéria seria um tribunal da consciência e dos direitos das mulheres portuguesas. Com todo o respeito – proverbial e sincero – pela justiça portuguesa, temo que uma voz de barítono se faça ouvir no oportuno e delicado momento da entrada do suprano, como delicada e elevada é a consciência das mulheres portuguesas, já demais violentada pela exploração social e legal a que o 25 de Abril trouxe esperança de pôr termo.

* **pseudónimo, evidentemente**

Jovens portugueses participam em competições de prevenção Rodoviária Internacional

Seis jovens dos distritos do Funchal, Porto, Coimbra, Guarda e Viseu vão representar Portugal nas finais das competições de circulação ciclista e velocipédica da prevenção rodoviária internacional.

Luís Carlos Sá Pereira Ramalho, de 16 anos, do Liceu Nacional da Póvoa de Varzim (distrito do Porto) foi o vencedor das provas de apuramento nacional do concurso juventude e segurança rodoviária.

Com ele viajará para Madrid, com vista às finais marcadas para os próximos dias 22 a 26, António Nicolau Camacho Dantas da Escola Secundária Francisco Franco, da Madeira. Quanto à taça escolar internacional, o vencedor foi Guido Rui Teixeira Pereira da escola secundária de Machico (distrito do Funchal).

Também foram apurados Paulo Jorge Figueiredo Nunes do Liceu Nacional Dom Duarte, de Coimbra, José Manuel Teixeira Pereira da Escola Secundária de Machico (distrito do Funchal. Foram igualmente apurados Paulo Jorge Figueiredo Nunes do Liceu Nacional Dom Duarte, de Coimbra, José Manuel Teixeira Torres do Externato de São Pedro, da Guarda, e Vítor Filipe Loureiro Gomes da escola secundária de Santa Comba Dão, distrito de Viseu.

As competições organizadas pela Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP) em colaboração com o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), destinam-se a avaliar o conhecimento sobre regras de trânsito e a capacidade de domínio da bicileta e motociclos. Depois de uma primeira fase efectuada em escolas móveis de trânsito, que para o efeito se deslocaram a dezenas de estabelecimentos de ensino de todo o País, foram escolhidos os finalistas distritais.

Estes quarenta jovens, dos 12 aos 15 anos (taça escolar para bicicleta) e dos 16 aos 18 anos (concurso para motociclos), representando todos os distritos do continente e regiões autónomas participaram nas finais nacionais, concluídas no sábado, no Estádio Universitário, em Lisboa.

Na cerimónia de entrega de prémios, que decorreu ontem à noite, num hotel da capital, o presidente do conselho directivo da PRP, Humberto Albarraque, pôs em relevo a importância desta iniciativa, com 12 anos de existência, na sensibilização da juventude para a utilização adequada das vias de comunicação.

«Se, no que respeita aos adultos, o nosso papel é o de informar, quanto aos jovens a Prevenção Rodoviária Portuguesa pretende cumprir a missão de formar», segundo o presidente.

Na cerimónia estiveram presentes representantes do Ministério dos Transportes, da Brigada de Trânsito da GNR, e da Secção de Trânsito da PSP, além de outras individualidades.

DL

Uma série de pequenas avarias no equipamento electrónico das nossas oficinas provocouum ligeiro atraso da saída do «Diário de Lisboa» de ontem, motivo pelo qual pedimos desculpa aos nossos leitores que eventualmente não o tenham podido ler, como habitualmente. Por outro lado, a corrida que se fez para recuperar o tempo perdido com essas avarias levou a um lapso na inserção de um anúncio do Teatro Nacional, que foi impresso em negativo e, portanto, de muito difícil leitura... Ao Teatro Nacional, cujo anúncio hoje repetimos, as nossas desculpas.

• Publicamos hoje o sexto cupão da 2.ª série, referente a 1956 e que tem o n.º 6. O leitor deve recortá-lo e, com os novos 29 cupões mais o boletim de identificação ficará com uma colecção completa.

• Esta 2.ª série, também terá 30 cupões, igualmente numerados de 1 a 30 e com os quais pode completar a sua colecção da 1.ª série no caso de ainda lhe faltar algum número. Com efeito, muito embora a miniatura dos jornais seja diferente, os números são iguais e os cupões são válidos para as duas séries. Em resumo, fazemos o possível para não complicar a vida ao leitor!

• Poderá, assim, completar duas colecções **e ficar com** o dobro de possibilidades **no sorteio final, além de que beneficiará da leitura de um jornal que precisa do apoio dos seus leitores, e de 30 cadernos especiais com textos e imagens de um tempo já próximo – 1951 a 1979 – que serão publicados no decurso da 2.ª série.**

• O leitor tem tempo (pelo menos mais de um mês, e meio) mas, se quiser, pode ir enviando as suas colecções. Recorde-se: as colecções que quiser, mas apenas uma em cada sobrescrito e obrigatoriamente pelo correio. **O boletim de identificação deve ser preenchido com letra bem legível, com o nome tal como figura no bilhete de identidade. Se quiser, pode indicar o nome do seu vendedor habitual, e remeta para DL/CONCURSO – Rua Luz Soriano, 44 – 1200 LISBOA**

Diario de Lisbôa

DIRECTOR – JOAQUIM MANSO

Morreu o dr. Joaquim Manso

fundador e director do «Diário de Lisboa»

homem de letras, homem de espírito • homem de coração

Síntese de uma vida

A doença e a morte

Notas biográficas

6

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

RECORTE E GUARDE ESTE CUPÃO...

Leitor: para já, recorte e guarde este boletim (bem como o cupão numerado), pois só no fim da publicação da 2.ª Série (e vamos agora a dois terços da 1.ª Série) os irá utilizar.

Nessa data, que anunciaremos, o leitor deverá enviar para o «DL» a colecção completa de 30 cupões numerados de 1 a 30 acompanhada deste boletim de identificação, preenchido com letra bem legível, e indicando o seu nome completo, tal como figura no bilhete de identidade. **E não se esqueça de indicar também o seu vendedor!**

...E O BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO

CONCURSO DL **N.º**

BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME _____

MORADA _____

TELEFONE _____ _____

VENDEDOR OU ESTABELECIMENTO ONDE ADQUIRIU OS JORNAIS

NOME _____

MORADA _____

CONCURSO DL **N.º**

TALÃO-RECIBO

NOME _____

_____

MORADA _____

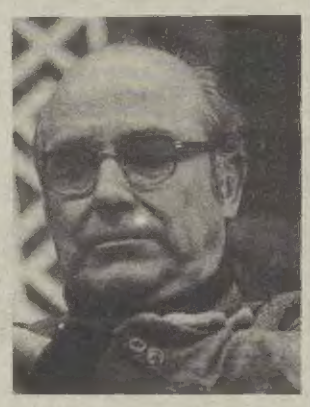
_____

Este talão serve apenas para informação do concorrente no que respeita ao número que lhe foi atribuído, não constituindo prova de que a colecção de cupões enviada esteja nas condições previstas no regulamento, o que só será apurado na altura do sorteio. ☐

ponto a ponto

As comemorações do Dia da Marinha, no próximo dia 7 de Julho, vão ter por palco principal a cidade do Porto. De entre as iniciativas programadas pelas autoridades navais e que contam com a colaboração da Câmara Municipal portuense, cita-se uma exposição subordinada aos temas marítimos, que estará patente na Casa do Infante.

O Presidente da República recebeu ontem o deputado Vasco da Gama Fernandes, que deverá ter informado o general Eanes da sua visita a Madrid, como «enviado especial do presidente». Não é ainda conhecido publicamente o teor da mensagem de Eanes que o antigo presidente da Assembleia da República entregou ao chefe do Governo espanhol.



Regressou ontem de Paris a delegação do Partido Comunista que assistiu ao XXIII Congresso do PCF. Compunham a delegação, que também participou num comício de solidariedade internacionalista realizado em Toulon, Sérgio Vilarigues e Rosa Rabiais.

O Papa João Paulo II celebrará na próxima quarta-feira, uma missa em honra do 800.º aniversário do reconhecimento de Portugal como nação independente. Assistirão à cerimónia os embaixadores de Portugal em Roma e no Vaticano e o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. No final da cerimónia serão oferecidas ao Papa medalhas comemorativas.

No próximo domingo, dia 20, às 15 horas e 30, realiza-se uma romagem à sepultura de Maria Rosinda Monteiro, vítima do atentado bombista, em 1976, de S. Martinho do Campo (Santo Tirso). Os promotores desta romagem, na passagem do terceiro aniversário daquele atentado, apelam para todos os antifascistas estarem presentes como demonstração «de repúdio pela violência fascista». Recorda-se que neste atentado Maria Rosinda encontrou a morte durante o incêndio, ocorrido em consequência de violenta explosão durante a noite, que destruiu a casa onde vivia com a família.

O IMPASSE DA ABERTURA NO BRASIL

CARLOS MINC BAUMFELD

A prisão do general dissidente Hugo de Abreu, tornado incómodo por suas denúncias da corrupção nas esferas do poder, não é um facto isolado. Mais importantes, no entanto, são as ameaças de intervenção federal no governo de São Paulo, onde o governador Maluf é o chefe da corrupção e anda ultimamente aliado ao esquema da ultra-direita, com o general Frota, em busca de um espaço próprio. Enquanto isso, prossegue a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos metalúrgicos do ABC, onde o popular líder **Lula,** não foi reconduzido, ao contrário das promessas oficiais quando da negociação de uma solução temporária da grande greve metalúrgica. Por outro lado, Jarbas Passarinho, líder do governo no Senado, teve um discurso seu desautorizado pelo chefe de imprensa da Casa Civil de Figueiredo, e as promessas de amnistia, de abertura, de possibilidade de organização de novos partidos políticos, de eleições directas para prefeitos e governadores, seguem sendo «cozinhadas em água fria».

A SITUAÇÃO DE FUNDO

Uma questão que não se pode perder de vista, hoje no Brasil, é que o **regime** é fraco, mas o **sistema** é forte, ou seja, a ditadura, como forma de exercício do poder político encontra-se muito enfraquecida e perdeu substancialmente sua base social, mas o capitalismo brasileiro ganhou uma estrutura poderosa e um fôlego, que até permite aos burgueses esclarecidos serem hoje partidários de uma abertura significativa nas regras do jogo político.

Quando a grande imprensa brasileira, ligada aos grandes grupos económicos, defende a liberalização, ou a TV Globo promove programas críticos, como o «Planeta dos Homens», o que está em causa é que o empresariado sente força para dispensar os militares do poder directo, remetendo-os para a tradicional posição de «reseva moral» da democracia, nos quartéis, e serem eles próprios, grandes empresários, através dos seus partidos, a decidirem e governarem o país.

O que aconteceu, foi que o grupo militar enquistado no aparelho de Estado, e a poderosa tecnocracia civil (os dirigentes de bancos, empresas e diversos organismos estatais) beneficiária da excepção, apresentaram uma capaciddade de resistência e de autoperpetuação superior àquilo que o empresariado liberal esperava. A «linha de abertura» de Figueiredo é no fim das contas, uma tentativa de compromisso destes interesses conflitivos. No entanto, a abertura gradual praticamente não avança, e a grande imprensa começa lentamente a guinar à direita. Porquê?

ABERTURA POLÍTICA×ABERTURA ECONÓMICA E SOCIAL

Uma ténue promessa de abertura e a não utilização ostensiva do aparato da repressão e tortura (que não foi desactivado) permitiram uma maior mobilidade dos activistas sindicais e um forte desenvolvimento das lutas reivindicativas, pondo em causa o «arrocho salarial» e o modelo económico baseado na compressão salarial.

Para os empresários liberais, como o sr. Severo Gomes, que esteve em Lisboa no final do ano passado e deu uma entrevista à RTP, o processo de redemocratização deveria passar por uma mobilização nacional, uma renegociação da dívida externa (que diga-se de passagem é a maior do mundo), uma rearticulação do mercado interno e uma reciclagem do aparelho produtivo. Severo Gomes pregava ainda uma Amnistia Geral e o resgate das riquezas nacionais progressivamente hipotecadas às multinacionais. Neste quadro, os empresários estariam dispostos a permitir reajustes salariais, pois hoje no Brasil, mais que o salário, é o juro bancário, o custo do empréstimo o que mais pesa nos custos de produção. E isto porque somente o serviço da dívida externa (juro+amortizações) representam cerca de 40% das exportações brasileiras e a inflação aliada às restrições ao crédito fazem com que a taxa de juro que os capitalistas pagam aos bancos e grupos financeiros ronde os 100%!

Como não houve uma «ruptura burguesa», ou seja, a imposição global do modelo proposto pelo empresariado liberal, a abertura política gradual de Figueiredo encontra-se num impasse estratégico. Por um lado, Mário Henrique Simonsen, banqueiro e ministro do Planejamento, é totalmente contra os reajustes salariais, que «impediriam» o controlo da inflação e ameaça com novas medidas restritivas ao crédito e à emissão de moeda; por outro lado, a tímida abertura nas regras do jogo político permitem grandes mobilizações operárias e forte pressão para a recuperação do poder de compra do salário, diminuído em 40% nos últimos 15 anos. Ora, com a não renegociação da dívida externa, com a manutenção do poder dos banqueiros e do alto nível da taxa de juros, os empresários alegam não suportar estes aumentos salariais.

É este quadro que explica a perplexidade dos porta-vozes do governo, que não sabem o que dizer e quando falam são desautorizados, como aconteceu recentemente com o senador Jarbas Passarinho. É neste quadro que o governo protela até a amnistia parcial que prometeu e ameaça com intervenção nos sindicatos, no governo de São Paulo, com a prisão do general Hugo Abreu e acena com um endurecimento.

O projecto de abertura política de Figueiredo vive um momento de impasse total, justamente porque esta abertura não contempla modificações estruturais no campo económico e social e é permanentemente posta em causa pelo movimento popular que aproveita as brechas criadas na forma de dominação política.

Alarmada com o crescimento da contestação popular, a grande imprensa e parte do empresariado tentam compor com Figueiredo, enquanto outro sector do empresariado liberal aumenta sua oposição e propugna uma «ruptura burguesa».

No entanto, os trabalhadores vão solidificando suas organizações, ganhando experiência nestas lutas, e descobrindo, pouco a pouco, os interesses velados de vários daqueles que apareciam como campeões da democracia (para eles!).

Fome, Ajuda, Deserto e Pilhagem

Um homem branco, rico e poderoso é feito refém. E eis que todos os mass media ficam, durante longo tempo, emocionados. O que se compreende. Mas doze mil crianças e camponeses pobres, trabalhadores agrícolas ou gente de bairros de lata, morrem diariamente e ninguém fala nisso. É certo que eles são pobres e de cor, pretas, mulatas ou amarelas...
Doze mil por dia, cinco milhões por ano, é a supermortalidade de forte subalimentação, de forte malnutrição calculada pela FAO. E uma parte das crianças sobreviventes ficarão doentes para o resto da vida. E a situação agrava-se no Sahel onde desapareceram as reservas de grão tradicionais, porque as «monetarizámos». A maioria dos camponeses voltaicos ou senegaleses já não conseguem matar a fome nos períodos de transição. Quando o celeiro está vazio, vendem o seu milho em folhas, como o camponês francês do século XIX vendia o seu trigo verde. E vendem-no a preço de usurário. E uma vez mais há fome nas ilhas de Cabo Verde, esquecidas pelos «auxílios» internacionais.

«Auxílios» modestos dados ao Terceiro Mundo, em comparação com as despezas de armamento, vinte e cinco vezes mais elevadas. Modesta contrapartida da «pilhagem do Terceiro Mundo» feita através do subpagamento das matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas. O petróleo é barato de mais visto que continuamos a gastar sem vergonha esse recurso não renovável. E, sobretudo, «auxílio» gasto em infra-estruturas do automóvel, e, nas capitais, em despesas exageradas. O Alto-Volta recebe ajudas superiores ao seu orçamento, logo não é um país independente. E as cidades, que vão dando cabo do auxílio recebido, exploram os campos, tiram deles mais do que esse auxílio recebido, através das taxas de saída sobre as culturas de exportação. O que os leva a favorecer essas culturas – algodão e amendoim na zona sudano-saheliana – à custa dos cereais. E o camponês não pode investir para melhorar as suas culturas e proteger os solos. Como o humus falta, os elementos frescos do solo são arrancados pelo vento de harmattan, que, no Inverno, sopra do deserto. Conheci o deserto das terras arruinadas que atingem o nível do rio Senegal. Volto de Dacar e ei-lo às portas da cidade.

Os desertos avançam por toda a parte e as Nações Unidas tratam desse tema em Nairobi, no Quénia, no Verão de 1977. Foi uma grande e sábia conferência. Nela se mostrou como era necessário dar ao camponês tropical os meios necessários para cultivar bem o seu solo, enriquecendo-o de humus. E pedia-se aos países ricos que dessem uma contribuição aos países pobres ameaçados pelos desertos, isto é, 400 milhões de dólares. Mas os ricos hesitam. Já gastam quatrocentos mil milhões de dólares em armamentos. Será mesmo necessário consagrar a milésima parte dessa soma para salvar a humanidade de amanhã? O futuro não dá dividendos. Os armamentos, sim. E a sua receita permite-nos gastar alegremente o petróleo que já não vem da nossa agricultura.

As minorias privilegiadas urbanas no poder (é assim em toda a parte) no Terceiro Mundo, gastam portanto o auxílio e esgotam os seus camponeses. Morrem de fome no Zaire gentes que comiam melhor quando ele se chamava Congo Belga. Não para reabilitar este último, mas porque Mobutu é pior, e junta à exploração a desorganização. Ei-lo ameaçado em 1977 e o «nosso» exército salva-o. Foi por isso que em 1978, a segunda vaga de rebeldes atacou os técnicos franceses. Mas esqueceram-se de nos dizer isso. Eis-nos portanto cúmplices desses governantes responsáveis pela fome, autênticos «assassinos do seu camponesinato», como escrevem Provent e Ravignan no livro «Le Nouvel Ordre de la Faim».

Mas porque os apiamos nós? No Chad com os resultados que se sabe. Mas o urânio do Niger não está longe. Mandamos tropas para Zouérate onde está a ser explorado o minério mauritaniano. Enquanto que, só na Lorena, tão angustiada, há nada mais nada menos do que 1,7 mil milhões de minério por explorar. Isto sem contar com as outras minas que, por toda a França, foram fechadas. Preferimos o minério mauritaniano, mais rico e menos caro. O que prova que o pagamos mal na Mauritânia. E quando a África acumular capitais para edificar por fim a sua indústria metalúrgica (e não a das multinacionais), só lhe restarão migalhas.

COM QUE DIREITO?

Com que direito gasta o burguês de Nova Iorque, pergunta Barbara Gold, quinhentas vezes mais petróleo, energia e metais (e um pouco mais todos os meses apesar da insistência de Carter) do que o camponês saheliano ou bengali? E nós, duzentas vezes mais. Com o direito do mais rico, do melhor armado. E a injustiça vai sempre crescendo. Em 1700, diz-nos Paul Bairoch, a nação mais rica do mundo gastava por pessoa 1,8 vezes mais do que a mais pobre. A diferença não chegava ao dobro. Actualmente ultrapassa quarenta e um e continua a progredir.

Para salvar o Ocidente (e o seu domínio!), pede-se às mulheres que tenham mais filhos. Não se poderá pagar as reformas, dizem-nos, e vai haver dois milhões de desempregados. Como pilhamos, para logo os gastar, os recursos raros e não renováveis do planeta, importa, para a sobrevivência da humanidade que o número dos que pilham e gastam, diminua. Porque se esse número continua a aumentar, os famintos do Terceiro Mundo, cada vez mais numerosos e mais famintos, deixarão de aceitar o nosso domínio. Esperemos que os preços do petróleo subam tanto que nos obriguem a poupar. Senão, os terroristas do Terceiro Mundo ver-se-ão um dia na obrigação de nos trazer à razão. A menos que nós próprios nos tornemos razoáveis, mas essa esperança é bem pequena.

Serviço Exclusivo «Le Monde»/«DL»

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Seminário Maior do Porto promove ciclo de conferências sobre meios de comunicação social

O Seminário Maior do Porto, através do seu Círculo de Jornalismo, efectua, no decorrer do corrente mês, um ciclo de conferências e uma mesa redonda sobre meios de comunicação social.

O programa é do seguinte teor:

No próximo dia 17, António de Freitas Cruz, director de «O Primeiro de Janeiro», profere uma conferência subordinada ao tema «Imprensa numa sociedade democrática»; no dia 22, Rui Osório, redactor do «Jornal de Notícias», disserta sobre «Imprensa da Igreja ou Igreja na Imprensa»; e no dia 28, Manuel Teixeira, redactor de «O Comércio do Porto», fala sobre «Técnica jornalística».

A série de conferências é interrompida por uma mesa redonda, ainda sem data marcada, dedicada aos problemas da imprensa regional católica, participando no debate Serafim Ferreira, ex-director da «Voz Portucalense», Silva Araújo, director do «Diário do Minho», Urbano Duarte, ex-director do «Correio de Coimbra», e Joaquim Cabral, director de «Reconquista». Moderador: Raimundo Meireles, director da «Voz Portucalense».

A última conferência é proferida por Eloy Pinho, da Rádio Renascença, no dia 31, abordando o tema «A situação actual da Imprensa portuguesa».

Finalmente, no dia 1 de Junho, e como encerramento, D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, profere uma palestra alusiva aos temas tratados.

Todas as conferências se efectuam na Biblioteca do Seminário Maior do Porto, à Sé, bem como a mesa redonda atrás mencionada.

Jornalistas ingleses em digressão pelos Açores

Jornalistas da Imprensa e da Rádio do Reino Unido encontram-se, desde ontem, na cidade da Horta para uma digressão de dois dias pelas ilhas do Faial, Pico e Terceira.

O grupo de sete profissionais da informação inglesa, representantes dos jornais «The Guardian», «The Observer», «United News Paper» e da BBC visitam a região a convite do Governo Regional dos Açores que pretende, com a iniciativa, divulgar as potencialidades turísticas do arquipélago.

Os jornalistas ingleses, que chegaram a bordo do transatlântico norueguês, «Royal Wicking Sky», regressam à Grã-Bretanha amanhã.

"Jornal de Setúbal" com os trabalhadores da "Volkswagen"

«Grande espectáculo de Primavera» – assim se designa a iniciativa do «Jornal de Setúbal», marcada para o dia 1 de Junho, e destinada a angariar fundos para os trabalhadores da Barreiros («Wolkswagen») que há cinco meses não recebem salários.

A iniciativa, que tem o apoio da União dos Sindicatos e da Cintura Industrial de Setúbal, conta com a participação de mais de três dezenas de artistas (músicos, cançonetistas e poetas).

O espectáculo, de cinco horas de duração, efectua-se no Clube Naval Setubalense.

Crise laboral no "Jornal Novo"

Em consequência dos últimos problemas detectados no «Jornal Novo», e que raramente chegam ao conhecimento público, a Redacção daquele vespertino está disposta, segundo vozes internas mais ousadas, a tomar posições enérgicas com vista a assegurar o pagamento dos salários, «sem a demora de semanas registadas em Abril».

Já na semana transacta, a grande maioria dos jornalistas se encontrava disposta a efectuar uma paralisação de trabalho, caso os vencimentos do mês passado não fossem satisfeitos.

Efectivamente, em carta endereçada, em 3 de Abril, à Administração da Novimprensa (Administração de que fazem parte Vasco de Melo e José Morais Cabral), a Comissão Negociadora, eleita pelos trabalhadores para resolução dos actuais diferendos, tornava responsáveis os destinatários por uma situação caracterizada «pela falta de cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho».

A falta de cumprimento do CCT concorre para o prolongamento de um estado de coisas que «desde há anos é considerado provisório, mas que está na iminência de ser declarado inaceitável» pelos jornalistas.

A referida carta integrava-se num esforço da Comissão Negociadora para quebrar a interrupção das conversações com a Administração, a qual exigira àquela CN «uma lista de soluções ou sugestões para viabilizar o «Jornal Novo». Fazendo o ponto da situação a que haviam conduzido as conversações travadas há cerca de ano e meio, o documento da Comissão Negociadora assinalava a dado passo que «a Administração continua a não pagar aos trabalhadores da «Novimprensa» os atrasados (13.º mês, subsídios de férias e retroactivos) de que é devedora pelo segundo ano consecutivo».

Afirmava-se aí também que, com o lançamento do «Jornal de Economia» (propriedade igualmente da «Novimprensa»), o prazo da liquidação dos vencimentos no «JN» se distendera ainda mais.

A CN está persuadida, face à situação a que se chegou, de que «os trabalhadores estão de novo a financiar os insucessos e as omissões cometidos pelos gestores».

A crise que afecta toda a Imprensa não deixou de ser tomada em consideração pelos jornalistas do vespertino em questão. No entanto, os jornalistas têm vindo a afirmar que a crise vivida na empresa resulta, acima de tudo, de «uma péssima gestão, muitas vezes deixada ao sabor das circunstâncias e dos improvisos, sem pessoas capazes nem estruturas orgânicas e financeiras minimamente adequadas».

"Revista Internacional"

Encontra-se já à venda o número 3 (Março de 79) da «Revista Internacional».

As primeiras sessenta páginas são preenchidas com declarações de diferentes dirigentes comunistas sobre a construção do Socialismo e o desenvolvimento operário mundial.

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, é autor de um desses artigos.

Merecem particular destaque um artigo sobre o Vietname, sobre a Questão Feminina e sobre as fontes ideológicas e teóricas do oportunismo.

PODER LOCAL

Aspecto da ilha das Flores, onde os cravos de Abril não são devidamente respeitados...

Socialistas acusam executivos PSD de inactividade sistemática no Faial, Flores e Corvo

A necessidade de implementação da Lei das Finanças Locais e a urgência na criação de gabinetes de apoio técnico junto das Câmaras Municipais são as principais conclusões a que chegaram os autarcas socialistas da Federação das ilhas do Faial, Flores e Corvo, em encontro recentemente realizado na Horta.

Cerca de seis centenas de socialistas, em representação dos 107 autarcas eleitos pelo PS naquelas ilhas, manifestaram a sua preocupação perante aquilo que classificaram de «inactividade dos órgãos executivos pertencentes ao PSD» face aos numerosos problemas das suas autarquias.

Estiveram também presentes ao encontro, além de autarcas da região, o secretário nacional do PS para as autarquias, Gomes Fernandes, os deputados Igrejas Caeiro e Francisco Oliveira, bem como Martins Goulart, líder parlamentar socialista à Assembleia Regional.

Subscrição (em Alcoutim) para compra urgente de uma ambulância

A Câmara Municipal de Alcoutim decidiu abrir uma subscrição pública para a compra de uma ambulância para aquele concelho, depois de ter acusado de «negligência» os Serviços aos quais tem solicitado a resolução deste problema.

Em nota assinada pelo presidente do Município, Júlio António Rosa, são formuladas críticas à Secretaria de Estado da Saúde, ao Serviço Nacional de Ambulâncias e aos Serviços Sociais de Faro, que terão votado ao «esquecimento total» a pretensão do concelho.

Pormenorizando, Júlio Rosa informou que ainda há dias morreu um homem que tivera um acidente próximo de Alcoutim e que esteve «três horas à espera que viesse uma ambulância de Vila Real para o transportar ao hospital».

Segundo o presidente da Câmara de Alcoutim, a iniciativa da subscrição pública foi de imediato apoiada pelo Município, dada a «urgência com que é preciso resolver este problema».

Júlio Rosa acentuou que o concelho precisa «é de uma ambulância, e não de um radiotelefone como foi sugerido pelo Serviço Nacional de Ambulâncias ainda há poucos dias».

Cadernos do Terceiro Mundo

O 13.º número da revista «Cadernos do Terceiro Mundo» acaba de ser publicado com um interessante sumário que cobre a actualidade e a problemática da América Central, da América Latina, da África, da Ásia e do Médio Oriente. De número para número, a revista ganha projecção e conquista um público atento aos problemas das áreas sensíveis e das frentes de luta anti-imperialista.

Na primeira parte do presente fascículo é apresentado um **dossier** completo sobre uma área explosiva: a América Latina. Este **dossier** tem a colaboração de Paulo Cassabrava Filho, Donald Castilho, Roberto Bardini, Edelberto Torres Rivas, Mario Flores Macal, Pablo Placentini, Almino Afonso, Herbert de Sousa. Os problemas da África são tratados por Beatriz Bísio (Angola: o inimigo ataca), Etvaldo Hipólito e Altair de Campos (Zimbabwe: zonas libertadas são uma realidade), Altair de Campos (Moçambique), Ricardo Grassi (Sara Ocidental). Neiva Moreira escreve sobre o Iraque. Wilfred Burchett sobre o conflito entre a China e o Vietname.

As secções habituais de Cultura, Ciência e Tecnologia, Informação e Almanaque completam este 13.º número de «Cadernos do Terceiro Mundo».

PUB.

fp sindicato dos trabalhadores da função pública – zona sul

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os trabalhadores dos sectores abaixo referidos para os seguintes plenários distritais a realizar nas respectivas capitais de distrito, nos locais e datas indicadas.

Plenários dos Trabalhadores Auxiliares e Administrativos dos Estabelecimentos de Ensino – discussão da situação criada pelo bloqueamento da saída das Carreiras profissionais. Formas de luta a adoptar.

– **Plenários Distritais de Trabalhadores** – Discussão da situação da PRC (Tabela salarial e benefícios complementares) Formas de luta a adoptar.

– **Plenários de trabalhadores de Tesourarias** – Para análise da situação face à saída do Decreto Regulamentar da DGCI.

DISTRITOS	DIA	LOCAL	HORA	PLENÁRIOS
BEJA	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
C. BRANCO	19	Liceu	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
ÉVORA	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
FARO	18 19 19	Sindicato Construção Civil	21 15 17	TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TTRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
PORTALEGRE	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
SANTARÉM	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
SETÚBAL	19	Delegação Sindicato	16 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI

Aeroporto de Santa Catarina; estudos em curso visam maior segurança

Duas acções estão em curso relativamente ao aeroporto do Funchal – informou o Ministério dos Transportes e Comunicações.

A primeira refere-se apenas à elaboração de um projecto que tem por objectivo aumentar a segurança das operações com os actuais tipos de avião que utilizam o aeroporto de Santa Catarina.

A segunda consiste em estudos preliminares quanto à viabilidade de extensão da actual pista para três mil metros, de modo a poder ser utilizada por aviões de grande porte em voos intercontinentais.

O primeiro projecto deverá estar concluído em Julho e as obras poderão iniciar-se em Outubro, resolvidos os problemas de expropriação de terrenos.

Os estudos do segundo projecto só deverão estar concluídos em Abril de 1980, muito embora parte do seu financiamento (da ordem dos 1.800.000 contos) esteja já a ser negociado com o Banco Europeu de Investimentos.

Seja como for, a segunda hipótese engloba problemas de procura e capacidade turística, questões operacionais e outras que deverão condicionar a sua viabilidade técnica e económica.

Logo que as conclusões sobre essas viabilidades estejam apresentadas, caberá ao Governo a decisão política da oportunidade do investimento – declara o ministério.

TRIBUNAL DE POLÍCIA

"Sofrer um bocadinho..."

A Feira Popular foi o ponto de encontro. Casual. Nada estava programado. Cipriano, Tavares e Ernesto (jovens cabo-verdianos) os três protagonistas. E sabe-se como quase sempre acontece quando amigos de há muito se encontram após longa ausência. Uns «comes», uns «copos». Um nunca mais acabar de abraços, de recordar factos comuns. As alegrias e as tristezas. E a terra distante. Acontece aqui com os milhares de trabalhadores cabo-verdianos. Em França, Alemanha, Luxemburgo, Venezuela, com o milhão de emigrantes portugueses. E foi o que fizeram Cipriano, Tavares e Ernesto, dentro e, mais tarde, fora do recinto. A horas mortas, quando a cidade já era «um deserto de vozes».

Correram, saltaram, deram gargalhadas cristalinas. E Cipriano, segundo refere o auto, até deixou em dado momento cair as calças que logo subiu (cinto apertado) não fosse o azar tecê-las. Mas apesar de lesto, no gesto, não o foi o suficiente. À distância um polícia observava e interveio. E, na sua versão, ter-se-ia gerado um prenúncio de confronto. E a esquadra foi a solução.

Solução violenta como o demonstraram os três jovens cabo-verdianos em tribunal. Cipriano com as costas todas retalhadas pela vergasta. «Mas porquê este tratamento?», pergunta o juiz. O polícia afirma que Cipriano se descontrolara, que chegara a bater com a cabeça na parede. «Foi uma crise de nervos, senhor doutor. Mas só depois de ter sido agredido», explica Cipriano.

E Tavares? E Ernesto? Qual a razão para o seu estado? Quem faz (de novo) a pergunta é o juiz. Tavares e Ernesto tentam responder. E é Ernesto quem funciona como porta-voz: «Nós lá na esquadra estávamos sentados sem fazer mal nenhum (o próprio agente não rebate esta posição) e de repente começaram a bater-nos com o bastão. Eram três polícias. Depois disseram-nos: «Ponham aí uma das mãos». E bateram-nos. «Agora a outra», continuaram. E voltaram a bater. Bateram-nos pelo menos dez vezes em cada uma das mãos».

O juiz parece não estar convencido com o relato de Ernesto. Ernesto apercebe-se e afirma: «Juro pela minha mãe e pela minha saúde em como é tudo verdade o que estou a contar». E para demonstrar que não mente avança para o magistrado (no que é acompanhado por Tavares), ao mesmo tempo que lhe estende os dois braços. «Se o senhor doutor não acredita posso ir aí ao pé mostrar». O juiz trava-lhe os passos: «Não é necessário!». Mesmo à distância eram por demais visíveis os vergões nos braços de Ernesto e de Tavares e as suas mãos inchadas que mal se podiam fechar. Mas Ernesto continua a sua narrativa: «Eles têm ódio de nós. E eu não sei bem porquê. Até nos disseram que o que lhes apetecia era matar-nos». E com um desabafo (inconsolável): «E agora com as mãos assim como iremos trabalhar?». O juiz (que não responde a esta questão), limitar-se-ia a afirmar, quase em surdina, antes de absolver os três amigos (as provas eram tão evidentes que os agentes acusadores permaneceram mudos): «É certo que na vossa actuação houve qualquer coisa que não teria corrido bem. Mas não há dúvida que vocês já sofreram um bocadinho por elas».

Um bocadinho, dr. Tomé? Não será isso uma expressão demasiado forçada (escreveríamos envergonhada) para definir a constatação de uma realidade (tão violenta) que mais parece retirada às páginas do colonialismo (recente) do que ao quotidiano de um Portugal saído de Abril.

MANUEL GERALDO

A lei ao alcance da mulher num novo guia jurídico

Encontra-se à venda nas livrarias «O Guia Jurídico da Mulher» numa edição Heptágno. A primeira vista, não haveria razão de ser para a elaboração de um guia jurídico destinado especificamente às mulheres. Verifica-se contudo que a maioria das mulheres desconhece as leis verificando-se por outro lado uma barreira entre o formalismo legal e a desigualdade quotidiana.

Tal desfasamento entre lei e realidade justifica assim, a divulgação das partes mais importantes da legislação, que, em consequência do princípio geral da igualdade do homem e da mulher, aboliram as desigualdades e discriminações contra as mulheres.

Partindo do texto constitucional os autores do guia, Albertino Antunes, Iolanda Amorim, Norberto Severino e Rita Freitas, distinguiram quatro aspectos fundamentais da vida da mulher: A família-casamento, maternidade, filiação; O trabalho e os Crimes e Impostos. Daí, as quatro partes em que dividimos o Guia: A Mulher e a Família-casamento, união de facto, filiação, e sucessões; A Mulher e o Trabalho (trabalho e segurança social); A Mulher e os Crimes; A Mulher e os impostos. Numa quinta parte trata-se da Assistência Judiciária e reproduzem-se minutas de requerimentos para obter esse benefício e requerer a regulação do poder paternal.

Ao lado do princípio genérico da igualdade jurídica da mulher, a Constituição consagrou os princípios da igualdade na família e no trabalho. E teve de referi-los expressamente, porque, até então, as leis portuguesas estabeleciam um tratamento desigual e desfavorável para as mulheres. Foi, pois, necessário afirmar a desigualdade, porque existia a discriminação.

Quanto ao direito ao trabalho, afirma-se que «Compete ao Estado garantir esse direito, assegurando a igualdade de oportunidades na escolha de profissão ou género de trabalho, e as condições para que o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais não seja vedado ou limitado em função do sexo. Afirma-se ainda o direito das mulheres à retribuição do seu trabalho segundo a quantidade, natureza e qualidade, respeitando-se, assim, o princípio de que para trabalho igual, salário igual.

Trata-se de uma publicação decisiva para que a mulher conheça os direitos que a assistem no dia a dia.

15 por cento de americanos sofrem de doenças mentais

WASHINGTON – Dez a quinze por cento dos americanos, segundo as últimas estimativas, isto é, 20 a 32 milhões de pessoas, têm necessidade de tratamentos de medicina mental, declarou na terça-feira o presidente Jimmy Carter.

Carter, que apresentava um projecto de lei de auxílio de reforma do sistema de medicina mental destinado a remediar as insuficiências actuais, sublinhou que apenas 15 por cento destes doentes beneficiavam de ajuda especializada.

LIQUIDAÇÃO TOTAL
da CASA CIBELE
RUA SERPA PINTO, 16-A (Ao Chiado)
MUDANÇA DE RAMO
LIQUIDA TODA A EXISTÊNCIA
BLUSAS, TEE-SHIRTS, CALÇAS, CASACOS DE CAMURÇA, VESTIDOS, ETC.
FATOS DE BANHO E BIKINIS A 395$00

PUB.
AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E À ADMINISTRAÇÃO DA FINICISA

PRÉ-AVISO DE GREVE

Considerando que a administração da FINICISA se comprometeu em 24/10/78 a negociar com os representantes dos trabalhadores o acordo interno para a empresa.

Considerando que no seguimento do compromisso assumido foi apresentado, em 28/3/79, um caderno reivindicativo à administração da FINICISA, contendo as reivindicações que os trabalhadores desejam ver contempladas.

Considerando que após várias diligências feitas pelos representantes dos trabalhadores junto da administração da empresa, esta, dando o dito por não dito, tem mantido uma recusa sistemática em atender as reivindicações apresentadas.

Considerando que os trabalhadores da empresa, face à intransigência da administração, decidiram em plenário de 14/5/79 encetar formas de luta em defesa das suas reivindicações.

Os sindicatos abaixo indicados, ao abrigo do número 1 do Art.º 2 e nos termos do Art. 5 ambos da Lei n.º 65/77 de 26 de Agosto (lei da greve), declaram a paralisação para todos os trabalhadores que representam na FINICISA, durante o período que decorre entre as 8 horas do dia 18/5/79 até às 16 horas do dia 19/5/79.

— Pela reposição do poder de compra dos trabalhadores.
— Contra as manobras reaccionárias do patronato.
— Pela defesa do caderno reivindicativo.

Os sindicatos subscritores:
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Portalegre.

Portalegre, 15/5/79

PUB.
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ZONA SUL

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS
CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Delegados Sindicais das Direcções Gerais ou Organismos Equiparados, para uma Assembleia de Delegados a realizar no próximo dia 17 de Maio (5.ª Feira) às 21,00 horas no L.N.E.C. — Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Av. do Brasil), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º) — Análise da situação Político-Sindical
— Proposta Reivindicativa Comum — Forma de luta
— Alteração aos Estatutos
— Projecto de Lei sobre as organizações sindicais apresentado pelo P.S.
2.º) — Deliberação sobre o modo de funcionamento de uma Assembleia Geral.

Lisboa, 10 de Maio de 1979
O SECRETARIADO DA MESA

— DELEGADO SINDICAL CUMPRE O TEU DEVER — COMPARECE!
— ESTÃO EM CAUSA QUESTÕES IMPORTANTES PARA A VIDA DOS TFP!

NOTA: A identificação dos Sócios e Delegados Sindicais será feita através da apresentação dos Cartões respectivos, tendo o cartão de sócio que conter nele colada a quota de JANEIRO.

A DIRECÇÃO

BONS AUTORES

-GOYA-
(O DIVINO)
GALERIA GOYARTE
QUADROS A ÓLEO
LOIRO E QUINTAS, LDA
RUA DE D. ESTEFÂNIA, 84-C
* TELEFONE 536411 * LISBOA

Caminhos de Ferro Portugueses
Informação
Greve do dia 17 de Maio de 1979
(5.ª-feira)
(das 00.00 h. às 12.00 horas)
COMUNICADO
Face à anunciada greve para o dia 17 de Maio, das 00.00 h. às 12.00 horas, declarada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos e pelo Sindicato dos Maquinistas, a CP informa que não pode garantir os serviços afectados pela mesma greve. Contudo, e dado que esta não é geral, serão efectuadas as circulações ferroviárias para as quais eventualmente se disponha de pessoal, embora não seja possível o respectivo anúncio antecipado.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Seminário Maior do Porto promove ciclo de conferências sobre meios de comunicação social

O Seminário Maior do Porto, através do seu Círculo de Jornalismo, efectua, no decorrer do corrente mês, um ciclo de conferências e uma mesa redonda sobre meios de comunicação social.

O programa é do seguinte teor:

No próximo dia 17, António de Freitas Cruz, director de «O Primeiro de Janeiro», profere uma conferência subordinada ao tema «Imprensa numa sociedade democrática»; no dia 22, Rui Osório, redactor do «Jornal de Notícias», disserta sobre «Imprensa da Igreja ou Igreja na Imprensa»; e no dia 28, Manuel Teixeira, redactor de «O Comércio do Porto», fala sobre «Técnica jornalística».

A série de conferências é interrompida por uma mesa redonda, ainda sem data marcada, dedicada aos problemas da imprensa regional católica, participando no debate Serafim Ferreira, ex-director da «Voz Portucalense», Silva Araújo, director do «Diário do Minho», Urbano Duarte, ex-director do «Correio de Coimbra», e Joaquim Cabral, director de «Reconquista». Moderador: Raimundo Meireles, director da «Voz Portucalense».

A última conferência é proferida por Eloy Pinho, da Rádio Renascença, no dia 31, abordando o tema «A situação actual da Imprensa portuguesa».

Finalmente, no dia 1 de Junho, e como encerramento, D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, profere uma palestra alusiva aos temas tratados.

Todas as conferências se efectuam na Biblioteca do Seminário Maior do Porto, à Sé, bem como a mesa redonda atrás mencionada.

Jornalistas ingleses em digressão pelos Açores

Jornalistas da Imprensa e da Rádio do Reino Unido encontram-se, desde ontem, na cidade da Horta para uma digressão de dois dias pelas ilhas do Faial, Pico e Terceira.

O grupo de sete profissionais da informação inglesa, representantes dos jornais «The Guardian», «The Observer», «United News Paper» e da BBC visitam a região a convite do Governo Regional dos Açores que pretende, com a iniciativa, divulgar as potencialidades turísticas do arquipélago.

Os jornalistas ingleses, que chegaram a bordo do transatlântico norueguês, «Royal Wicking Sky», regressam à Grã-Bretanha amanhã.

"Jornal de Setúbal" com os trabalhadores da "Volkswagen"

«Grande espectáculo de Primavera» – assim se designa a iniciativa do «Jornal de Setúbal», marcada para o dia 1 de Junho, e destinada a angariar fundos para os trabalhadores da Barreiros («Wolkswagen») que há cinco meses não recebem salários.

A iniciativa, que tem o apoio da União dos Sindicatos e da Cintura Industrial de Setúbal, conta com a participação de mais de três dezenas de artistas (músicos, cançonetistas e poetas).

O espectáculo, de cinco horas de duração, efectua-se no Clube Naval Setubalense.

Crise laboral no "Jornal Novo"

Em consequência dos últimos problemas detectados no «Jornal Novo», e que raramente chegam ao conhecimento público, a Redacção daquele vespertino está disposta, segundo vozes internas mais ousadas, a tomar posições enérgicas com vista a assegurar o pagamento dos salários, «sem a demora de semanas registadas em Abril».

Já na semana transacta, a grande maioria dos jornalistas se encontrava disposta a efectuar uma paralisação de trabalho, caso os vencimentos do mês passado não fossem satisfeitos.

Efectivamente, em carta endereçada, em 3 de Abril, à Administração da Novimprensa (Administração de que fazem parte Vasco de Melo e José Morais Cabral), a Comissão Negociadora, eleita pelos trabalhadores para resolução dos actuais diferendos, tornava responsáveis os destinatários por uma situação caracterizada «pela falta de cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho».

A falta de cumprimento do CCT concorre para o prolongamento de um estado de coisas que «desde há anos é considerado provisório, mas que está na iminência de ser declarado inaceitável» pelos jornalistas.

A referida carta integrava-se num esforço da Comissão Negociadora para quebrar a interrupção das conversações com a Administração, a qual exigira àquela CN «uma lista de soluções ou sugestões para viabilizar o «Jornal Novo». Fazendo o ponto da situação a que haviam conduzido as conversações travadas há cerca de ano e meio, o documento da Comissão Negociadora assinalava a dado passo que «a Administração continua a não pagar aos trabalhadores da «Novimprensa» os atrasados (13.º mês, subsídios de férias e retroactivos) de que é devedora pelo segundo ano consecutivo».

Afirmava-se aí também que, com o lançamento do «Jornal de Economia» (propriedade igualmente da «Novimprensa»), o prazo da liquidação dos vencimentos no «JN» se distendera ainda mais.

A CN está persuadida, face à situação a que se chegou, de que «os trabalhadores estão de novo a financiar os insucessos e as omissões cometidos pelos gestores».

A crise que afecta toda a Imprensa não deixou de ser tomada em consideração pelos jornalistas do vespertino em questão. No entanto, os jornalistas têm vindo a afirmar que a crise vivida na empresa resulta, acima de tudo, de «uma péssima gestão, muitas vezes deixada ao sabor das circunstâncias e dos improvisos, sem pessoas capazes nem estruturas orgânicas e financeiras minimamente adequadas».

"Revista Internacional"

Encontra-se já à venda o número 3 (Março de 79) da «Revista Internacional».

As primeiras sessenta páginas são preenchidas com declarações de diferentes dirigentes comunistas sobre a construção do Socialismo e o desenvolvimento operário mundial.

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, é autor de um desses artigos.

Merecem particular destaque um artigo sobre o Vietname, sobre a Questão Feminina e sobre as fontes ideológicas e teóricas do oportunismo.

PODER LOCAL

Aspecto da ilha das Flores, onde os cravos de Abril não são devidamente respeitados...

Socialistas acusam executivos PSD de inactividade sistemática no Faial, Flores e Corvo

A necessidade de implementação da Lei das Finanças Locais e a urgência na criação de gabinetes de apoio técnico junto das Câmaras Municipais são as principais conclusões a que chegaram os autarcas socialistas da Federação das ilhas do Faial, Flores e Corvo, em encontro recentemente realizado na Horta.

Cerca de seis centenas de socialistas, em representação dos 107 autarcas eleitos pelo PS naquelas ilhas, manifestaram a sua preocupação perante aquilo que classificaram de «inactividade dos órgãos executivos pertencentes ao PSD» face aos numerosos problemas das suas autarquias.

Estiveram também presentes ao encontro, além de autarcas da região, o secretário nacional do PS para as autarquias, Gomes Fernandes, os deputados Igrejas Caeiro e Francisco Oliveira, bem como Martins Goulart, líder parlamentar socialista à Assembleia Regional.

Subscrição (em Alcoutim) para compra urgente de uma ambulância

A Câmara Municipal de Alcoutim decidiu abrir uma subscrição pública para a compra de uma ambulância para aquele concelho, depois de ter acusado de «negligência» os Serviços aos quais tem solicitado a resolução deste problema.

Em nota assinada pelo presidente do Município, Júlio António Rosa, são formuladas críticas à Secretaria de Estado da Saúde, ao Serviço Nacional de Ambulâncias e aos Serviços Sociais de Faro, que terão votado ao «esquecimento total» a pretensão do concelho.

Pormenorizando, Júlio Rosa informou que ainda há dias morreu um homem que tivera um acidente próximo de Alcoutim e que esteve «três horas à espera que viesse uma ambulância de Vila Real para o transportar ao hospital».

Segundo o presidente da Câmara de Alcoutim, a iniciativa da subscrição pública foi de imediato apoiada pelo Município, dada a «urgência com que é preciso resolver este problema».

Júlio Rosa acentuou que o concelho precisa «é de uma ambulância, e não de um radiotelefone como foi sugerido pelo Serviço Nacional de Ambulâncias ainda há poucos dias».

Cadernos do Terceiro Mundo

O 13.º número da revista «Cadernos do Terceiro Mundo» acaba de ser publicado com um interessante sumário que cobre a actualidade e a problemática da América Central, da América Latina, da África, da Ásia e do Médio Oriente. De número para número, a revista ganha projecção e conquista um público atento aos problemas das áreas sensíveis e das frentes de luta anti-imperialista.

Na primeira parte do presente fascículo é apresentado um **dossier** completo sobre uma área explosiva: a América Latina. Este **dossier** tem a colaboração de Paulo Cassabrava Filho, Donald Castilho, Roberto Bardini, Edelberto Torres Rivas, Mario Flores Macal, Pablo Placentini, Almino Afonso, Herbert de Sousa. Os problemas da África são tratados por Beatriz Bísio (Angola: o inimigo ataca), Etvaldo Hipólito e Altair de Campos (Zimbabwe: zonas libertadas são uma realidade), Altair de Campos (Moçambique), Ricardo

Grassi (Sara Ocidental). Neiva Moreira escreve sobre o Iraque. Wilfred Burchett sobre o conflito entre a China e o Vietname.

As secções habituais de Cultura, Ciência e Tecnologia, Informação e Almanaque completam este 13.º número de «Cadernos do Terceiro Mundo».

PUB.

fp sindicato dos trabalhadores da função pública – zona sul

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os trabalhadores dos sectores abaixo referidos para os seguintes plenários distritais a realizar nas respectivas capitais de distrito, nos locais e datas indicadas.

Plenários dos Trabalhadores Auxiliares e Administrativos dos Estabelecimentos de Ensino – discussão da situação criada pelo bloqueamento da saída das Carreiras profissionais. Formas de luta a adoptar.

– **Plenários Distritais de Trabalhadores** – Discussão da situação da PRC (Tabela salarial e benefícios complementares) Formas de luta a adoptar.

– **Plenários de trabalhadores de Tesourarias** – Para análise da situação face à saída do Decreto Regulamentar da DGCI.

DISTRITOS	DIA	LOCAL	HORA	PLENÁRIOS
BEJA	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
C. BRANCO	19	Liceu	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
ÉVORA	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
FARO	18 19 19	Sindicato Construção Civil	21 15 17	TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TTRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
PORTALEGRE	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
SANTARÉM	19	Delegação Sindicato	15 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI
SETUBAL	19	Delegação Sindicato	16 17 19	ESCOLAS – ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES TODOS OS TFP DO DISTRITO – PRC TRABALHADORES DAS TESOURARIAS – Análise situação face Dec. DGCI

Aeroporto de Santa Catarina; estudos em curso visam maior segurança

Duas acções estão em curso relativamente ao aeroporto do Funchal – informou o Ministério dos Transportes e Comunicações.

A primeira refere-se apenas à elaboração de um projecto que tem por objectivo aumentar a segurança das operações com os actuais tipos de avião que utilizam o aeroporto de Santa Catarina.

A segunda consiste em estudos preliminares quanto à viabilidade de extensão da actual pista para três mil metros, de modo a poder ser utilizada por aviões de grande porte em voos intercontinentais.

O primeiro projecto deverá estar concluído em Julho e as obras poderão iniciar-se em Outubro, resolvidos os problemas de expropriação de terrenos.

Os estudos do segundo projecto só deverão estar concluídos em Abril de 1980, muito embora parte do seu financiamento (da ordem dos 1.800.000 contos) esteja já a ser negociado com o Banco Europeu de Investimentos.

Seja como for, a segunda hipótese engloba problemas de procura e capacidade turística, questões operacionais e outras que deverão condicionar a sua viabilidade técnica e económica.

Logo que as conclusões sobre essas viabilidades estejam apresentadas, caberá ao Governo a decisão política da oportunidade do investimento – declara o ministério.

TRIBUNAL DE POLÍCIA

"Sofrer um bocadinho..."

A Feira Popular foi o ponto de encontro. Casual. Nada estava programado. Cipriano, Tavares e Ernesto (jovens cabo-verdianos) os três protagonistas. E sabe-se como quase sempre acontece quando amigos de há muito se encontram após longa ausência. Uns «comes», uns «copos». Um nunca mais acabar de abraços, de recordar factos comuns. As alegrias e as tristezas. E a terra distante. Acontece aqui com os milhares de trabalhadores cabo-verdianos. Em França, Alemanha, Luxemburgo, Venezuela, com o milhão de emigrantes portugueses. E foi o que fizeram Cipriano, Tavares e Ernesto, dentro e, mais tarde, fora do recinto. A horas mortas, quando a cidade já era «um deserto de vozes».

Correram, saltaram, deram gargalhadas cristalinas. E Cipriano, segundo refere o auto, até deixou em dado momento cair as calças que logo subiu (cinto apertado) não fosse o azar tecê-las. Mas apesar de lesto, no gesto, não o foi o suficiente. À distância um polícia observava e interveio. E, na sua versão, ter-se-ia gerado um prenúncio de confronto. E a esquadra foi a solução.

Solução violenta como o demonstraram os três jovens cabo-verdianos em tribunal. Cipriano com as costas todas retalhadas pela vergasta. «Mas porquê este tratamento?», pergunta o juiz. O polícia afirma que Cipriano se descontrolara, que chegara a bater com a cabeça na parede. «Foi uma crise de nervos, senhor doutor. Mas só depois de ter sido agredido», explica Cipriano.

E Tavares? E Ernesto? Qual a razão para o seu estado? Quem faz (de novo) a pergunta é o juiz. Tavares e Ernesto tentam responder. E é Ernesto quem funciona como porta-voz: «Nós lá na esquadra estávamos sentados sem fazer mal nenhum (o próprio agente não rebate esta posição) e de repente começaram a bater-nos com o bastão. Eram três polícias. Depois disseram-nos: «Ponham aí uma das mãos». E bateram-nos. «Agora a outra», continuaram. E voltaram a bater. Bateram-nos pelo menos dez vezes em cada uma das mãos».

O juiz parece não estar convencido com o relato de Ernesto. Ernesto apercebe-se e afirma: «Juro pela minha mãe e pela minha saúde em como é tudo verdade o que estou a contar». E para demonstrar que não mente avança para o magistrado (no que é acompanhado por Tavares), ao mesmo tempo que lhe estende os dois braços. «Se o senhor doutor não acredita posso ir aí ao pé mostrar». O juiz trava-lhe os passos: «Não é necessário!». Mesmo à distância eram por demais visíveis os vergões nos braços de Ernesto e de Tavares e as suas mãos inchadas que mal se podiam fechar. Mas Ernesto continua a sua narrativa: «Eles têm ódio de nós. E eu não sei bem porquê. Até nos disseram que o que lhes apetecia era matar-nos». E com um desabafo (inconsolável): «E agora com as mãos assim como iremos trabalhar?». O juiz (que não responde a esta questão), limitar-se-ia a afirmar, quase em surdina, antes de absolver os três amigos (as provas eram tão evidentes que os agentes acusadores permaneceram mudos): «É certo que na vossa actuação houve qualquer coisa que não teria corrido bem. Mas não há dúvida que vocês já sofreram um bocadinho por elas».

Um bocadinho, dr. Tomé? Não será isso uma expressão demasiado forçada (escreveríamos envergonhada) para definir a constatação de uma realidade (tão violenta) que mais parece retirada às páginas do colonialismo (recente) do que ao quotidiano de um Portugal saído de Abril.

MANUEL GERALDO

A lei ao alcance da mulher num novo guia jurídico

Encontra-se à venda nas livrarias «O Guia Jurídico da Mulher» numa edição Heptágno. A primeira vista, não haveria razão de ser para a elaboração de um guia jurídico destinado especificamente às mulheres. Verifica-se contudo que a maioria das mulheres desconhece as leis verificando-se por outro lado uma barreira entre o formalismo legal e a desigualdade quotidiana.

Tal desfasamento entre lei e realidade justifica assim, a divulgação das partes mais importantes da legislação, que, em consequência do princípio geral da igualdade do homem e da mulher, aboliram as desigualdades e discriminações contra as mulheres.

Partindo do texto constitucional os autores do guia, Albertino Antunes, Iolanda Amorim, Norberto Severino e Rita Freitas, distinguiram quatro aspectos fundamentais da vida da mulher: A família-casamento, maternidade, filiação; O trabalho e os Crimes e Impostos. Daí, as quatro partes em que dividimos o Guia: A Mulher e a Família-casamento, união de facto, filiação, e sucessões; A Mulher e o Trabalho (trabalho e segurança social); A Mulher e os Crimes; A Mulher e os impostos. Numa quinta parte trata-se da Assistência Judiciária e reproduzem-se minutas de requerimentos para obter esse benefício e requerer a regulação do poder paternal.

Ao lado do princípio genérico da igualdade jurídica da mulher, a Constituição consagrou os princípios da igualdade na família e no trabalho. E teve de referi-los expressamente, porque, até então, as leis portuguesas estabeleciam um tratamento desigual e desfavorável para as mulheres. Foi, pois, necessário afirmar a desigualdade, porque existia a discriminação.

Quanto ao direito ao trabalho, afirma-se que «Compete ao Estado garantir esse direito, assegurando a igualdade de oportunidades na escolha de profissão ou género de trabalho, e as condições para que o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais não seja vedado ou limitado em função do sexo. Afirma-se ainda o direito das mulheres à retribuição do seu trabalho segundo a quantidade, natureza e qualidade, respeitando-se, assim, o princípio de que para trabalho igual, salário igual.

Trata-se de uma publicação decisiva para que a mulher conheça os direitos que a assistem no dia a dia.

15 por cento de americanos sofrem de doenças mentais

WASHINGTON – Dez a quinze por cento dos americanos, segundo as últimas estimativas, isto é, 20 a 32 milhões de pessoas, têm necessidade de tratamentos de medicina mental, declarou na terça-feira o presidente Jimmy Carter.

Carter, que apresentava um projecto de lei de auxílio de reforma do sistema de medicina mental destinado a remediar as insuficiências actuais, sublinhou que apenas 15 por cento destes doentes beneficiavam de ajuda especializada.

LIQUIDAÇÃO TOTAL
da CASA CIBELE
RUA SERPA PINTO, 16-A (Ao Chiado)
MUDANÇA DE RAMO
LIQUIDA TODA A EXISTÊNCIA
BLUSAS, TEE-SHIRTS, CALÇAS, CASACOS DE CAMURÇA, VESTIDOS, ETC.
FATOS DE BANHO E BIKINIS A 395$00

PUB.
AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E À ADMINISTRAÇÃO DA FINICISA

PRÉ-AVISO DE GREVE

Considerando que a administração da FINICISA se comprometeu em 24/10/78 a negociar com os representantes dos trabalhadores o acordo interno para a empresa.

Considerando que no seguimento do compromisso assumido foi apresentado, em 28/3/79, um caderno reivindicativo à administração da FINICISA, contendo as reivindicações que os trabalhadores desejam ver contempladas.

Considerando que após várias diligências feitas pelos representantes dos trabalhadores junto da administração da empresa, esta, dando o dito por não dito, tem mantido uma recusa sistemática em atender as reivindicações apresentadas.

Considerando que os trabalhadores da empresa, face à intransigência da administração, decidiram em plenário de 14/5/79 encetar formas de luta em defesa das suas reivindicações.

Os sindicatos abaixo indicados, ao abrigo do número 1 do Art.º 2 e nos termos do Art. 5 ambos da Lei n.º 65/77 de 26 de Agosto (lei da greve), declaram a paralisação para todos os trabalhadores que representam na FINICISA, durante o período que decorre entre as 8 horas do dia 18/5/79 até às 16 horas do dia 19/5/79.

— Pela reposição do poder de compra dos trabalhadores.
— Contra as manobras reaccionárias do patronato.
— Pela defesa do caderno reivindicativo.

Os sindicatos subscritores:
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Portalegre.

Portalegre, 15/5/79

BONS AUTORES

-GOYA-
(O DIVINO)
GALERIA GOYARTE
QUADROS A ÓLEO
LOIRO E QUINTAS, LDA
RUA DE D. ESTEFÂNIA, 84-C
* TELEFONE 536411 * LISBOA

PUB.
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ZONA SUL
ASSEMBLEIA DE DELEGADOS
CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Delegados Sindicais das Direcções Gerais ou Organismos Equiparados, para uma Assembleia de Delegados a realizar no próximo dia 17 de Maio (5.ª Feira) às 21,00 horas no L.N.E.C. — Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Av. do Brasil), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º) — Análise da situação Político-Sindical
— Proposta Reivindicativa Comum — Forma de luta
— Alteração aos Estatutos
— Projecto de Lei sobre as organizações sindicais apresentado pelo P.S.
2.º) — Deliberação sobre o modo de funcionamento de uma Assembleia Geral.

Lisboa, 10 de Maio de 1979
O SECRETARIADO DA MESA

— DELEGADO SINDICAL CUMPRE O TEU DEVER — COMPARECE!
— ESTÃO EM CAUSA QUESTÕES IMPORTANTES PARA A VIDA DOS TFP!

NOTA: A identificação dos Sócios e Delegados Sindicais será feita através da apresentação dos Cartões respectivos, tendo o cartão de sócio que conter nele colada a quota de JANEIRO.

A DIRECÇÃO

Caminhos de Ferro Portugueses
Informação
Greve do dia 17 de Maio de 1979
(5.ª-feira)
(das 00.00 h. às 12.00 horas)
COMUNICADO
Face à anunciada greve para o dia 17 de Maio, das 00.00 h. às 12.00 horas, declarada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos e pelo Sindicato dos Maquinistas, a CP informa que não pode garantir os serviços afectados pela mesma greve. Contudo, e dado que esta não é geral, serão efectuadas as circulações ferroviárias para as quais eventualmente se disponha de pessoal, embora não seja possível o respectivo anúncio antecipado.

ENSINO

Estudantes de Patologia Geral em greve há quase dois meses

Os 370 alunos do 3.º ano da Faculdade de Medicina de Lisboa estão em greve, desde o dia 26 de Março, à cadeira de Patologia Geral, regida pelo professor Fernando Nogueira, o docente mais antigo daquele estabelecimento de ensino.

Movem-nos como razões fundas a incompetência pedagógica e irregularidades na avaliação de que teria dado provas ao longo dos últimos anos.

Com efeito existem nos arquivos da secretaria daquela Faculdade abaixo-assinados, anteriores ao 25 de Abril, de alunos pedindo revisão de provas à cadeira regida por Fernando Nogueira.

Em breve retrospectiva: em Junho de 1974 o professor Fernando Nogueira é suspenso, sendo-lhe instaurado um inquérito. É readmitido em Fevereiro de 1977, por um despacho que toda a gente, do MEIC ao Conselho Científico, afirma ter visto, mas que toda a gente ignora onde esteja. Uma espécie de despacho fantasma, cujo não aparecimento podem legitimamente alegar os alunos para não reconhecerem o professor Fernando Nogueira como tal.

O ano passado, também os alunos do então 3.º não tiveram aulas. Com o consentimento do próprio MEIC a cadeira passou para o actual 4.º ano, sendo regida por um colectivo de professores da Faculdade.

O curso já acabou e os resultados são positivos, ao que nos garantiram. Idêntico procedimento exigem os actuais alunos do 3.º ano em greve: que seja esse colectivo a ministrar-lhes a cadeira de Patologia Geral, cadeira que durante a suspensão do professor Fernando Nogueira, foi substituída naquela Faculdade pela Patologia Química.

Também, e ainda segundo informações do MEIC, na reestruturação da Faculdade de Medicina, prevista para Outubro próximo, a cadeira de Patologia Geral será eliminada.

Estranham os alunos do 3.º ano que tanto o Conselho Científico como o Pedagógico ignorem a luta dos estudantes e não se resolvam a dar uma solução a um problema que se prolonga já há quase dois meses e com antecedentes.

Os alunos acusam o professor de ser autocrático, de perder a calma, de ser totalmente incapaz de expor uma ideia oralmente («tem um pensamento em dominó»), fundamental em aulas teóricas, de ameaçar com processos disciplinares e de cometer irregularidades nas avaliações, além de assinar grandes percentagens de reprovações.

O MEIC, por seu turno, mantém-se na situação de Pilatos: terão de ser os órgãos de gestão da Faculdade a resolver o problema que ameaça arrastar-se até ao fim do ano lectivo.

O Ensino e as lutas estudantis na "Semana Académica" do Porto

PORTO – O Seminário de Estudos Associativos, que integra a Semana Académica Porto/79, vai reunir no Porto dirigentes estudantis de diversas crises ocorridas nas universidades portuguesas nas últimas décadas. Neste momento, oito direcções de associações de estudantes de escolas superiores apoiam a «Semana Académica», que decorrerá entre 21 e 28 do corrente, estando a ser preparadas iniciativas culturais, desportivas e de convívio que, diz o respectivo comunicado ontem difundido, «constituam uma amostra de todas as expressões do movimento associativo na Academia do Porto». Em 26 e 28 de Maio terão lugar as duas sessões do referido Seminário, cujos temas são os seguintes: «Passado e presente das reformas do Ensino em Portugal» e «O movimento estudantil da crise de 62 à actualidade». Para este seminário estão a ser convidados não só dirigentes associativos como professores, ensaístas e estudiosos da problemática do ensino em Portugal. Diversas pessoas confirmaram já a sua participação. Paralelamente, decorrerá uma exposição de documentos (fotografias, textos, livros e comunicados) referentes aos temas do seminário.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Aljustrel e Ferreira do Alentejo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República» o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP — Zona de Distribuição Alentejo-Algarve, a que se refere o processo 8/63424, arquivo 5460, para o estabelecimento nas freguesias de S. João de Negrilhos e Ferreira do Alentejo, concelhos de Aljustrel e Ferreira do Alentejo, de uma linha aérea a 30 KV, com 1149 metros, do poste n.º 52 da linha para a Consol ao posto de transformação de Aldeia das Fortes.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Maio de 1979.

Pelo Engenheiro Chefe

Joaquim Gonçalves dos Santos

TRIBUNAL JUDICIAL DO 7.º JUÍZO CÍVEL

LISBOA

Proc. 498/78

ANÚNCIO

2.ª Publicação

Faz-se saber que pela 2.ª Secção deste juízo, correm éditos de vinte dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados IVONE DA NAZARÉ CARVALHO, viúva, residente na Rua do Bocage, n.º 23-1.º, Queluz, PAULO JORGE GOMES DA COSTA, menor de 12 anos, MARIA MARGARIDA GOMES DA COSTA, menor de 8 anos, ambos residentes na Rua do Bocage, n.º, 23-1.º, esq. em Queluz, legalmente representados por seu pai, Francisco Carvalho da Costa; ANA RITA DA SILVA COSTA, menor de 5 anos e SARA MARIA DA SILVA COSTA, menor de 2 anos, residentes em Casais de Mem Martins — Urbanização Serra das Minas, lote 39-1.º, esq.º, Rio de Mouro, representados legalmente por seu pai, António José Carvalho Costa, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução movida por PIEDADE NUNES BARRETO, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lx.ª, 8-5-1979

O JUIZ DE DIREITO

(Joaquim Augusto Valente Cantante)

O escriturário,

(Manuel Daniel de Sousa)

UDP contesta despacho do MEIC sobre Associação de Pais

A Comissão de Educação da União Democrática Popular (UDP) afirma que com o projecto de despacho regulamentador da Lei 7/77, sobre associações de pais, «o MEIC não presta serviço aos alunos, nem aos pais, nem às escolas».

Na opinião da UDP, o MEIC reconhece às associações de pais o papel de principal interlocutor em questões de ensino, outorgando-lhes direitos que nega às associações de alunos e às estruturas sindicais de professores.

Deste modo, o referido projecto de despacho «permite uma ingerência na vida interna das escolas, que pode tornar-se em mais um factor de perturbação, prejudicando a vivência e gestão democrática nas escolas».

Ainda de acordo com o texto da UDP, o projecto de despacho do MEIC permite uma ingerência na vida interna das escolas que pode, a breve trecho, tornar-se em mais um factor de perturbação, prejudicando a vivência e gestão democrática das escolas. O papel que o chamado Secretariado Nacional das Associações de Pais e algumas associações têm desempenhado após o 25 de Abril, actuando como grupo de pressão de forças de direita e extrema-direita, «tem tido grande acolhimento pelo MEIC, sobretudo desde o I Governo Constitucional».

Segundo a UDP, o presente regulamento visa dar uma maior margem de manobra a estes grupos dentro da escola e não a conferir à generalidade dos pais aquilo a que, como cidadãos e trabalhadores têm direito: discutir os problemas de ensino, ajudar a encontrar as respostas para eles. O texto afirma ainda que «o MEIC não presta serviço aos pais nem aos alunos, nem às escolas; pelo contrário, atenta contra todos, ao dar força a quem quotidianamente pugna contra uma transformação progressista do ensino».

CHEGOU A RECEBER 1500 CONTOS

Sacerdote "livrava" da guerra colonial

PORTO, 16 – Agentes da Polícia Judiciária desta cidade capturaram, em Mirandela, onde exercia a função de professor na Escola Preparatória local, o padre Sebastião Ferreira da Costa Campos, de 61 anos, acusado de ter praticado, em todo o País, burlas que ascendem a várias dezenas de milhares de contos. Segundo a acusação, aquele sacerdote, desde 1969, data em que se iniciou o processo na Directoria daquela Polícia em Lisboa, valia-se das suas boas relações, sobretudo junto de hospitais militares, para evitar que determinados indivíduos fossem mobilizados para a guerra colonial, mediante o pagamento de quantias que oscilavam entre os 70 e os 1500 contos.

O padre Sebastião que, antes do 25 de Abril, chegou a ausentar-se para o Brasil, de onde regressou alguns anos mais tarde, foi denunciado por um oficial de uma força paramilitar que descobriu as actividades ilícitas daquele sacerdote que iam até à falsificação de documentos para «livrar» da guerra colonial militares que acabaram mesmo por ir para as ex-colónias, depois de depositarem nas mãos do padre Sebastião as avultadas quantias por ele exigidas.

O padre foi apresentado ontem nos Juízos de Instrução Criminal desta cidade que ordenaram a sua prisão sem admissão de caução.

Estudantes de Coimbra reafirmam poderes deliberativos da Assembleia Magna

COIMBRA, 16 – Cerca de mil estudantes, reunidos ontem à tarde, em Assembleia Magna da Academia de Coimbra, reafirmaram que este órgão tem «poderes deliberativos sobre qualquer estrutura associativa, incluindo a própria direcção-geral».

A moção aprovada surgiu a propósito de um diferendo que opõe os actuais corpos gerentes da AAC ao conjunto dos organismos autónomos e secções desportivas e culturais, bem assim como à generalidade das formações políticas de esquerda.

A mesa da Assembleia Magna não reconhece como «quorum» para este órgão um número de estudantes inferior a cinco mil.

Aquelas estruturas argumentam que os estatutos em vigor exigem somente dez por cento do total de alunos inscritos na Universidade, ou seja, cerca de mil estudantes.

À semelhança do que aconteceu com a assembleia do passado dia 8, também hoje se atingiu uma situação de impasse, até que os elementos da mesa abandonaram o pavilhão do campo de Santa Cruz.

Os presentes elegeram uma mesa «ad hoc» que deu início aos trabalhos, os quais vieram a ser interrompidos cerca de meia hora mais tarde devido à saída de duas centenas de estudantes.

Entretanto, foi convocada, para data a anunciar, uma reunião de organismos autónomos, secções desportivas e culturais e ainda comissões de curso para debater a situação.

POR CAUSA DAS NOTAS ESCOLARES

500 crianças suicidam-se por ano na Alemanha Federal

BONA – As estatísticas oficiais publicadas regularmente em Bona fazem da RFA um país onde não é bom ser criança: 500 crianças matam-se todos os anos em virtude dos resultados escolares (percentagem recorde, depois do Japão) e 200 crianças sucumbem aos maus tratos dos seus pais, o que apenas representaria um décimo das crianças que são espancadas. Por outro lado, trinta mil jovens com menos de 16 anos são submetidos todos os anos a curas de desintoxicação alcoólica.

Para ajudar essas crianças, o Governo adoptou a semana passada em Bona um projecto-lei que entrará em vigor no próximo dia 1 de Janeiro e deverá estabelecer novas relações entre pais e filhos. Elaborado em 1973, o projecto-lei social-democrata aprovado com os votos contrários dos cristãos-democratas no termo de uma sessão-maratona, substitui a noção de «autoridade paternal» pela de «assistência paternal». A noção de direitos dos pais, prefere a de deveres do pai e da mãe e deseja uma «concertação permanente» entre pais e filhos.

A Lei prevê o direito – teoricamente – da criança escolher a partir dos 14 anos a sua futura profissão. Os pais poderão discutir com ela, mas não poderão opor-se à sua escolha. Em caso de desacordo, o diferendo pode ser submetido a um juiz de tutela. O juiz poderá, igualmente, intervir se a criança se considerar vítima de castigos «degradantes». A Suécia não fez escola na RFA, onde o açoite continua a ser considerado meio educativo.

A Lei prevê ainda os casos excepcionais: em caso de divórcio, uma criança com mais de 14 anos de idade poderá escolher com quem deseja ficar a viver. Finalmente, pais que tiverem confiado durante a maior parte da sua juventude uma criança a um outro casal não poderão mais ficar com ela se o juiz de tutela considerar que a criança tem mais hipóteses de desenvolvimento na nova família.

Arrastão em Aveiro destruído pelo fogo

Apesar de um exaustivo trabalho de combate ao incêndio, que se prolongou por várias horas, o arrastão «Mar Antárctico» acabou por se afundar ao fim da tarde de ontem a 24 milhas do cabo Mondego. O fogo deflagrara a bordo, cerca das 10 horas, tendo os doze tripulantes do navio sido recolhidos pelo arrastão «Rio Dão». O sinistro teria começado na casa das máquinas devido a um curto circuíto. No combate às chamas participaram dois navios da Armada portuguesa, a corveta «Oliveira e Carmo» e o patrulha «Limpopo».

O navio sinistrado pertencia à sociedade de pesca «Mar Árctico», de Aveiro, era totalmente construído em madeira, sendo considerado um dos mais velhos da nossa frota pesqueira.

Teólogos não estão com o MEIC

PORTO, 16 – Cerca de 130 diplomados em Teologia decidiram num plenário recentemente realizado no antigo Seminário de Vilar, denunciar por todos os meios, até à sua revogação o despacho 59/79, «que retira a habilitação própria aos teólogos e, inclusive, lhes impõe a obrigação vexatória de fazerem exames de latim e grego, quando estudaram no seminário 8 anos de latim e 4 de grego».

CURSOS

MECANOGRAFIA

Conseguir uma profissão que lhe dê a independência económica, está agora ao seu alcance com um dos cursos de PERFURAÇÃO VERIFICAÇÃO ou GRAVAÇÃO/VERIFICAÇÃO DISKETTES.

Sistemas: IBM E UNIVAC

Início dos cursos: 18 Maio

Inscrições limitadas

EXTERNATO CONTINENTAL

Telf. 325652 — R. do Arsenal, 100 - 1.º

REFORMA AGRÁRIA

PS ACUSA O GOVERNO DE NÃO CUMPRIR A LEI

Abusos e ilegalidades na zona da Reforma agrária

O Secretariado Nacional do Partido Socialista afirma em comunicado que os objectivos essenciais da Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, aprovada por sua iniciativa na Assembleia da República, «devem ser mantidos e realizados».

Segundo o PS essa legislação visava «regulamentar a entrega de reservas aos antigos proprietários e melhorar as condições de viabilidade económica das explorações privadas delas resultantes».

Aquele partido continua a defender que a aplicação da Lei Barreto de uma forma «rigorosa e sensata» poderia vir a consolidar uma nova estrutura fundiária na região, assegurando a coexistência de várias formas de exploração desde a cooperativa de trabalhadores à média exploração privada e às pequenas explorações familiares.

No entanto, sublinha-se, no comunicado, «a aplicação da lei que tem vindo a ser feita desde o terceiro Governo desvirtua os seus objectivos e parece orientar-se pelo propósito de destruir a Reforma Agrária».

O Partido Socialista aponta alguns abusos e ilegalidades cometidos na zona de intervenção da Reforma Agrária, sobretudo a concessão de reservas com 70 mil pontos a proprietários absentistas que deveriam receber apenas 35 mil, pois mantém propriedades com pontuação superior à prevista na lei. O comunicado refere, ainda, a demarcação de reservas na mesma unidade sob o pretexto, não aprovado, de que existiam antes do 25 de Abril vários contitulares com explorações agrícolas distintas na mesma propriedade.

O comunicado condena também «a forma descoordenada, sem obedecer a qualquer plano, como se tem processado a entrega das reservas e sem diálogo com os trabalhadores». E a propósito exige do Governo «explicações públicas e pormenorizadas das acusações de que tem sido alvo, bem como sobre a corrupção no processo de entrega de reservas a que se referiu o próprio ministro da Agricultura e Pescas.

De acordo com o PS a aplicação da lei deve obedecer a certos princípios nomeadamente o escrupuloso cumprimento das disposições respeitantes à entrega de reservas, a obediência a um plano previamente conhecido e dialogado com os trabalhadores, a demarcação de reservas tendo em conta a necessidade de assegurar a viabilidade económica das UCPs, a continuação das expropriações, a prestação de apoios por parte dos serviços oficiais às cooperativas e restantes formas de exploração, o redimensionamento das unidades colectivas de produção com área excessiva, a programação de iniciativas que permitam absorver a mão-de-obra excedentária resultante da entrega de reservas.

PELA GUARDA FISCAL

Apreendidos 3500 contos de mercadorias

Eleva-se a mais de 3500 contos o valor das mercadorias apreendidas pela Guarda Fiscal entre 9 e 12 do corrente. Em operações efectuadas em todo o país, durante aquele período, forças da GF apreenderam garrafas de uísque, vestuário e tecidos, material de som e géneros alimentícios.

As áreas de maior volume de apreensões situaram-se no Porto, Chaves, Vilar Formoso, Lisboa, Portalegre, Elvas, Coruche e Montemor-o-Novo.

SAÚDE

CIRURGIA CARDIOTORÁCICA EM CONGRESSO

Deixar de fumar é a única arma para combater o cancro do pulmão

COIMBRA, 16 – Cerca de 90% dos casos de cancro no pulmão devem-se ao tabaco. A única arma, para a maioria das pessoas, verdadeiramente eficaz contra essa doença, é deixar de fumar.

Foi o director dos Serviços de Pneumologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, prof. Robalo Cordeiro, quem assim falou no final de uma mesa-redonda sobre o cancro do pulmão, epidemiologia que assume em Portugal «aspectos explosivos». Segundo aquele catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra apenas se verifica um índice de sobrevivência da ordem dos nove por cento, cinco anos após o diagnóstico, nesses casos.

Tentativas de diagnóstico precoce e rastreios em fumadores e pessoas que na sua actividade profissional estão sujeitas a inalações de produtos cancerígenos fazem parte das soluções que vêm sendo procuradas. E foi com a mesa-redonda sobre o cancro do pulmão que encerrou ontem, nesta cidade, o congresso de cirurgia cardiotorácica, que decorreu no Auditório da Universidade durante quatro dias.

Se o cancro do pulmão foi tema que prendeu as atenções dos participantes, não menos importante foram as comunicações sobre computadores em medicina, a cargo do especialista norte-americano Rou Jurado, e sobre doenças valvulares, feita pelo holandês Jan Nauta. Também houve quem se debruçasse sobre a cirurgia das coronárias, domínio praticamente virgem em Portugal, e acerca das novas técnicas para a correcção das cardiopatas congénitas, que ainda há bem pouco tempo começaram a ser tratadas no nosso país. Coube a Alberto Pacífico aflorar o tema.

Enfim: este congresso de cirurgia cardiotorácica foi um acontecimento que se revestiu de grande importância para o progresso da matéria em Portugal, como sublinhou à ANOP Marcial de Oliveira, coordenador do congresso, que também referiu que os índices de mortalidade por aquela não ultrapassam (e em alguns dos casos são inferiores) os dos melhores centros mundiais. Marcial de Oliveira preconizou, por fim, um maior apoio das autoridades portuguesas a este ramo de medicina, no sentido de evitar a saída de divisas, pois cada operação no estrangeiro custa entre 500 e 600 contos.

SIMPÓSIO DE RADIOLOGIA

É da esfera da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear o primeiro Simpósio Internacional de Intervenção Radiológica, que decorrerá num hotel algarvio entre 29 do corrente e 2 de Junho. O acontecimento insere-se, segundo aquela instituição, nas descobertas da arteriografia pelos pioneiros portugueses da angiografia, designadamente Egas Moniz (Prémio Nobel da Medicina), Reinaldo dos Santos, João Cid dos Santos, Lopo de Carvalho, Hernâni Monteiro, Aires de Sousa e Sousa Pereira.

Este primeiro Simpósio Internacional terá a participação de cerca de sete centenas de cientistas em representação de 42 países. Paralelamente à reunião processar-se-á um curso de radiologia de intervenção, que se efectua pela primeira vez em todo o mundo, dirigido por Sidney Wallace, de Houston.

O simpósio tem o patrocínio do Presidente da República e, no campo científico, da Associação Europeia de Radiologia, Colégio Brasileiro de Radiologia, Sociedade Alemã de Radiologia e Colégio Britânico.

Entretanto, em Faro, começou o Seminário Internacional promovido pela OMS (Organização Mundial de Sapúde) com a apresentação de um estudo sobre a detecção precoce de deficiências nas crianças. As regras de obstetrícia e as regras de pediatria nas crianças deficientes são temas da agenda de hoje. O seminário termina amanhã.

Colocação em hospitais oficiais para médicos com o internato

Os médicos, aprovados em concurso de integração para vagas existentes em hospitais centrais e que se encontram a aguardar a elaboração dos processos de provimento nessas vagas, continuarão a trabalhar a título individual,, até à data da tomada de posse, nos estabelecimentos onde actualmente prestam serviço.

Esta uma das determinações da resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º 149/79, publicada hoje no jornal oficial, e que estabelece regras quanto às condições em que os diferentes grupos de médicos habilitados com o internato de especialidade deverão ficar ligados aos estabelecimentos hospitalares oficiais.

Esta resolução de Mota Pinto, tem em conta, segundo as palavra do texto, « a situação actual da cobertura médica do País, com graves carências de especilistas nma periferia e números satisfatórios, e em não raros casos excessivos, de especialistas nos hospitais centrais».

Um outra das resoluções do diploma estabelece que «os médicos que venham a ser colocados em localidades diferentes daquela em que se situam os estabelecimentos a que se encontram actualmente vinculados e que trabalhem nos Serviços Médico-Sociais poderão, caso o desejem, cumprir o mesmo número de horas de trabalho nas unidades dos serviços médico-sociais da localidade em que foram colocados, sendo a sua transferência efectuada mediante simples requerimento do interessado».

COMPLEXO CUSTA 40 MIL CONTOS

Irmandade de Braga instala lar de 3.ª idade e infantário

PORTO, 16 – Um centro de dia, um lar para a Terceira Idade e um infantário vão funcionar em Braga, a cargo da Irmandade de Santa Cruz, complexo cujas obras orçam em cerca de 40 mil contos. Terá capacidade para uma centena de internos, comportando 36 quartos individuais e 14 de casal. Cada um dos internos deverá pagar a instalação de acordo com as suas possibilidades.

O centro de dia pode ser frequentado por 40 pessoas, enquanto o infantário receberá 60 crianças, entre os 3 meses e os três anos. A sua entrada em funcionamento está prevista para fins de Julho.

A irmandade de Santa Cruz comemorará brevemente os 40 anos de existência, estando a ser preparado um programa para assinalar a efeméride.

PAGUE EM 12 MESES
SEM AUMENTO DE PREÇO

M. L. FERREIRA
RUA D. ESTEFÂNIA, 48 - A
AV. DA REPÚBLICA, 54 - B

CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

MOÇÃO

Considerando:

— Que a cerimónia da entrega dos primeiros 36 fogos do Bairro SAAL de Linda-a-Velha, foi um dos actos mais significativos das comemorações do 25 de Abril no Concelho de Oeiras.

— Que este acto, foi saudado pela população presente como uma esperança para os moradores pobres deste Concelho.

— Que este acto foi testemunhado por todos os Orgãos Autárquicos deste Concelho, representados pelos seus Presidentes.

— Que este acto representa uma vitória das Associações de Moradores, na sua luta que dura há 4 anos, por uma habitação digna e decente.

— Que essa vitória não vai agradar às forças políticas e sociais que mais se têm salientado na luta contra a Democracia e a Constituição, expressão viva das conquistas de Abril.

— Que agora, mais do que nunca é preciso consolidar essa vitória dando todo o apoio às Associações de Moradores que pretendem levar por diante a construção dos seus bairros.

— Que as Organizações Populares se consolidam e dignificam quando se dedicam à resolução dos problemas concretos da população, procurando colaborar com os Órgãos Autárquicos, sem demagogias, nem manipulaçoes partidárias.

Propomos:

1. Manifestar a mais profunda admiração à Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril, pela vitória alcançada.

2. Saudar a equipa técnica, pelo seu empenhamento até ao sacrifício, manifestado em todo o processo mas, especialmente a partir da data em que entendeu aceitar executar a obra por Administração Directa.

3. Reiterar o seu apoio a todas as Associações de Moradores e demais Organizações Populares, que colaboram com os Órgãos Autárquicos, na resolução dos problemas das populações mais carecidas.

4. Saudar todos os Serviços Municipais que, de uma forma geral têm colaborado neste processo, com especial relevância para os Serviços Municipais de Habitação, pelo seu empenhamento.

5. Saudar todos os meios de comunicação social que deram o devido relevo ao acontecimento.

6. Manifestar o seu mais vivo repúdio pela ausência da RTP e RDP e bem assim, pela falta de qualquer notícia em certa imprensa que, e não é por acaso, é aquela que mais se tem salientado na contestação do 25 de Abril, da Constituição e da expressão da vontade popular representada na Assembleia da República.

7. Exigir do Governo, que a Lei das Finanças Locais seja aplicada de forma a que os Municípios possam dar execução imediata aos seus programas de habitação.

8. Exigir do Governo que o F.F.H. seja dotado das verbas necessárias para sequência das obras começadas e arranque daquelas que tem projecto e terreno.

9. Solicitar aos Partidos Políticos, representados na Assembleia da República que estas questões, entre outras, sejam discutidas no Programa e Orçamento Geral do Estado para 1979, como condição para a sua aprovação.

10. Que se o Governo persistir em ignorar estas questões, a Assembleia da República accione os meios constitucionais ao seu alcance, para que o mesmo seja demitido.

Oeiras, 2 de Maio de 1979

Câmara Municipal de Oeiras

Carlos Neves

(Aprovado por unanimidade na reunião ordinária de 2.5.79)

encomenda EXPRESSO

Serviço diário de encomendas expresso nas estações de LISBOA, PORTO, FARO, ABRANTES e CASTELO BRANCO.

Só o tempo de viagem de um comboio de passageiros

Caminhos de Ferro Portugueses

Informaçoes:
Lisboa — Sta. Apolónia 86 41 81
Porto — 92 27 22

DISCURSO DE MOTA PINTO NA TV

Repúdio unânime de partidos e sindicatos

Uma oposição quase unânime ao Governo – apenas quebrada por uma diluída solidariedade do CDS – foi a reacção das forças sociais, desde partidos políticos a sindicatos, ao discurso de Mota Pinto transmitido pela RTP.

Para o **Partido Socialista**, como ontem noticiámos, a peça oratória do Primeiro-Ministro foi o «seu próprio epitáfio», lido com «ingénua auto-satisfação», enquanto as medidas já tomadas por este Governo e publicitadas por Mota Pinto não são mais do que «uma curiosa série de irresponsabilidades».

Por seu turno o **PSD**, pela voz do presidente da sua Comissão Política Nacional, Meneres Pimentel, além de acentuar a necessidade de o Governo se demitir e de acusar o Primeiro-Ministro de «falar de assuntos que ninguém conhece», salienta que Mota Pinto não revelou ao país «a péssima situação económica» e «chamou a si os louros da melhoria da situação financeira, quando, como todos sabem, não lhe pertencem, mas sim aos portugueses que assumiram os sacrifícios correspondentes».

Basílio Horta, vice-presidente do **CDS** admitiu que a situação portuguesa «não se contém, por inteiro, no quadro optimista esboçado pelo Primeiro-Ministro», apoiando no entanto o prof. Mota Pinto quanto à necessidade de ser o Parlamento a derrubar o IV Governo.

Salientou ainda, em comentário ao discurso do chefe do Governo, que no caso de o Executivo conseguir manter-se deverá ser remodelado.

Um porta-voz da SIP do **Partido Comunista** afirmou que através do discurso da passada segunda-feira, Mota Pinto veio apenas «reafirmar o seu propósito de prosseguir uma política de desastre e ruína nacional que o povo português tem condenado de maneira inequívoca».

Para os comunistas «a demagogia, a incompetência, as falsificações e a arrogância que o Primeiro-Ministro uma vez mais exibiu», traduzem «uma grande irresponsabilidade política e só confirmam que a substituição deste Governo é uma necessidade urgente para a defesa da democracia e dos interesses populares e nacionais».

Para a **UDP**, o discurso de Mota Pinto serviu para este fazer o balanço «dos serviços que tem prestado aos latifundiários, aos grandes capitalistas e ao imperialismo estrangeiro», sendo ao mesmo tempo demonstração bastante de «que é preciso derrubar o Governo». «Aos trabalhadores, afirma ainda a UDP, «que ouviram há três semanas o general Eanes considerar a acção do Governo como globalmente meritória, não podem restar dúvidas que é necessário impedir Eanes de constituir um V Governo, impondo nas fábricas, nos campos e nas ruas o derrube do IV Governo e eleições antecipadas».

REACÇÃO DA CGTP-IN

A CGTP-IN considerou a alocução televisiva de Mota Pinto como «uma arrogante provocação aos trabalhadores, uma descarada demonstração de apego ao poder, em que utilizou a demagogia enfatuada e ridícula, tentando adiantar razões que justifiquem a sua manutenção e a do seu Governo».

Para aquela central sindical, o discurso demonstrou também «que se agudiza o perigo que o país corre em cada dia que este Governo se mantém».

Recordando as manifestações de 25 de Abril e do 1.º de Maio, a CGTP-IN afirma que os trabalhadores demonstraram inequivocamente que querem «a demissão pura e simples deste Governo».

A central sindical advoga a sua substituição por outro «que prossiga uma política que dê resposta aos problemas dos trabalhadores e do país, respeite a Constituição e as conquistas de Abril».

TLP

Particularmente visados no discurso de Mota Pinto, também os órgãos representativos dos trabalhadores dos TLP protestaram contra as declarações do chefe do Governo:

Assim, os Sindicatos dos Telefonistas do Norte e de Lisboa, afirmam que os trabalhadores dos TLP nunca aceitaram a requisição civil, nem mesmo com a ameaça da requisição militar, e que só depois de o Governo ter acedido a dialogar com os trabalhadores, depois de intervenção do Presidente da República, é que aceitaram voltar ao trabalho. Mas, mesmo assim, contestando junto do Supremo Tribunal Administrativo a legalidade da requisição decretada pelo Governo.

O comunicado salienta também a necessidade de substituir este Governo.

Lei Eleitoral entra em vigor no dia 22

Entra em vigor no próximo dia 22 a nova Lei Eleitoral portuguesa que hoje foi publicada no «Diário da República». O texto, com 173 artigos, foi aprovado na Assembleia da República no dia 4 de Abril com os votos de socialistas e comunistas e promulgada pelo Presidente da República no dia 25 de Abril. Com a publicação do diploma estão preenchidos os requisitos técnico-legais para a realização de eleições em Portugal.

ACORDO TÊXTIL LUSO-NORUEGUÊS

Lençóis e roupas de cama separam as duas delegações

«Não é por causa de roupa de cama que vamos prejudicar as relações com um país amigo» – afirmou um dos elementos da delegação portuguesa que desde ontem, numa das dependências do Ministério dos Negócios Estrangeiros, recomeçou as negociações para a renovação do acordo que regula a importação de têxteis nacionais pela Noruega com representantes deste país. Interrompidas em Abril, porque a representação portuguesa preferiu não insistir então na objecção às propostas norueguesas, que visavam o estabelecimento de pesadas restrições aos contingentes de têxteis nacionais a importar por aquele país, as negociações reiniciaram-se agora num contexto de dificuldades acrescidas.

Não será necessário insistir na importância que a reunião assume para a indústria têxtil nacional, fortemente dependente dos pedidos e encomendas externos. Isso mesmo, aliás, está no espírito dos negociadores portugueses, sendo aquela frase exemplificativa das cautelas e reservas que existem da nossa parte. Os noruegueses, por seu turno, e segundo o secretário de Estado do Comércio Externo, «apenas pretendem fazer um acordo menos favorável para nós que o do ano passado». Mas «não existe qualquer embargo levantado pela Noruega», observou Correia Guedes.

Entre a última reunião (efectuada em Oslo) e que ontem recomeçou em Lisboa ocorreu que as autoridades norueguesas tomaram iniciativas contraditórias com o acordo que vigorou nos dois derradeiros anos, e mais concretamente até 9 de Março, recusando designadamente licenças para a importação de determinados artigos portugueses. O embargo, que foi considerado de suficiente gravidade e justificou uma nota de protesto do MNE, incidiu sobre três rubricas: roupa de cama, caisas e lençóis de flanela, de forma a obstar, como acentuou uma fonte ligada à AIP (Associação Industrial Portuense), em cuja área se concentram as mais importantes unidades de fabrico do País, «à satisfação de encomendas ainda inseridas no acordo» há dias expirado.

Parece ser dominante a preocupação de não prejudicar as relações com um país amigo como é a Noruega, cujo volume de trocas comerciais aumentou significativamente depois de Abril de 1974, por causa de roupa de cama, camisas ou lençóis de flanela. Portugal defenderá contudo, segundo outra fonte (esta ligada ao MNE) como posição de princípio a liberalização de trocas comerciais entre os dois países no quadro da EFTA, a que ambos pertencem como membros de pleno direito. Tal proposta passará, ao que se julga, por uma ampliação do sortido dos artigos portugueses a exportar articulada com a redução do contingente de certas rubricas.

Reorganização das FA's necessita do apoio da Nato

— salientou Loureiro dos Santos em Bruxelas

A importância fundamental da situação geoestratégica do triângulo Portugal continental/ Açores/ Madeira, para as tarefas de luta anti-submarina e para o reforço aeronaval do teatro de operações europeu da NATO, foi salientada pelo ministro da Defesa Nacional, Loureiro dos Santos, ao falar ontem em Bruxelas, na reunião do Eurogrupo e do comité dos planos de defesa daquela organização.

O ministro português transmitiu a posição do seu Governo no sentido de que todos os estudos e programas da aliança destinados a reforçar a capacidade de defesa dos Açores e da Madeira, tanto no plano de fornecimento de equipamentos e material, como no melhoramento ou construção de infra-estruturas locais, deveriam ser abordados em brevidade e em profundidade.

Referindo-se à modernização das Forças Armadas portuguesas e às suas carências, Loureiro dos Santos afirmou que a concretização dos programas de modernização e reoganização empreendidas pelo Governo de Portugal necessita de todo o apoio possível por parte dos países da NATO. Dos programas referidos o ministro salientou o fornecimento de equipamentos para a primeira brigada mista, a solução da deficiência da Força Aérea no respeitante à aviação de caça e os estudos em curso para a concretização do programa de construção de fragatas destinadas à Marinha.

Salientou também o ministro as graves dificuldades económicas que Portugal enfrenta e a necessidade de todas as despesas públicas serem canalizadas em primeiro lugar para a recuperação económica e financeira do país.

Acrescentou que todavia o Governo a que pertence está consciente da posição de Portugal como membro activo e de pleno direito da NATO e que por isso continuará a desenvolver esforços para a modernização das Forças Armadas, actividades de planificação e programas de instrução.

SOARES NOS EUA

Uma vitória política?

Walter Mondale, vice-presidente dos EUA, e Cyrus Vance, secretário de Estado, foram os últimos contactos a alto nível tidos pelo líder do PS português, Mário Soares, no âmbito da visita que efectua aos Estados Unidos. Embora não esteja previsto não se exclui a possibilidade do secretário-geral socialista vir a avistar-se com o próprio presidente dos EUA, James Carter.

Fonte socialista disse hoje ao «DL», em Lisboa, que esta visita não se pode dissociar da actual situação em Portugal, no momento em que se procura uma alternativa de governo e em que o PS tenta reassumir um papel de liderança no processo político.

Soares, antes destes últimos encontros, estivera com Zbigniew Brzezinsky, conselheiro de Carter para os assuntos de Segurança Nacional. Incluindo-se na série de contactos outras conversas com Richard Moose, secretário de Estado adjunto para os assuntos africanos e com especialistas em problemas latino-americanos.

Dirigentes da central sindical AFL-CIO, e do United Automovile Worders Association (principal sindicato da indústria automóvel) inscrevem-se na lista de encontros de Soares que esta tarde deixa Washington a caminho de Madrid para assistir ao Congresso do PSOE.

Elementos da Embaixada portuguesa em Washington relacionam esta visita de Soares com a sua função de vice-presidente da Internacional Socialista retirando, desta forma, importância política, no plano nacional, aos encontros realizados e sugerindo a sua inserção num mais vasto projecto que engloba toda a estratégia dos EUA para a Península Ibérica, África e América Latina

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Falou-se da Saúde do aborto e do desemprego

Os deputados votarão esta tarde, em sessão especialmente convocada para o efeito, os projectos de lei de Serviço Nacional de Saúde, do PS e do CDS, estando previstas, a propósito, intervenções ainda de António Arnaut (inspirador do projecto do PS), Lacerda Queirós (PSD) e dos independentes Sérvulo Correia e Carmelinda Pereira.

A sessão de ontem arrastou-se um pouco no período da ordem do dia (daí a sessão especial de hoje) em parte pela intervenção de Vasco da Gama Fernandes que, em improviso preenchido com frequentes notas de humor, motivaria algumas interpelações e consequentes respostas. O ex-deputado socialista, próximo agora da «caravana presidencial», fez a defesa do projecto-Arnaut avançando com os exemplos sueco e inglês e sublinhando que neste último caso, a proposta de SNS fora apresentada, nos Comuns, por um deputado liberal.

Causaria ainda alguma hilariedade na câmara o exemplo apontado pelo ex-presidente da AR, de uma amiga pessoal que, para extrair em Portugal, uma «verruga» tivera de despender a quantia de 25 contos.

Ferreira Júnior, não indicando ainda o sentido dos votos dos dissidentes do PSD (parece mais provável agora a sua abstenção) consideraria, entretanto, o projecto socialista «minimamente aceitável» desde que lhe sejam introduzidas alterações no tocante, por exemplo, à liberdade de escolha do médico pelo doente e que não transforme os médicos em funcionários «burocratizados». Acrescentaria, porém, que os dois projectos em discussão «nada avançam» relativamene ao IV Plano de Fomento aprovado antes do 25 de Abril.

José Manuel Jara (PCP) analisou igualmente os dois documentos criticando o «centrista», que defende a ideia de que «o utente é muito mais o pagante» — e sugerindo alterações ao do PS, designadamente a necessidade de reforçar a participação dos utentes no funcionamento do SNS e o cumprimento do princípio da gratuitidade.

ABORTO E DESEMPREGO

No período anterior à ordem do dia sobressaíram as intervenções de Lopes Cardoso, acerca do julgamento de Antónia Palla, de Pedro Coelho (PS), sobre a situação no sector das Pescas e Hermenegilda Pereira (PCP) que abordou problemas relacionados com as mulheres trabalhadoras.

O ex-ministro da Agricultura e Pescas referindo-se ao processo movido contra aquela jornalista acusada «de incitamento ao crime de prática de aborto» chamou a atenção para o problema de fundo que lhe é inerente «sobre o papel da mulher na sociedade, a sua liberdade, os seus direitos», lembrou que o aborto «legal ou ilegal é praticado» para considerar que «não é a despenalização do aborto que faz crescer o número de casos.» Manifestou igualmente a sua solidariedade para com Antónia Palla vítima da «hipocrisia, obscurantismo e prepotência».

Pedro Coelho, antigo secretário de Estado das Pescas falou do sector de que foi já responsável para denunciar a acção de João Albuquerque e Vaz Portugal como «o caminho rápido para um 'tenreirismo' sem Tenreiro». Lembrando a herança do sector em 25 de Abril de um milhão de contos de dívidas ao Estado e à Banca, Pedro Coelho referiu-se ainda ao afastamento de técnicos qualificados, citando, em pormenor, o caso de Mário Ruivo. Terminou informando a câmara que o seu partido vai apresentar ao Governo um requerimento pedindo explicações acerca do modo como foi preparada a Conferência do Direito do Mar, qual a política de investigação que está a ser seguida e que razões determinaram o afastamento de Mário Ruivo.

Hermenegilda Pereira (PCP) falando a propósito dos problemas da mulher trabalhadora abordados na conferência da CGTP-IN em Novembro último, referiu, entre outros temas aí tratados, o do desemprego. Sobre este ponto abordou a acção do actual Governo nos ramos de produção onde a mão-de-obra feminina é dominante (têxtil, vestuários, conservas, químicos, material eléctrico, etc.), para lembrar os casos das trabalhadoras da Jacinto e da Fiação de Crestuma, da Walfar, Cifa, Ernesto Cruz (Covilhã), Camisaria Moderna, Fiação de Tomar, Cotesi, Ourapel, Fiação de Leça, Novifibras, Sofil, António Alves (Torres Novas), Alfrodite, Levitex, Francus — 2.000, Estofos Sularte «e de tantas outras empresas têxteis onde os despedimentos, a repressão, ameaças, «lock-out», salários atrasados são o «pão nosso de cada dia».

E.A.

SE FOSSEM INSTALADAS ARMAS NUCLEARES

Portugal seria um objectivo a neutralizar em caso de conflito

— declarou Costa Gomes em Coimbra

O general Costa Gomes defendeu a não instalação de armas nucleares em Portugal, ao intervir num colóquio sobre a bomba de neutrões, ontem à noite, em Coimbra. «Se tal acontecer», afirmou, «a nossa capacidade defensiva não aumentará e o país passaria a ser um objectivo a neutralizar logo no início de um eventual conflito nuclear».

O antigo presidente da República Portuguesa defendeu também a intensificação da luta contra a corrida aos armamentos como forma de evitar um «holocausto da humanidade».

Costa Gomes denunciou o carácter ofensivo da bomba de neutrões visto que só a utilizará «quem pretender ocupar o território do inimigo» e frisou que a decisão do presidente Carter de apetrechar os Estados Unidos com a bomba de neutrões marcou o início de uma nova corrida aos armamentos. «Terceira geração de armas de destruição massiva» foi como Costa Gomes classificou a fase que a construção de tal arma iniciou, ao historiar os momentos mais significativos da luta contra a corrida aos armamentos desde a Segunda Guerra Mundial. Nesta perspectiva, a primeira geração foi marcada pela vbomba atómica e a segunda pela bomba de hidrogénio.

Costa Gomes concluiu a sua intervenção apelando para a luta contra todo o tipo de armamento.

Estiveram presentes no debate o professor de Física Nuclear da Faculdade de Ciências de Coimbra, José Dias Urbano, o catedrático de Direito, Luís de Albuquerque, vice-reitor da Universidade e representantes do Governo Civil e da Câmara Municipal de Coimbra, além de centenas de pessoas.

O colóquio encerrou com um ciclo de cinema da República Democrática Alemã, organizado pelo Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos.

Representante chinês a caminho de Lisboa

O primeiro encarregado de Negócios chinês interino em Lisboa, Yan Hongliang, deixou ontem Pequim por via aérea para ocupar o seu novo posto, informa a agência «Nova China».

Os dois países, recorde-se estabeleceram relações diplomáticas no passado dia 8 de Fevereiro.

Pub

Luís Loureiro dexou o restaurante «Olho do Cuco» e está à sua espera no Pub «Távola» Av. Estados Unidos da América, 61-B.

PUB

CABELEIREIRO

BRITO E BRITO

COIFFEUR • PERFUMARIA • ARTIGOS DE BELEZA

Av. de Roma, 66-1.º — TELEF. 896571
Av. da Liberdade, 236 — TELEF. 572944

FRIGAZ

ELECTRODOMÉSTICOS

26.º ANIVERSÁRIO

SALVÉ!

Estamos mesmo contentes!
Continuamos servindo muitos dos clientes que conhecemos, quando aparecemos, EM MAIO DE 1953.
E por gentis recomendações em cadeia temos crescido.
Tentaremos melhorar, porque também contamos com a dedicação dos nossos companheiros de trabalho.

A GERÊNCIA

MOTOPEÇAS

FÉRIAS TEMPOS LIVRES

MOTOPEÇAS CAMPISMO

Modelos de 1978 de tendas e atrelados a preços antigos

... pode sinalizar agora e pagar o restante quando for para férias

JAMET

VITÓRIA DE MATOSINHOS

E OUTRAS MARCAS

Rua António Enes, 23 (à Av. Duque de Ávila)
1000 LISBOA — Telefone 53 96 20

HORÁRIO

2.ª A 6.ª FEIRA: DAS 10 ÀS 20 HORAS
SÁBADO: DAS 10 ÀS 17 HORAS

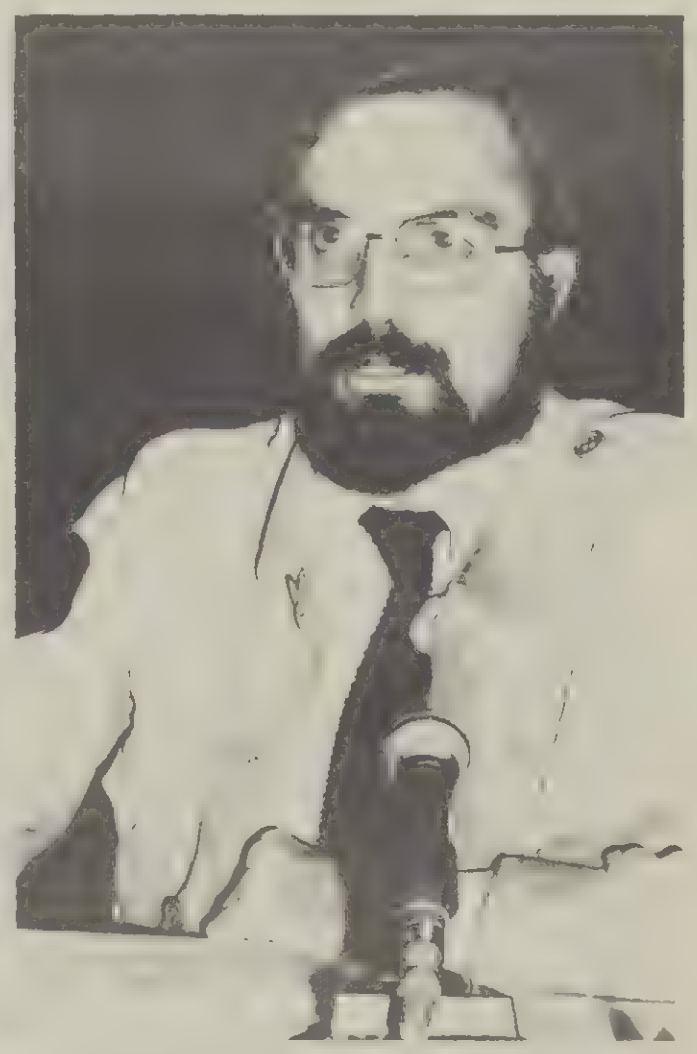
O PRESIDENTE TEM A INICIATIVA

V Governo poderá ser do PS

— António Reis não afasta essa hipótese

Abordando as questões políticas de maior relevância da conjuntura, o dr. António Reis, membro do Secretariado Nacional do PS, afirmou ao «DL» que não é de afastar a hipótese de o V vir a formar-se com uma base partidária do Partido Socialista. Embora não se tivesse passado do campo das hipóteses, pois compete ao Presidente da República tomar a iniciativa, António Reis revela a disposição existente, entre os socialistas, de um comprometimento governativo decorrente do facto de o PS ser o partido que, de longe, tem o maior peso parlamentar, mais do dobro de lugares que qualquer outro grupo parlamentar, na actual configuração da Assembleia da República.

A saída da crise poderá estar próxima. Nesta entrevista o dirigente socialista deixa aberta mais uma via de solução.



«DL» — O PS afirmou num comunicado do Gabinete de Imprensa que o discurso de segunda-feira de Mota Pinto correspondia ao epitáfio do IV Governo. Terá chegado a altura de derrubar o Executivo?

António Reis — Nós já há algum tempo, desde a reunião da Comissão Directiva que afirmámos claramente que este Governo tem de ser substituído. O seu derrube é uma questão de tempo, uma vez que é preciso escolher a melhor oportunidade para esse efeito. Acentuámos que neste contexto importava assegurar a apresentação e votação do OGE na Assembleia da República, como instrumento indispensável à regularidade da vida administrativa do País e à resolução de alguns problemas mais instantes de natureza financeira. Uma vez resolvido esse problema, este Governo tem de rapidamente dar lugar a outro.

«DL» — O discurso de Mota Pinto acentuou um conjunto de vocábulos como hierarquia, disciplina e ordem e criticou o sector público, defendendo a iniciativa privada. Como comenta o dr. António Reis as palavras do Primeiro-Ministro?

Antonio Reis — De forma sintética, o PS considera que do catálogo publicitário de medidas que o Primeiro-Ministro apresentou, aquilo que é bom não é original, pertence de forma geral a outros Governos que implementaram ou deram início a essas iniciativas, aquilo que é original é mau e tem a ver com toda a política profundamente errada seguida em determinados sectores, nomeadamente, na Comunicação Social e na Reforma Agrária, para além de toda uma filosofia de acção que é contrária aos princípios e à inspiração essencial da Constituição, não respeitando a vontade de mudança que este País exprimiu com o 25 de Abril

O PARADOXAL APOIO PRESIDENCIAL AO IV GOVERNO

«DL» — Se este Governo não se enquadra nos princípios e inspiração essencial da Constituição; se temos um Presidente da República que jurou defender a Constituição e, se o Presidente apoia o Governo, não estaremos nós em presença de um paradoxo?

António Reis — Eu creio que o paradoxo está, fundamentalmente, na concepção que este Governo tem da sua natureza, das suas funções dentro do actual sistema constitucional. Este Governo é apartidário, resultante da vontade expressa do Presidente da República, a pretexto da incapacidade dos partidos para apresentarem uma alternativa de coligação partidária ao País. Ora, o que é fundamental em meu entender sublinhar, é que um Governo apartidário, de inspiração presidencial, no actual sistema constitucional, nunca poderá ser um Governo dotado de um programa e de uma filosofia própria e autónoma, como aconteceu e é expressamente reivindicado pelo IV Governo.

«DL» — No entanto o Presidente da República apoia-o...

António Reis — Mas, o Presidente da República não foi eleito na base de um programa de Governo, o que ele próprio, no seu discurso de 25 de Abril reconhece, ao afirmar claramente o seguinte: «Sempre entendi que não compete ao Presidente da República substituir-se aos partidos na definição de um programa político concreto, adoptar um modelo de desenvolvimento específico ou optar institucionalmente por um dos modelos de sociedade que são propostos à consideração dos portugueses».

Ora, paradoxalmente, este governo que resulta da confiança do PR, é um governo que pretende definir um programa político concreto, bater-se por um determinado modelo de sociedade, adoptar um modelo específico de desenvolvimento Isto contradiz igualmente outra afirmação do PR, no mesmo discurso de 25 de Abril, em que cometia a um governo extrapartidário o exercício de três missões essenciais, a primeira das quais consistia no «respeito pelas normas de articulação e vigilância política estabelecidas entre os diversos órgãos de soberania, procurando, na medida do possível, compatibilizar as diferentes posições que se integrem no sistema de valores por que optou o povo português». «Ora, este governo tem feito exactamente ao contrário, tem contrariado frontalmente o sentido desta missão essencial que o Presidente da República atribuiu aos governos de natureza extrapartidária, e bem, pois esses governos, não sendo governos de partidos, não podem apresentar programas que exprimam uma clara opção por um determinado modelo de sociedade. Têm de ser governos que respeitem as normas de articulação, entre os diversos órgãos de soberania, nomeadamente com a Assembleia da República, porque é perante a Assembleia que controla diariamente o executivo que este governo tem de acertar constantemente as suas medidas de política. Infelizmente, este governo funcionou como se tivesse uma base eleitoral e partidária de legitimação própria, o que não acontece. Não pode pretender compensar essa ausência de legitimidade eleitoral partidária pelo facto de ter sido investido pelo Presidente ou ter a sua confiança, porque o Presidente não foi eleito na base de um programa de governo ou de partido: Por outro lado, não pode também invocar o argumento de que a Assembleia da República o não inviabilizou, na medida em que, de acordo com as regras constitucionais, este governo tem de funcionar em articulação com a Assembleia e respeitando a acção fiscalizadora deste órgão. Não pode ser um governo que se permita realizar viragens ou praticar uma política autónoma em relação à Assembleia. Essa a fraqueza intrínseca, mas inevitável deste tipo de governos, em comparação com os governos de base partidária que, dispondo de base parlamentar, têm a sua articulação com a Assembleia automaticamente garantida e podem por isso criar um esforço de funcionamento relativamente autónomo.

PS ACONSELHOU O PCP A ADIAR A MOÇÃO DE CENSURA

DL — O repetido apoio do PR ao IV Governo não terá provocado o seu desgaste como mediador da crise e fechado progressivamente as hipoteses de saída deste impasse?

António Reis — Eu julgo que esse tem sido o ponto mais delicado e mais grave da actuação do PR, na medida em que identificando-se com este governo, arrisca-se a ser mais uma vítima das várias que o IV Governo tem feito no País. Isso é grave para o prestígio do Presidente da República. Parece-me que o PR tem tomado posições excessivamente rígidas no que toca às alternativas para a saída da crise, deixando-se envolver numa questão dilemática: ou os partidos se entendem para formar um governo de base partidária, ou temos de ter um governo como este que se encontra em funções. Salvo o devido respeito, era possível ter encontrado uma via intermédia entre estes dois tipos de soluções extremas: bastaria que o governo da confiança presidencial e viabilizado pela Assembleia da República, tivesse respeitado integralmente as normas de articulação e vigilância estabelecidas entre os vários órgãos de soberania que o PR refere como primeira das missões desse tipo de governo extrapartidário.

«DL» — O Partido Comunista, após a reunião conjunta com a comissão socialista de negociação sobre a crise, retirou a apresentação da moção de censura que dentro de umas escassas horas iria, como prometera, apresentar na A.R. Será que o PS dissuadiu o PCP, indicando-lhe que não votaria a moção a apresentar pelo grupo parlamentar comunista?

António Reis — Não posso esconder-lhe que a questão da moção de censura do PCP foi o ponto mais debatido da reunião. Fizemos sentir ao PC que essa iniciativa era prematura, visto que o Orçamento ainda não se encontrava apresentado na Assembleia, o que para nós era prioritário, bem como o facto de não ser curial, no momento em que o Presidente decidira ouvir de novo os partidos, tomar uma iniciativa desse tipo que nos colocaria perante um facto consumado em matéria de processos de substituição do Governo e saída da crise.

António Reis disse depois que na reunião de 27 de Maio da Comissão Nacional será ponderada a metodologia para a substituição deste governo, podendo vir a ser nela incluída a questão da apresentação de uma moção de censura.

DL — As negociações interpartidárias não produziram grandes resultados. Clarificou algumas questões apenas. Gostaria que explicasse quais são os parceiros preferenciais do PS para um apoio ao V Governo.

António Reis — É uma questão que será abordada futuramente. Entendemos, de forma geral, que o V Governo deverá dispor de duas condições essenciais: um forte empenhamento do Presidente da República e a mais larga base parla-

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
EDITAL

Concurso público para arrematação da empreitada de Reparação de Arruamentos em diversos locais da Amadora-Sul — R.D.L. 2/79.

Preço Base ..... 6 543 792$00
Caução Provisória ..... 163 595$00

Alvará exigido — Obras públicas 1.ª subcategoria da IV categoria ou IV categoria e da classe correspondente ao valor da proposta

Local, dia e hora limite para a entrega das propostas — serão remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção à Câmara Municipal de Oeiras, até as 11 horas da primeira terça-feira que se seguir ao termo do prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia após a publicação do presente EDITAL no «Diário da República

Local, dia e hora do acto público do concurso — Sala de Sessões da Câmara no dia e hora acima referidos.

Local e horário para exame do processo — Divisão de Obras Municipais dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara, durante as horas de expediente

Paços do Concelho de Oeiras, 11 de Maio de 1979

Por delegação do Presidente da Câmara
O Vereador,
Helder M. A. Silva

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE

CONVOCATÓRIA

A Direcção do nosso Sindicato apela a todos os reformados cerâmicos para que participem no

ENCONTRO DOS REFORMADOS DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETUBAL

a realizar Sábado dia 19 de Maio de 1979, pelas 15 horas no Coliseu dos Recreios.

ESTE ENCONTRO SERÁ SEGUIDO DE UM GRANDIOSO ESPECTÁCULO

— NÃO FALTES CAMARADA REFORMADO!
— A TUA PRESENÇA É UM CONTRIBUTO NECESSÁRIO!

«SÓ O PORTUGAL DE ABRIL RESPEITARÁ O OUTONO DA VIDA»

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL
CONVOCATÓRIA

Praça Marquês de Pombal, 6, 3.º-D
LISBOA 1
Telefones 41751 - 535547

Convocam-se todos os sócios deste Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no **dia 21/5/79, pelas 20.30 h,** na Sala de Conferências do Hospital de D. Estefânia, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

Ponto 1 — P.R.C.
Ponto 2 — Informações

Lisboa, 14 de Maio de 1979.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Vitorino Batista de Carvalho

e tipo que nos co-
e um facto consu-
éria de processos
o do Governo e

disse depois que
27 de Maio da
ional será ponde-
ogia para a substi-
overno, podendo
ncluída a questão
ão de uma moção

**gociações inter-
não produziram
tados. Clarificou
estões apenas.
explicasse quais
os preferenciais
n apoio ao V Go-**

s – É uma ques-
abordada futura-
demos, de forma
Governo deverá
as condições es-
forte empenha-
sidente da Repú-
larga base parla-

os

A

cios deste
Geral Ex-
5/79, pelas
do Hospital
ORDEM

LSA
AL

rvalho

mentar de apoio possível. Dentro deste conceito caberão várias alternativas e conjuntos de forças parlamentares. (...) Entendemos que dado o avanço da crise e as posições conhecidas de cada partido, essa solução não será fácil. (...) Goradas que fossem as negociações, não posso excluir a hipótese de realização de eleições intercalares, embora me pareça que, nas actuais circunstâncias, nada resolveriam.

DL – Houve eleições em 1976. Houve um partido que as ganhou. Institucionalmente, deveria ser esse partido a ocupar-se do Executivo. Porque é que o PS não está interessado em comprometer-se no Governo, agora?

António Reis – O PS não foge do Governo. O Partido Socialista foi afastado do Governo há um ano. A partir daí criou-se uma situação política nova em Portugal, em que o PR começou a comandar de uma forma mais directa e empenhada a vida política portuguesa e a orientar o tipo de soluções governativas. Situação que conduziu à crise que vivemos, a que o PS é alheio. O PS não é responsável pela crise e instabilidade que se vive no País. Não lhe compete ser ele o portador de uma solução alternativa.

DL – E se o Presidente fizesse um convite ao PS para formar governo. E se o PS pudesse e quizesse fazê-lo, agora que as condições parlamentares são diferentes e que há uma outra concepção de certas realidades?

António Reis – Essa solução poderia aparecer como consequência do reconhecimento do fracasso das soluções adoptadas após o afastamento do PS do Governo. Nessas circunstâncias não deixaria de ser encarada por nós com toda a serenidade e com toda a ponderação. Muita coisa se modificou no decurso do último ano. Seria uma solução que, a concretizar-se, teria de passar, a meu ver, por um contrato muito claro e muito explícito entre o Presidente e esse Governo. E por um contrato igualmente muito claro e muito explícito entre esse Governo e a sua base parlamentar maioritária de apoio. Sem a existência de um mínimo de garantias por parte do P.R. e da A.R., o Partido Socialista não se poderia aventurar a assumir de novo as suas responsabilidades exclusivas num governo.

DL – O PS não afastaria essa hipótese por motivos eleitoralistas?

António Reis – O PS tem sido talvez o partido que menos tem cedido a critérios eleitoralistas e foi por isso mesmo que não nos eximimos a assumir as responsabilidades governativas por duas vezes consecutivas. Estávamos dispostos em 76 a assumir essa responsabilidade durante 4 anos, apesar da situação difícil que encontrámos e que agora se agravou com este último governo. Assumir essas responsabilidades não é eleitoralismo. Por outro lado, nós não esquecemos que depois da experiência colhida nos primeiros governos, e depois da própria homogeneização verificada no PS, **estaríamos em condições de praticar uma política mais coerente** e eficaz que suscitasse maior confiança e maiores esperanças por parte do nosso eleitorado, e do País, o que seria uma contrapartida ao desgaste eleitoral provocado por responsabilidades governativas.

Uma solução deste tipo não pode ser da iniciativa do PS. Nas actuais circunstâncias competirá ao Presidente da República marcar essa solução como último recurso, perante a inutilidade de eleições intercalares, a impossibilidade de um novo governo apartidário ou a impossibilidade de um acordo interpartidário que viabilize um governo de coligação. Se o fizer, teremos de ponderar as vantagens e inconvenientes dessa solução.

DL – O António Reis fala de «último recurso». Mas, não será essa a lógica do regime que adoptamos, o governo ser do partido mais votado? É a lógica do nosso quadro constitucional...

António Reis – Nós sempre defendemos a constitucionalidade dessa solução que não é original nas democracias europeias onde têm tido lugar, e estão a decorrer experiências de governos maioritários. Mas, a situação actual foi criada na sequência de experiências falhadas de governos apartidários de iniciativa presidencial, e uma vez que o Presidente da República exprimiu algumas considerações valorativas sobre as soluções para assegurar a estabilidade governativa do País, nós aguardamos que, pela sua parte, o Presidente faça um juízo crítico das soluções até agora adoptadas e sobre as melhores soluções que o actual contexto parlamentar aconselha, dadas as alterações nele entretanto sobrevindas.

DL – Quer isso dizer que o PR ainda não apresentou qualquer hipótese de convite ao PS nesse sentido?

António Reis – A actual fase de negociações destinou-se a auscultar os partidos sobre o actual governo e não ainda sobre as alternativas possíveis a esse governo. É assim natural que essa hipótese não tenha sido objecto de considerações do Presidente da República nas suas conversações connosco.

DL – Decorre das anteriores respostas que o PS não irá apresentar essa hipótese?

António Reis – Dada a posição do Presidente da República no quadro institucional do nosso país, cabe-lhe a ele propor ou não essa alternativa.

DL – O Partido Socialista estaria disposto a analisar o convite para formar governo?

António Reis – Já afirmei que teria de ser ponderado através dos seus órgãos competentes. Não deve haver uma rejeição «a priori» dessa hipótese, também não pode haver desde já uma adesão entusiástica.

Ponte de Coruche reabre ao trânsito

A ponte de Coruche sobre o rio Sorraia, que abateu em 24 de Abril último, deverá reabrir ao trânsito amanhã.

Com efeito, deverá estar concluído nessa altura um tabuleiro metálico provisório com capacidade até 20 toneladas que a Escola Prática de Engenharia de Tancos, conjuntamente com a Junta Autónoma de Estradas, está a construir.

Este troço foi erigido sobre o tabuleiro que abateu sob o peso de um camião grua, em condições ainda não esclarecidas. Entretanto, a circulação rodoviária tem-se feito através de outras estradas devidamente sinalizadas desde o fim da semana passada.

PCP condena terrorismo

O PCP condenou os rebentamentos de petardos registados no passado sábado e3m Lisboa.

De acordo com uma nota emitida pelo partido, «tais actos terroristas só interessam aos que conspiram contra o regime democrático e constitucional».

Para o PCP, «as referidas explosões recordam vivamente a impunidade de que têm gozado as redes e agentes terroristas, sublinhando a necessidade de as autoridades acctuarem com prontidão e firmeza».

Empresários italianos querem investir entre nós

Jovens empresários italianos da Associação Industrial de Monza e Brianza permaneceram alguns dias em Lisboa a fim de estudarem a possibilidade de investir e cooperar com empresas portugesas.

Os elementos da missão comercial transalpina visitaram algumas unidades industriais inteirando-se de aspectos de ordem social, designadamente o tipo de reivindicações habitualmente feita pelos nossos trabalhadores

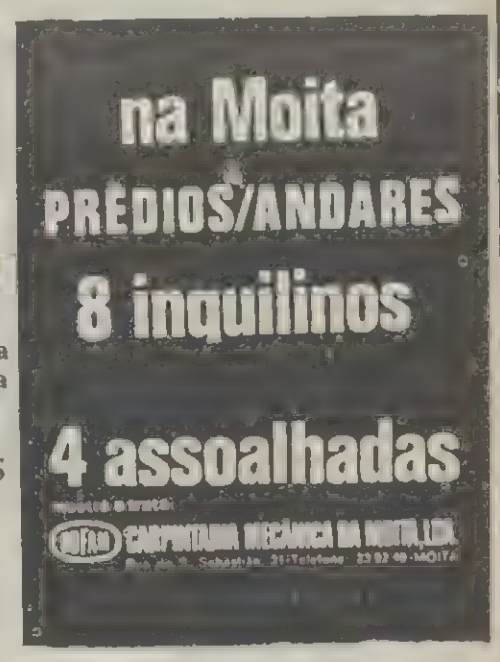
SOFAM

CARPINTARIA MECÂNICA DA MOITA, LDA,

Torna-se público que, por Escritura Notarial de 3/5/79, os únicos Sócios desta firma são os senhores:

MANUEL EMÍLIO RODRIGUES
E
JOSÉ MARIA.

Moita, 4 de Maio de 1979



25 DE ABRIL SEMPRE!
FASCISMO NUNCA MAIS!

CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
MONUMENTO AO 25 DE ABRIL
ALGES 1979

CONCELHO DE OEIRAS

MONUMENTO AO 25 DE ABRIL

ACTA FINAL DO JURI

Às 21,30 horas do dia 23 de Abril de 1979, reuniu o júri de apreciação dos anteprojectos de um Monumento ao 25 de Abril apresentados ao Concurso Público aberto pela Câmara Municipal de Oeiras.

Estiveram presentes todos os membros do júri, que se indicam:

Pela Assembleia Municipal, Alberto Mesquita Batista, que preside, e Adelino Freitas Antunes; pela Câmara Municipal, Hélder Almeida e Silva, que substituiu o anterior representante; pela Secretaria de Estado da Cultura, Fernando Calhau, pintor; pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, José António do Amaral Trindade Chagas, arquitecto; pela Secção Portuguesa da Associação Internacional dos Críticos de Arte, Pedro Vieira de Almeida, arquitecto; pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, Carlos Amado, professor escultor; pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Lagoa Henriques, professor escultor; pelos concorrentes, Frederico George, professor arquitecto

Foi reformulada e assinada a acta da reunião anterior.

Seguidamente, cada um dos membros do júri exprimiu a sua votação para os três prémios previstos no Regulamento — votação que a seguir se indica:

Prof. Frederico George: anteprojectos com os seguintes números identificativos: P — 257 390; L — 215 948; A — 315 972.
Arq. Trindade Chagas: P — 257 390; L — 215 948; A — 315 972.
Pintor Fernando Calhau: P — 257 390; L — 215 948; A — 315 972.
Arq.º Pedro Vieira de Almeida: L — 215 948; P — 257 390; A — 315 972.
Prof. Lagoa Henriques: P — 257 390; L — 215 948; A — 315 972.
Prof. Carlos Amado: P — 257 390; L — 215 948; A — 315 972.
Sr. Adelino Antunes: P — 257 390; L — 215 948; A — 121 006
Sr. Alberto Mesquita: P — 257 390; A — 121 006; L — 215 948
Sr. Helder Silva: P — 257 390; L — 215 948; A — 121 006

Cada um dos membros do júri justificou a seguir a sua votação.

Deste modo, por maioria, os três prémios foram atribuídos pela seguinte ordem:

1.º lugar: Anteprojecto n.º P — 257 390
2.º lugar: Anteprojecto n.º L — 215 948, e
3.º lugar: Anteprojecto n.º A — 315 972.

Como elemento fundamental de critério para esta votação, o júri tomou a definição de algumas características de um possível conceito de Monumento no pós-25 de Abril.

Neste aspecto, o júri considerou que o conceito de Monumento fosse suficientemente aberto para admitir o ponto de vista dos candidatos.

De acordo com o regulamento do concurso, instrumento de trabalho a que o júri sempre recorreu, considerou-se que o Monumento deveria para além do seu valor de sinal, contribuir para o equipamento urbano, sendo de considerar aí a sua correcta e dinâmica inserção.

Assim se atribuiu o 3.º prémio ao n.º A — 315 972 por reconhecer neste uma solução que embora revelando uma qualificada linguagem arquitectónica, recorre a um contraste ironizante que compromete o valor de «sinal» que é reconhecido no Palácio Anjos.

Ao n.º L — 215 948, a que se atribuiu o 2.º prémio, se reconheceu como qualidade evidente a ausência de retórica; porém, na resposta à função de equipamento urbano a desempenhar, carece de solução facilmente exequível.

Coube ao n.º P — 257 390 o 1.º prémio, que propõe uma solução em que a simbólica do 25 de Abril aparece de forma bem evidente, sendo de destacar o recurso à sombra do próprio «sinal» no solo (para o que se sugere um tratamento mais evidente) marcando como um relógio solar a hora precisa do dia 25 de Abril em que a revolução triunfou.

Contudo ao júri pareceu de recomendar um estudo mais aprofundado como: a cor, a existência de um elevador no interior do elemento escultórico, a definição do fosso de onde emerge esse elemento.

Ainda de acordo com o Regulamento, procedeu-se de seguida à identificação dos autores dos projectos premiados:

1.º lugar: escultor Armando Matos Simões, pintor Lima Carvalho e arquitecto Xavier Olazabal. **2.º lugar:** Luís Filipe Martins Serpa, e **3.º lugar:** Pedro Manuel Ferreira Barbosa.

(O Anteprojecto n.º A — 121 006 é da autoria de Artur Rocha).

Os três premiados foram imediatamente avisados pelo telefone, seguindo telegrama de confirmação.

Foram igualmente abertos todos os sobrescritos contendo a identificação dos autores dos restantes anteprojectos.

Oeiras, 30 de Abril de 1979

(Seguem assinaturas de todos os membros do júri)

SOLTAS

CATÓLICOS

O secretariado permanente do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos passou a incluir uma portuguesa, dirigente da Liga Operária Católica. A eleição foi feita em Estrasburgo, onde se efectuou, de 30 de Abril a 5 de Maio, a 4.ª Assembleia Geral da organização. O MMTC, uma organização com sede em Bruxelas e que agrupa cristãos adultos do mundo inteiro, discutiu este ano o tema seguinte: «Viver a fidelidade à classe operária e a Jesus Cristo na construção de uma sociedade nova». Palavras ditas: «A classe operária, à escala do mundo, paga a factura de uma crise económica que vem acentuar aquilo que são consequências inevitáveis do capitalismo: esse sistema reforça-se elaborando cientificamente estratégias mundiais que se apoiam em poderes geopolíticos e provoca, desse modo, a dependência e a opressão dos indivíduos, povos, nações e, até, de continentes inteiros».

MULHERES/LEIRIA

O departamento de mulheres da União dos Sindicatos de Leiria promove um encontro que se realizara, no dia 20 no Teatro Stephens da Marinha Grande. Temas para debate: a mulher e a alta do custo de vida; a mulher, a saude e a assistência; maternidade; terceira idade; mulher e trabalho, a mulher na família e na sociedade. Participarão duas deputadas e haverá canto livre

CONSTRUÇÃO

Uma lista única que concorreu às eleições para os corpos gerentes do Sindicato da Construção, Mármores e Madeiras de Lisboa foi eleita com 2627 votos. Estavam inscritos 21 mil trabalhadores. Os votos brancos e nulos totalizaram, respectivamente, 52 e 21. A participação nestas eleições foi superior, em 7,8 por cento, às anteriores. Lema da lista: «Unir, organizar, defender Abril». Apoia a CGTP-Intersindical

MADEIRAS

Uma Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores das Madeiras de Aveiro pronunciar-se-á, no dia 19, sobre a possível integração do sindicato no dos Operários das Indústrias de Madeiras do Porto e Aveiro. A integração já foi unanimemente apoiada em reunião de delegados sindicais e a sua discussão alargou-se a mais de 50 plenários de empresa e de zona. A estrutura do sindicato manteve-se, depois do 25 de Abril, causando graves prejuízos à classe e à sua organização

CORAME

A Comissão de Trabalhadores da Covina manifestou o seu repúdio pela pretensão do Governo substituir a actual administração da CORAME por «uma outra mais dócil e que sirva os seus objectivos». O Governo está «mais uma vez desprezando os interesses dos trabalhadores e da economia do País» pois «pretende vender a CORAME a gente que foi sustentáculo do fascismo em Portugal».

SINDICATOS E CT's REVELAM

"Ofensiva concertada" do patronato contra as organizações de trabalhadores

«Vastos sectores do grande patronato e algumas administrações, na mira de recuperar os seus privilégios e restaurar o seu poder autocrático e arbitrário, têm vindo a desenvolver uma violenta ofensiva repressiva com a cobertura do divisionismo, contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores reconhecidos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, na lei, na Constituição, e mesmo nas Convenções da OIT ratificadas pelo nosso País».

Esta é a principal conclusão do encontro realizado sábado passado nas instalações sociais da Mague para análise das situações de repressão, despedimento e limitações às liberdades sindicais, no qual participaram dezenas de membros de comissoes de trabalhadores (CTs), dirigentes e delegados sindicais do distrito de Lisboa.

As informações aí divulgadas foram posteriormente sistematizadas e compiladas pelos secretariados da União dos Sindicatos de Lisboa e das CTs da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), que hoje revelaram à imprensa os resultados finais.

Segundo foi afirmado, o actual Governo «apoia, incentiva e dá o exemplo à estratégia ilegal e inconstitucional do patronato reaccionário, comandado pela CIP, CAP e CCP».

Trata-se de uma «ofensiva concertada», que visa «restringir e até destruir as organizações representativas dos trabalhadores» no intuito de restaurar o «capitalismo nos moldes de exploração e opressão idênticos aos da ditadura de Salazar e Caetano» – acrescentaram.

Num balanço geral, contam-se por largas dezenas os despedimentos e suspensões de representantes dos trabalhadores; os casos de violação da lei da greve e da lei sindical; as limitações ao exercício dos direitos de expressão e informação, controlo de gestão, direito de auto-organização; as ingerências e o não reconhecimento das estruturas representativas dos trabalhadores; os casos de «recusa do diálogo e desrespeito sistemático pelas normas constitucionais».

Perante esta situação, o plenário realizado na Mague decidiu reclamar junto dos órgãos do Poder «a integral e estrita observância das normas e princípios consagrados na Constituição da República, nomeadamente as que respeitam aos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos trabalhadores, e que vinculam directamente as entidades públicas e privadas».

Tal é o caso dos direitos ao trabalho e à segurança no emprego, de criar CTs, das liberdades sindical, de expressão e informação, do direito à greve.

O plenário decidiu exigir, ainda, «o respeito pela legalidade democrática e a severa punição dos seus infractores pelos tribunais», e reclamar o cumprimento das Convenções da Organização Internacional do Trabalho já ratificadas por Portugal.

Os participantes deste encontro reafirmaram, por outro lado, «a sua inquebrantável determinação na defesa dos seus direitos, liberdades e garantias, recorrendo, sempre que necessário, às formas de luta que julgarem adequadas».

É esta a "lista negra"

De acordo com os dados divulgados pelos sindicatos de Lisboa e pela CIL, é muito vasta a «lista negra» de empresas onde os representantes eleitos dos trabalhadores são alvo de perseguições, ou onde se registam situações profundamente anómalas, que se traduzem, por via de regra, em despedimentos colectivos ou na diminuição (violação, até) das garantias de quem trabalha.

Sem preocupações exaustivas, referem-se os seguintes casos.

● **Sorefame**. «Por terem denunciado em conferência de imprensa as preocupações que justamente sentem em relação ao futuro da empresa e não aceitarem o ultimato da administração exigindo a mudança das suas instalaçoes sem qualquer negociação ou diálogo prévio», foram despedidos dois delegados sindicais e um membro da CT, e suspensos onze elementos (por períodos de 5 a 9 dias, com perda de retribuição) das organizações representativas dos trabalhadores

● **Cometna (Amadora)**. Instauraçao de 18 processos disciplinares contra todos os membros da CT e delegados sindicais, «por terem denunciado em comunicado aprovado em plenário de trabalhadores a conduta discriminatória e repressiva de um director fabril».

● **Lusalite**. Despedimento de três delegados sindicais «por promoverem o esclarecimento e a defesa da aplicação do contrato colectivo de trabalho». Durante uma greve legalmente decretada, grupos de indivíduos contratados pelo patronato impediram a entrada de dirigentes sindicais na empresa, e tentaram pressionar os trabalhadores que aderiram à greve.

● **Cabos d'Avila**. A administraçao «tenta impor à CT a censura prévia de todos os documentos vindos do exterior, ameaçando todos os elementos das estruturas representativas dos trabalhadores».

● **Standard Eléctrica (grupo ITT)**. A administraçao emite uma ordem de serviço em que procura limitar o número de membros e a actuação da CT e dos delegados sindicais.

● **Hotel Lutécia**. Despedimento de três representantes dos trabalhadores «por terem denunciado a grave conduta de um director do hotel para com clientes e alguns trabalhadores»

● **Pastelaria Suiça**. Suspensão e despedimento de um dirigente e dois delegados sindicais «por se recusarem a aceitar horarios de trabalho» diferentes dos estipulados

● **A.G.P.L**. Recusa de informações à CT, negação de direitos anteriormente reconhecidos, ao abrigo da resolução do Conselho de Ministros n.º 10/79 (sobre CT's da Função Pública).

● **Gabinete da Área de Sines**. Idem.

● **TLP**. Desrespeito pela lei da greve, com violação das garantias dos trabalhadores e sanções abusivas a dirigentes e activistas sindicais.

● **Sugal**. Despedimento de todos os membros da CT e delegados sindicais, na mira de concretizar a intenção de despedir colectivamente 130 dos 350 trabalhadores permanentes. Objectivo: «recorrer à contratação a prazo de forma sistemática».

● **Comportel**. Foram instauradas 10 processos disciplinares e 30 inquéritos. Há a intenção de proceder ao despedimento colectivo de 92 trabalhadores, segundo os sindicatos.

MAS HÁ MAIS...

Simultaneamente:

● **Milhares de trabalhadores de vários sectores** são atingidos por uma verdadeira «vaga de tentativas de despedimento colectivo e de falências, alguns já consumados». Estão neste caso: Metalúrgica Duarte Ferreira, Molaflex, Luís Bandeira, AÇ, Empretal, SFS, Enobra, Luso-Alemã, Rafael Burguette, Construções Franky, Dine, Società Italiana per Condotte d'Acqua, Facel-Emacet, etc.

● **São declaradas em situação económica difícil** diversas empresas, com consequências grandemente lesivas de milhares de trabalhadores. Exemplos J. Pimenta, Habitat, «O Século».

● **É imposto noutras empresas um tratamento discriminatório**, «através de aumentos salariais selectivos, prémios e promoções arbitrárias, com o claro propósito de dividir os trabalhadores». Casos mais flagrantes: Luso-Italiana, Guénin, S. Jorge, Lanifícios Tejo, Calbrita.

● **Proliferam as situações irregulares**. Retribuições pagas com atraso, imposição arbitrária de contratos a prazo, transferências compulsivas, ameaças e agressões contra representantes dos trabalhadores, etc. Alguns casos: CIM, Precix, IPM, Sousa Braga, Artur Campos, RDP, Kálem, Somapre, Novobra, Icesa.

CONTRA O TRABALHO AO SÁBADO

Minas da Panasqueira serão ocupadas a partir do dia 5

Os trabalhadores das minas da Panasqueira, reunidos, ontem, em plenário, pronunciaram-se pela ocupação dos locais de trabalho a partir do dia 5 do próximo mês, se até essa data não for resolvido o diferendo com a administração que pretende impor a laboração aos sábados.

De acordo com a proposta, se a administração da multinacional que explora as jazidas de volfrâmio da Panasqueira não ceder a esta reivindicação, serão tomadas outras medidas de ocupação da mina, a definir oportunamente. Estiveram no plenário cerca de 1200 trabalhadores.

Até agora, a administração da Beralt Tin an Wolfram tem-se mantido irredutível na sua posição, «não correspondendo claramente às propostas dos trabalhadores, para que o assunto seja estudado em conjunto».

«Eles dizem que vão pensar mas esta afirmação para os trabalhadores significa «não» às suas reivindicações» – comentou um trabalhador.

Recorde-se, a propósito, que nas minas da Panasqueira, exactamente pelas mesmas razões agora apontadas, se efectuara uma greve entre o dia 2 e o dia 8, a qual contou com uma grande adesão.

LUTA PELO ACT

Cervejeiros páram de novo contra "boicote sistemático"

O sector cervejeiro vai sofrer novas paralisações, desta vez durante quatro horas por turno, na próxima segunda-feira, como forma de luta pela negociação do Acordo Colectivo de Trabalho do sector

As negociações do ACT para o sector cervejeiro encontram-se bloqueadas desde há dois anos em consequência da posição assumida não só pelos conselhos de gerência das duas empresas públicas – Central de Cervejas e União Cervejeira – como, também, pelos departamentos governamentais envolvidos. Ministérios da Indústria e do Trabalho

Aliás, a recusa de negociação do ACT foi reiterada pelos Conselhos de gerência, em reunião efectuada na segunda-feira, na sequência da posição que mantém desde Março de 1977.

O sector cervejeiro é o único que não está dotado de contratação colectiva própria, regendo-se pelas leis gerais de trabalho e por algumas Portarias de Extensão. Daí o significado que assume a presente negociação, para os cinco mil trabalhadores do ramo.

Até agora, os gestores das duas empresas públicas cervejeiras têm baseado a sua recusa de negociar no facto de não terem sido aprovados e publicados os contratos de viabilização respectivos. A conivência ministerial é indesmentível para os representantes dos trabalhadores que ontem estiveram presentes em conferência de Imprensa realizada no Porto.

De salientar que, com a tomada de posse do Governo Mota Pinto, o processo conheceu uma dimensão nova, o bloqueamento total. Agora, quando pedem audiências ao ministro do Trabalho, recebem como resposta que devem dirigir-se à Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho

Em documento distribuído na reunião com os jornalistas afirma-se a propósito: «Face a esta situação, as associações sindicais constatam que foram esgotadas todas as possibilidades, pela via do diálogo, de superar o impasse em que se encontra o ACT do sector cervejeiro e consultaram os trabalhadores em plenários realizados nos vários estabelecimentos das duas empresas públicas».

Nessas reuniões de trabalhadores, os gestores das duas empresas públicas foram responsabilizados pelo «boicote sistemático» e o MIT e o MT «pela cobertura que vêm dando a tal boicote». Formas de luta mais graves foram previstas para o caso de se manter a actual situação

PASSAPORTES
Aviso Importante
Os passaportes tirados há cerca de 5 anos ou mais deverão ser-nos enviados para obtenção de novos
agencia abreu
LISBOA Av. Liberdade, 160 - Tel. 371341

SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Governo vai criar alto-comissariado na dependência do Conselho de Ministros

O Governo vai propor a criação de um Alto-Comissariado para a Ciência e Tecnologia e a publicação de um Estatuto da Carreira do Investigador Científico – revelou o ministro da Educação, prof. Valente de Oliveira, ao encerrar a sessão inaugural do I Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, que decorre num dos auditórios da Gulbenkian até sexta-feira. Além do titular do MEIC, que presidiu à sessão de ontem, na mesa tomaram parte o secretário de Estado da Investigação Científica, Marques Leandro, Azeredo Perdigão, Frank Costa e Machado Jorge (que apresentaram duas comunicações, o primeiro na sua qualidade de secretário das Nações Unidas para a Conferência sobre Desenvolvimnento) e João Cravinho.

Valente de Oliveira, que reconheceu a debilidade daquele sector, propondo um diagnóstico que implica uma intervenção decidida, adiantou que o Alto-Comissariado funcionará na dependência directa do Conselho de Ministros. Terá funções superiores, imune às flutuações da governação, e incluirá um Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia, no qual terá assento a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. O Estatuto da carreira do investigador científico, que se encontra em preparação, será paralelo e afim do equivalente para docente universitário e justifica-se pela necessidade de incentivar a função do investigador, tendo em conta que por cada 10 mil habitantes há apenas três em Portugal. Recorde-se que cerca dos 90% que temos dependem directamente da Administração Pública.

O titular do MEIC referiu noutro passo do seu longo discurso que o OGE para este ano consigna aumento de verbas para bolsas no país e no estrangeiro, aquelas num reforço percentual de quase 100%, e estas na ordem dos 76%, e pôs o acento tónico na escassez de recursos humanos neste domínio, de par com o baixo nível de investimento que lhe é dedicado e o forte défice da balança de pagamentos tecnológicos. Mas há sectores, observou também, em que a nossa participação é encorajadora.

Este simpósio integra-se nas actividades preparatórias da participação portuguesa na Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia, a efectuar em Agosto próximo, em Viena e, entre outros temas propostos para análise, alguns dos quais já hoje concitaram diversas intervenções, incluí cooperação e a nova ordem económica, endogenização da revolução científico-tecnológica (comunicações de Luís Barros), tentativa de reestruturação da investigação agrária em Portugal no período entre 1974/76 (Pedro Amaro), reflexões sobre a estruturação da investigação aplicada em Portugal (Manuel Malafaia Baptista), recursos humanos e desenvolvimento do sistema científico e tecnológico (Zilda Carvalho) e pré-política científicas – medidas a curto prazo, de J. Vasconcelos Costa.

MOÇAMBIQUE

Três condenados à morte por alta traição e sabotagem

O Tribunal Militar Revolucionário de Maputo condenou ontem três pessoas à morte por alta traição, sabotagem e terrorismo e outras tantas, entre as quais um português, a penas de prisão por sabotagem económica.

Segundo um comunicado das autoridades moçambicanas, um dos condenados à pena capital era acusado de ter fomentado a agitação em Moçambique depois de receber treino militar no estrangeiro «a cargo de peritos rodesianos». Os outros dois foram, segundo as mesmas fontes, capturados quando tentavam passar para a Africa do Sul de onde seguiriam para a Rodésia a fim de se integrarem no movimento de oposição «África Livre».

No julgamento que decorreu à porta fechada, nos dias 10 e 11 deste mês, os dois réus que se pretendiam integrar no movimento «África Livre» confessaram – precisa o comunicado – terem tentado acções de sabotagem antes de deixarem Moçambique.

Os réus agora condenados à morte pelo Tribunal Militar Revolucionário de Maputo são Calisto Julias, Eugénio Bapa Filipe e Pontes Jossia Seqüeira.

Receberam quatro anos de cadeia Estalisnau Passe Machava e Inácio Benedito Faleiro e foi condenado a dois anos Salvador Macuaca.

Ainda não foi tornada pública a data em que serão executados os condenados à morte Recorde-se, porém, que a execução da sentença se deve verificar num prazo de cinco dias, a partir da aplicação da mesma

Conferência dos Partidos Progressistas do Mediterrâneo

O secretário-geral da 3.ª Conferência de Organizações e Partidos Progressistas e Socialistas do Mediterrâneo, o líbio Ahmed Al Sahadi, e Andreas Papandreu, líder do PS grego, abriram ontem os trabalhos deste encontro, que decorre em Atenas. César Oliveria, secretário nacional para as Relações Internacionais da CDS, é o único português presente, incluindo-se assim entre os 200 delegados de 32 partidos procedentes de 14 países. A OLP e a Frente Polisário estão igualmente representadas nesta conferência.

Um dos temas a debater é o da nova ordem económica mundial, baseada na auto-suficiência e na independência nacional, implicando uma mais estreita cooperação econóica entre os países mediterrânicos, a protecção aos emigrantes que trabalham nos grandes centros industriais e a promoção de uma maior informação e cobertura na Imprensa da zona para «lutar contra a erosão cultural, consequência do imperialismo». A conferência termina depois de amanhã.

Ontem, Papandreu pediu uma «zona mediterrânica livre», independente e «não alinhada», bem como a expulsão de bases estrangeiras e o fim do controlo das superpotências na zona, na sua intervenção. Acusou os Estados Unidos da América de tentarem consolidar os seus interesses estratégicos no Médio Oriente e no Mediterrâneo, através do «tratado de paz israelo-egípcio» e de ressuscitar a organização do «Tratado Central» com o eixo Israel-Egipto- Turquia. Nenhuma organização turca, assinale-se, foi convidada para a conferência, dado que «o chauvinismo turco e a sua política expansionista em Chipre e no Egeu é fomentada claramente» – acrescentou Andreas Papandreu

Ataques aos EUA e à Turquia

Democrática Socialista, que há dias comemorou o 1.º aniversário da sua fundaçao, promove amanhã, pelas 21.30 h. na Casa da Imprensa, um colóquio sobre a CEE e a integração europeia reservada a Portugal.

Mario Murteira, António Guterres (PS), Manuela Silva (antigo secretário de Estado), Carlos Carvalhas (deputado do PCP) e António Sousa Franco (social-democrata e dissidente do PSD) animarão a reunião

COLÓQUIO AMANHÃ

Além da sua presença em Atenas, a União da Esquerda FLAMA), ressalvando, contudo, não aceitar actos terroristas

Entretanto, é de 80 milhões de contos a contrapartida financeira para os Açores, resultante do novo acordo luso-americano sobre a Base Aérea das Lajes, que ainda este mês deverá ser assinado em Lisboa com a presença de Mota Amaral e do ministro da República naquela RA, almirante Silva Horta. O montante, que deverá ser atribuido em prestações iguais, durante quatro anos, será prioritariamente aplicado na construção de novos portos e aeroportos e no melhoramento dos já existentes, de que o arquipélago está carenciado. A habitação, o ensino, a energia e o saneamento básico são outros dos sectores directamente beneficiários do acordo, que também prevê a concessão, por parte dos EUA, de diverso equipamento militar para as FA portuguesas, no valor total de 60 milhões de contos Neste âmbito serão privilegiados os aviões «Hércules C-130» e caças de fabrico norte-americano

"CIMEIRA" INSULAR

Há divergências sobre presidencialismo entre Mota Amaral e Alberto João Jardim

● **Acordo das Lajes: EUA pagam 80 milhões**

FUNCHAL, 16 – Alberto João Jardim e Mota Amaral assinarão ao fim da tarde o acordo bilateral que estabelecerá mecanismos de colaboração nos domínios das pescas, da agricultura (eventual fornecimento de carne dos Açores à Madeira), dos transportes e do turismo, entre outros. A divulgação de um comunicado conjunto, através do qual os dois governos deverão manifestar as suas posições comuns quanto a questões centrais de autonomia, nomeadamente no que se reporta a problemas financeiros e cambiais (ponto a que ambos os GR's são extremamente sensíveis), será o derradeiro acto desta primeira cimeira insular.

A procura de «bases de cooperação e acção concertada para promoção das relações nas Regiões Autónomas» tem ressaltado destas conversações entre Alberto João Jardim e Mota Amaral, segundo palavras do chefe do Executivo dos Açores, em conferência de imprensa ontem promovida nesta cidade. Para aquele, um regime presidencialista para Portugal e a criação de estados federados nas regiões autónomas não são soluções indicadas para resolver os problemas que articulam as duas partes do mesmo território que é o país do Minho à Ilha do Corvo. Tal posição, convirá salientar, é contrária à do chefe do executivo madeirense

Foi ainda Mota Amaral quem afirmou que a regionalização de serviços deve ser entendida como uma necessidade, e não como algo conquistado «países estrangeiros», ser adepto do diálogo entre todas as forças políticas, incluindo os «independentistas» (entende-se FLA e

AAPA avança sugestões ao CR

Uma delegação da Associação dos Amigos dos Países Árabes, AAPA, foi ontem recebida pelo brigadeiro Franco Charais, em nome do Conselho da Revolução.

A delegação tinha pedida esta audiência para expor ao CR a «premente necessidade» de desbloquear as relações luso-árabes. Durante o encontro foram salientadas, pela delegação, as prioridades imediatas que se põem a Lisboa, a saber, a normalização das relações com a Líbia, a concretização da visita oficial do ministro saudita dos Estrangeiros, príncipe Faiçal, a Portugal, e a abertura, pelo menos, de consulados portugueses na Mauritânia e no Barém. Falou ainda da necessidade de Lisboa clarificar as suas relações com a OLP

1001 VIAGENS "IT"
(Tarifas reduzidas de avião)
PEÇA A RESPECTIVA BROCHURA
ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE
abreu
fundada em 1840
LISBOA
PORTO
COIMBRA
ALGARVE

O IMENSO ADEUS
RAYMOND CHANDLER

© — Livros do Brasil/College Trustees

Encostou-se para traz na cadeira e arreganhou-me o beiço.

—Eramos três dentro de um buraco—disse.—Estava um frio de rachar e havia neve por toda a parte. Comíamos só de latas, e tudo frio. Mais umas granadas, mais uns foguetes e o frio que nos fazia roxos, ao Randy Starr, a mim e ao Terry Lennox. De repente há uma granada que cai junto de nós mas que por uma razão qualquer não explodiu imediatamente. O Terry agarra-a e sai do buraco antes que o Randy e eu tivessemos tempo de contar até três. Mas se eu lhe digo que o Terry foi um foguete é porque o foi. Atira-se de cara para baixo e lança a granada para longe e ela rebenta no ar. A maior parte cai-lhe por cima da cabeça, mas há um bocado que lhe arranca um dos lados da cara. A seguir os bandidos do outro lado pegam um ataque e foi o fim.

O Menendez parou de falar e lançou-me um dos seus olhares brilhantes.

—Obrigado pela história—disse-lhe.

—Você é um tipo teso, Marlowe, É dos fixes. O Randy e eu conversámos sobre o assunto e decidimos que o que aconteceu ao Terry Lennox foi suficiente para dar cabo de qualquer tipo. Durante muito tempo pensámos que ele tinha morrido, mas não tinha. Os outros apanharam-no. Durante um ano e meio ele andou por lá. Arranjaram-lhe a cara mas não arranjaram o resto. Custou-nos muito dinheiro até conseguirmos saber onde ele parava e o que lhe tinha acontecido. Mas nós fizemos bastante «ma-sa» no mercado negro, depois da guerra. E tudo o que o Terry ganha em nos ter salvo as vidas é uma metade da cara feita de novo, o cabelo branco e os nervos estragados. Lá no Este começa a chegar-lhe da pinga, é preso uma ou duas vezes e torna a ficar nas lonas. E logo a seguir casa-se com esta tipa de dinheiro e fica de alto. Divorcia-se, fica de novo nas lonas e casa novamente com ela e depois ela morre. E nem o Randy nem eu podemos ajudá-lo. Nem ele nos deixa, a não ser daquela vez em Vegas, quando foi para lá trabalhar. E quando está metido num sarilho a

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO SUL

Sindicato dos Ferroviários do Sul

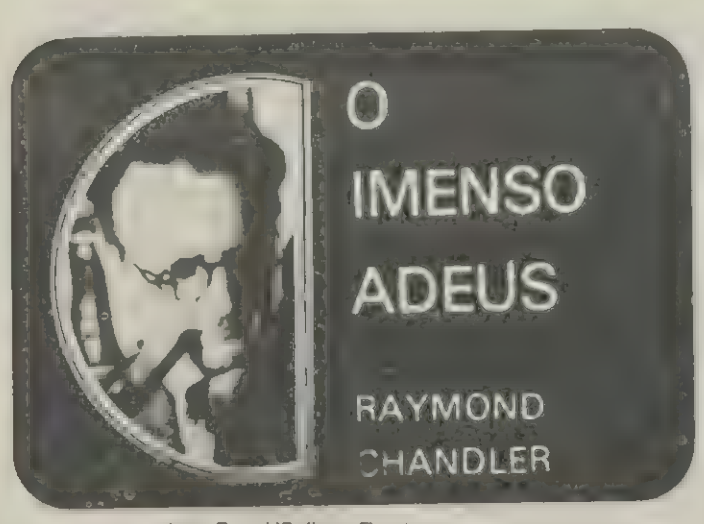
MOÇÃO

OS FERROVIARIOS DE EVORA, REUNIDOS NA ESTAÇÃO DA CP, EM ÉVORA DURANTE A SUA PARALISAÇÃO REPUDIAM A MANOBRA DO CONSELHO DE GERÊNCIA DA CP DE SUPRIMIR CIRCULAÇÕES, MANOBRA QUE CONSIDERAM ALTAMENTE PREJUDICIAL PARA A ECONOMIA DO PAÍS E POR CONSEQUÊNCIA DE TODO O POVO PORTUGUÊS

ÉVORA, 9.5.79
FERROVIÁRIOS REUNIDOS EM EVORA DURANTE A PARALISAÇÃO

NOTA:
Diversas moções foram recebidas neste Sindicato, dos mais longínquos locais de trabalho, cujo teor se assemelham ao da moção acima publicada.

A DIRECÇÃO



© — Livros do Brasil/College Trustees

valer não nos procura e vai ter com um palerma como você, com um tipo de quem a polícia faz gato sapato. E então o que acontece? Mata-se e sem sequer nos dizer adeus nem nos dar uma oportunidade de lhe pagarmos o que nos tinha feito. Eu conheço gente no México que podia tê-lo feito desaparecer para sempre. Teria conseguido fazê-lo sair daqui enquanto o diabo esfrega um olho. Mas não, foi no seu ombro que ele foi chorar-se. É de meter raiva. E com um tipo de quem a polícia consegue fazer gato sapato.

—A polícia consegue isso com qualquer um. Que quer que eu faça?

—Não se meta mais no caso—disse o Menendez por entre os dentes.

—Meter-me em quê?

—A tentar armar-se em forte ou explorar a publicidade que o caso Lennox lhe pode trazer. Acabou tudo. O Terry morreu e não queremos que o chateem mais. O tipo já sofreu tudo o que tinha a sofrer.

—A fera sentimental—disse eu.—É de morrer a rir.

—Cuidado com o que diz, seu palerma. Muito cuidado. O Mendy Menendez não discute: manda. Procure outra maneira de ganhar uns cobres, percebeu?

Ele levantou-se. A conversa estava acabada. Agarrou as luvas: luvas em pele de porco brancas como a neve e com um ar de nunca terem sido usadas. O sr. Menendez era um tipo chique, mas muito fera lá por dentro.

—Eu não ando à cata de publicidade—disse.—E ninguém me ofereceu dinheiro. Porque e para quê oferecer-mo?

—Você mata-me, Marlowe. Não me diga que passou três dias na gaiola só porque é um sentimental. Deram-lhe dinheiro. Não digo quem foi mas tenho a certeza. E o tipo que lho deu tem muito mais que ainda lhe pode dar. O caso Lennox está fechado e há-de continuar fechado mesmo se...—ele parou de repente e bateu com as luvas no bordo da mesa.

72

Timor-Leste em seminário

Por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Timor-Leste e do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, vai realizar-se, no próximo domingo, dia 20, o Seminário Internacional sobre Timor-Leste.

Esta iniciativa conta com a presença de diversas delegações estrangeiras e com a participação, nomeadamente, de Noam Chomsky, o americano que denunciou, perante a ONU, a invasão indonésia, de Wilfreds Burchett (presença não assegurada), de Joinet, da Liga Internacional dos Direitos do Homem, e de Ken Fray e Nevill Boinner, deputados do Parlamento australiano.

Do lado português, far-se-ão representar partidos com assento na Assembleia da República: o PS e a UDP. Independentes do PSD, MDP, UEDS, PC de P (m-l), PC (R), Base-FUT e outras organizações foram convidadas a participar.

A lista de presenças não é definitiva, mas asseguram-nos em reunião havida esta manhã com os jornalistas, na Casa da Imprensa, que estará no seminário um dirigente da Fretilin.

A mesa: Cacela Leitão, Paulo Bárcia e Carolina Quina

Os objectivos do seminário são os seguintes: promover o conhecimento da situação do povo de Timor-Leste, contribuir para uma melhor coordenação da solidariedade internacional e denunciar a agressão indonésia, apelando ao mesmo tempo para o integral cumprimento da resolução da ONU.

Colonização e descolonização, jogo de forças na região, resistência popular, papel da Fretilin, solidariedade internacional são os principais temas que estarão em debate.

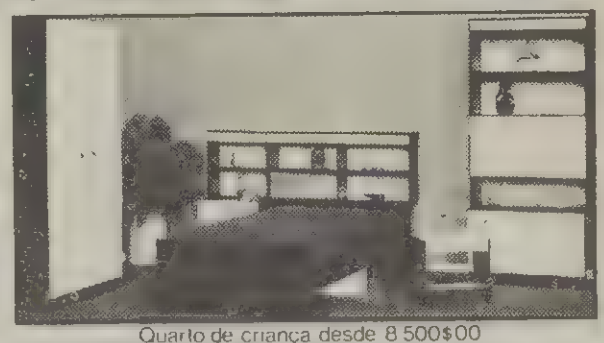
Pertencem à comissão de apoio a este seminário personalidades referenciadas com os partidos e organizações políticas atrás referidas. Os nomes: Carlos Candal, Mário Murteira, Luís Moita, Pireira Santos, Jaime Gama, Francisco Ramos Costa, Manuel Alegre, Cacela Leitão, Jacinto Batista e Ângelo Correia.

Compareceram: Mário Murteira (que abandonou a sala antes da começar a conferência de Imprensa) e Cacela Leitão, dirigente do PSD, que esteve na mesa. Com ele, Paulo Bárcia e Carolina Quina, do CIDAC.

PREVIDÊNCIA SMS
CASAS DO POVO
VERTICALIZAR É UNIR
VOTA
CRIAÇÃO DUMA NOVA(OU NOVAS)
ORGANIZAÇÃO SINDICAL VERTICAL
Grupos de apoio das Caixas da Indústria,
Serviços, Comércio, CNP,
Conservas de peixe,
Seguros e Doenças profissionais,
TLP e SMS.

OARTY MÓVEIS CONFIANÇA
ATENÇÃO
Visite os salões de exposição das nossas fábricas
NUNCA COMPRE OS SEUS MÓVEIS SEM NOS VISITAR PRIMEIRO, MESMO POR CURIOSIDADE
VEJA A DIFERENÇA: É A FÁBRICA A VENDER-LHE DIRECTAMENTE

Quarto de casal desde 11 950$00

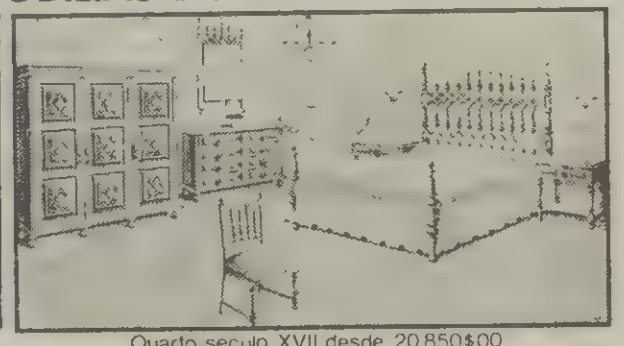


Quarto de criança desde 8 500$00

GRANDE VARIEDADE EM MOBÍLIAS E MAPLES DE LUXO

Cadeiras 1580$00 — Mesa 4 950$00 — Estante 12 850$00

PREÇOS	ERA	É
Quarto casal moderno	20 000$00	11 950$00
Quarto criança moderno	15 000$00	8 500$00
Salas modernas c/ cristaleira	19 000$00	12 500$00
Jogo de maples desde	7 000$00	4 500$00



Quarto século XVII desde 20 850$00

PREÇOS	ERA	É
Quartos século XVII em mogno	29 000$00	20 850$00
Salas século XVII em mogno	38 000$00	27 850$00
Mesas de refeição cromadas tampo vidro	8 000$00	4 950$00
Cadeiras cromadas veludo ou napa	2 200$00	1 580$00

E AINDA ARCAS, COLCHÕES E MUITOS OUTROS ARTIGOS A PREÇOS NUNCA VISTOS.
ABERTO À HORA DO ALMOÇO E ATÉ ÀS 21 HORAS E AO SÁBADO
De tarde na Av. 25 de Abril, 45 — Almada e Av. 5 de Outubro, 55 — Lisboa
ORGANIZAÇÕES A.S. NUNES
VISITE O 1.º SUPERMERCADO DE MÓVEIS EM PORTUGAL
Av. 25 de Abril, 45 • Telef. 2769001 • ALMADA
SALÕES DE EXPOSIÇÃO: Av. 5 de Outubro, 55 • Telef. 546860 • LISBOA
Rua Luciano Cordeiro, 18-A • Telef. 577521 • LISBOA
R. Conceição Sameiro Antunes, 13-B (junto ao Pão de Açúcar) • COVA DA PIEDADE
Feira Popular de Lisboa • Pavilhão de expositores • Telef. 731588

PROCURA
POR ASSA
"Can
refug
em
Bada

EVORA, 16
na cidade esp
joz, por um bo
que ali se desl
indivíduo de
nhado de «O
mível assassin
los Afonso Ma
facada no pass
rente, numa d
dade.

Segundo afi
referido bomb
vinha em sent
encarar comig
disfarçou falar
soas que vinha
pois fugiu.

Ande cerca
se o via, ma
descobri-lo, ne
nhum polícia
para lhe conta
sava»

Tribuna
do Por
conden
rendei

O Tribunal
Porto condeno
quem tinha
acção de despe
ao pagamento
processo por
«um rendeiro co
gado é um agri
afirma o MARN
enviada aos ór

A propósito
MARN pergun
preço do gado e
preço que os
bargadores c
pelo bife?».

Não há dúvid
de gado vendid
representariam
mónio» mas
desembargado
o custo da cor
criação e do
pouco lucro fic

Depois dest
MARN conclui
bargadores des
pletamente o m
agricultores-ren
temos de pens
claradamente c

Liceu
Passos
promov
despor

O Liceu de Pa
promover uma
des integradas
cional da Crian
essencialmente
cadores

De momento
uma actividade
uma Escola Pr
está programad
dia 19 de Maio
horas, uma tard
compreende an
futebol, ginásti
Nessa mesma
adultos terá lug
orientado por
médicos

Na passada
dois grupos de
Primária n.º 8 pi
no liceu, activid
abertura a todas
que se vão seg

Francisco Ramos Costa, Alegre, Cacela Leitão, Batista e Ângelo Correia.

pareceram: Mário Mur- ue abandonou a sala a começar a conferência rensa) e Cacela Leitão. e do PSD, que esteve na Com ele, Paulo Bárcia e a Quina, do CIDAC.

CONFIANÇA
ricas
CURIOSIDADE
TAMENTE
0$00
LUXO
50$00
ERA É
NCA VISTOS.
O SÁBADO
Lisboa
UGAL
LISBOA
PIEDADE

PROCURADO POR ASSASSÍNIO

"Canhoto" refugia-se em Badajoz

ÉVORA, 16 – Foi ontem visto, na cidade espanhola de Badajoz, por um bombeiro português que ali se deslocou em serviço, o individuo de raça cigana alcunhado de «O Canhoto», presumível assassino do caiador Carlos Afonso Magualde, morto à facada no passado dia 11 do corrente, numa das ruas desta cidade.

Segundo afirmou á Policia, o referido bombeiro «o cigano vinha em sentido contrário, ao encarar comigo reconheceu-me, disfarçou falando com as pessoas que vinham com ele e depois fugiu.

Andei cerca de três horas a ver se o via, mas não consegui descobri-lo, nem encontrar nenhum policia pelas redondezas para lhe contar o que se passava».

Tribunal do Porto condena rendeiro

O Tribunal da Relação do Porto condenou um rendeiro a quem tinha sido posta uma acção de despejo pelo senhorio, ao pagamento das custas do processo por considerar que «um rendeiro com 12 cabeças de gado é um agricultor abastado», afirma o MARN numa exposição enviada aos órgãos do Poder.

A propósito da decisão, o MARN pergunta: «Será que o preço do gado está avaliado pelo preço que os senhores desembargadores costumam pagar pelo bife?».

Não há dúvida que 12 cabeças de gado vendidas ao consumidor representariam «um bom património» mas esquecem-se os desembargadores que «tirando o custo da compra, o custo da criação e do trabalho, muito pouco lucro fica ao agricultor»

Depois desta explicação o MARN concluiu: «ou os desembargadores desconhecem completamente o modo de vida dos agricultores-rendeiros ou então temos de pensar que estão declaradamente contra eles».

Liceu Passos Manuel promove tarde desportiva

O Liceu de Passos Manuel vai promover uma série de actividades integradas no Ano Internacional da Criança que se dirige essencialmente aos pais e educadores

De momento, para além de uma actividade restrita dirigida a uma Escola Primária da Zona, está programado para o próximo dia 19 de Maio, a partir das 15 horas, uma tarde desportiva que compreende andebol, basquete, futebol, ginástica e atletismo. Nessa mesma tarde para os adultos terá lugar um colóquio orientado por uma equipa de médicos.

Na passada segunda-feira, dois grupos de alunos da Escola Primária n.º 8 pintaram um painel no liceu, actividade que serviu de abertura a todas as realiçzações que se vão seguir.

DL/INQUÉRITO

Leitor: recorte pelo tracejado e preencha com letra bem legível e remeta para DL/Inquérito Rua Luz Soriano, 44 1200 Lisboa

1 LEITOR: DIGA-NOS QUEM É

IDADE
- Menos de 25 anos ☐
- De 25 a 35 anos ☐
- De 35 a 45 anos ☐
- De 45 a 55 anos ☐
- Mais de 55 anos ☐

ONDE PASSOU AS SUAS FÉRIAS EM 1978?
- No país ☐
- No estrangeiro: Espanha ☐ / Outro país ☐

SITUAÇÃO FAMILIAR
- Solteiro ☐
- Casado ☐
- Outra situação ☐

SEXO
- Masculino ☐
- Feminino ☐

OCUPAÇÃO
- Estudante ☐
- Doméstica ☐
- Trabalhador ☐
- Dirigente ☐
- Prof. liberal ☐
- Reformado ☐

HABILITAÇÕES ESCOLARES:

_____

_____

_____

LOCALIDADE _____
CONCELHO _____
DISTRITO _____

SITUAÇÃO ECONÓMICA

1. O rendimento mensal do agregado familiar é de:
- menos de 15 000$ ☐
- de 15 a 30 000$ ☐
- mais de 30 000$ ☐

2. Tem conta bancária? Sim ☐ Não ☐

3. Usa cartão de crédito? Sim ☐ Não ☐

2 O LEITOR E O SEU JORNAL

1. Há quanto tempo é leitor do «DL»:
- menos de 3 anos ☐
- entre 3 a 5 anos ☐
- mais de 5 anos ☐

2. Lê o «DL»?
- Sempre ☐
- Quase sempre ☐
- As vezes ☐

3. Lê outro jornal da tarde?
Sim ☐ Qual? _____ Não ☐

4. Lê algum semanário?
Sim ☐ Qual? _____ Não ☐

5. Quantas pessoas lêem, normalmente o exemplar do «DL» que você compra?

_____

6. Lê o «DL»:
- de ponta a ponta ☐
- só os títulos ☐
- só alguns artigos ☐

3 DIÁRIO DE LISBOA CONTEÚDO

1. Gosta do aspecto gráfico do «DL»?
- Arrumação dos assuntos: Sim ☐ Não ☐
- Qualidade técnica: Sim ☐ Não ☐

2. Sugere alguma nova secção?

_____

_____

3. Acha que a informação da Agenda (cartaz de cinema, teatros, farmácias, programa TV e rádio, tempo, etc.) é suficiente?
Sim ☐ Não ☐

4. Que interesse têm para si as secções e suplementos seguintes:

	Muito interesse	Interesse médio	Nenhum interesse
• Mesa Redonda	☐	☐	
• Exclusivo	☐	☐	
• Sete Ponto Sete	☐	☐	
• Trabalho	☐	☐	☐
• Estrangeiro	☐	☐	☐
• Desporto	☐	☐	☐

5. Acha que o «DL» tem informação suficiente?
- Sim ☐
- Não ☐ (Indique o que falta: _____

_____

_____

6. Acha que o «DL» tem suficiente matéira de opinião?
- Sim ☐
- Não ☐ (Indique o que falta: _____

_____

_____

7. Costuma ler e gosta das secções seguintes:

	Leio	Gosto	Gosto com reservas	Não gosto
• Ponto a ponto	☐	☐	☐	☐
• Artigos da pág. 3	☐	☐	☐	☐
• Política de A a Z			☐	
• Romance policial			☐	
• Banda desenhada			☐	
• Crítica TV				
• Crítica Música			☐	
• Crítica Cinema			☐	
• Crítica Teatro			☐	☐
• Crítica Tauromáquica	☐	☐	☐	☐
• Roteiro Cultural	☐	☐	☐	☐
• Tome nota	☐	☐	☐	☐

8. Quer indicar o nome ou nomes de jornalistas, políticos, escritores ou artistas que gostaria de ver colaborar no «DL»?

_____

_____

9. Indique, por ordem de preferência, as 4 rubricas que lê com mais interesse:

1 _____
2 _____
3 _____ _____
4 _____

4 DIÁRIO DE LISBOA DISTRIBUIÇÃO

1. É frequente não conseguir comprar o «DL» por este se encontrar esgotado?
Sim ☐ Não ☐

2. Na sua vida quotidiana, pode comprar o «DL» em vários locais ou só o adquire num vendedor certo ou sempre no mesmo estabelecimento?
Vários locais ☐
Sempre no mesmo vendedor ou estabelecimento ☐

3. Já lhe aconteceu sentir má vontade do seu vendedor em relação ao facto de você desejar comprar o «DL»?
Sim ☐ Não ☐

4. Conhece algum local onde o «DL» se pudesse vender bem e onde não se encontre ainda à venda?

_____

_____

5. Nas suas férias, no caso de as passar num local diferente da sua residência habitual, tem dificuldade em encontrar o «DL»? Sim ☐ Não ☐

Tem alguma sugestão a fazer a este respeito: _____

_____

ÁSIA

Manifestação pró-palestiniana nas ruas de Teerão

Quarenta a cinquenta mil militantes de esquerda e «islâmicos» manifestaram, na tarde de terça-feira, em Teerão, o seu apoio à luta do povo palestiniano

Segundo um apelo da OLP, que queria denunciar a criação, em Maio de 1948, do Estado de Israel, a maior parte das formações políticas iranianas, desde o Partido Republicano Islâmico, próximo do «ayatollah» Komeiny, aos «fedayn» (extrema-esquerda), tinham pedido aos seus simpatizantes que se concentrassem na Universidade de Teerão, para aclamarem a Palestina.

As forças armadas iranianas e os guardas revolucionários islâmicos combaterão ao lado dos palestinianos na sua luta contra Israel, foi dito aos manifestantes.

«Da mesma forma que derrubámos o xá, atiraremos também Menahem Begin (primeiro-ministro israelita), Moshe Dayan e seus sequazes pela porta fora» disse à multidão Sadeq Khalkhaili, presidente do Tribunal Revolucionário de Teerão.

Numa mensagem lida na manifestação o «ayatollah» Ruhollah Khomeiny afirmou, que se fosse morto com uma metralhadora palestiniana nas mãos, gostaria de ser sepultado na Palestina.

«O Povo palestiniano não esqueceu a chave de suas casas. Desejo enormemente pegar nessa chave, ir à Palestina e abrir as portas de Nazaré», declarou o «ayatollah».

O «ayatollah» Khomeiny disse também que nenhum governo tinha o direito de prender quem quer que levasse a cabo a sentença do tribunal contra o xá, que se encontra actualmente nas Bahamas, com a imperatriz Farah (também condenada à morte).

Por outro lado, duas novas execuções tiveram lugar em Teerão na noite de segunda para terça-feira, anunciou a Rádio Nacional Iraniana, elevando-se assim a 254 o número de pessoas executadas desde a revolução.

Trata-se de dois membros da Savak (polícia secreta iraniana do tempo do xá) e de um adjunto da Polícia. Foram condenados por «monticínios e blasfémias contra Deus e o Profeta», acrescentou a rádio, indicando que dois outros acusados tinham sido condenados a sete anos de prisão por «cumplicidade».

LUSOLAB
— MATERIAL DE LABORATÓRIO, LIMITADA

Sede: Av.ª General Humberto Delgado, n.º 1-Falagueira-Amadora.
QUINTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
A cargo da Notária Licenciada: Maria Adília Borges Tristão
CERTIFICO

Para efeitos de publicação, que por escritura de sete de Maio corrente, lavrada de folhas oitenta e cinco vrso, a folhas noventa, do livro número G-sessenta e dois, das notas deste cartório, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade Limitada, entre Vítor José Pontes Barranha, casado, Luís Manuel Valente da Costa Fernandes, casado, David Manuel de Jesus Marques, casado, António José Rodrigues Ponces, casado, José Fernando dos Reis Feio, casado, e Vítor Manuel Freitas Martins, casado a qual se rege pelo pacto constante dos seguintes artigos:

— PRIMEIRO — A sociedade adopta a denominação de «Lusolab-Material de Laboratório, Limitada», e vai ter a sua sede na Avenida General Humberto Delgado, número um, na Falagueira, Amadora, concelho de Oeiras.

— Parágrafo único — A sociedade poderá criar ou extinguir filiais, agências ou outras formas de representação social e transferir a sua sede para outro local, em território Português, por simples deliberação da assembleia geral.

— SEGUNDO — O seu objecto é o comércio de material de laboratório, podendo a sociedade, a todo o tempo, dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade em que os sócios acordem

— TERCEIRO — A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de hoje

— QUARTO — O capital social é de um milhão de escudos, está integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios: uma quota de duzentos e vinte mil escudos do sócio Vítor José Pontes Barranha; uma quota de cento e sessenta mil escudos, pertencente ao sócio Luís Manuel Valente da Costa Fernandes; uma quota de cento e sessenta mil escudos, pertencente ao sócio António José Rodrigues Ponces, uma quota de cento e sessenta mil escudos, do sócio David Manuel de Jesus Marques, uma de cento e cinquenta mil escudos do sócio José Fernando dos Reis Feio e uma de cento e cinquenta mil escudos pertencente ao sócio Vítor Manuel Freitas Martins.

— QUINTO — A administração e gerência de todos os negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

— Parágrafo primeiro — Para que a sociedade se considere validamente obrigada basta que os respectivos actos, contratos ou documentos sejam em nome dela assinados por dois gerentes, em conjunto, embora os documentos de mero expediente possam ser assinados por um só gerente.

— Parágrafo segundo — Poderão os gerentes delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, em quem quiserem, conferindo para isso os competentes mandatos por meio de procuração.

— Parágrafo terceiro — Pode a Assembleia Geral nomear outros gerentes além dos sócios.

— Parágrafo quarto — Os gerentes não poderão obrigar a sociedade em actos de favor, tais como abonações, fianças, letras de favor e semelhantes, sob pena de responderem para com ela pelos prejuízos que lhe possam causar com tal uso.

— SEXTO — A cessão total ou parcial de quotas entre os sócios ou para descendentes dos mesmos, é livremente permitida; porém a cessão a estranhos fica dependente do prévio consentimento por escrito, dos sócios não cedentes que terão sempre direito de preferência.

— Parágrafo único — Querendo mais de um sócio exercer o direito de preferência, a quota cedenda será dividida pelos que a desejarem, conforme fôr entre eles acordado, e, na falta de acordo, na proporção da sua participação no capital social

— SÉTIMO — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos, oito dias de antecedência, indicando sempre nelas os assuntos a tratar

— OITAVO — Em caso de falecimento ou interdição de algum dos sócios, os seus herdeiros ou representantes tomarão o lugar do falecido ou interdito e enquanto a quota permanecer indivisa escolherão um entre eles para exercer os respectivos direitos

— Parágrafo único — No caso de esses herdeiros ou representante legal não pretenderem continuar na sociedade, proceder-se-á a um balanço com referência à data da ocorrência, e por ele receberão tudo quanto lhes couber em capital, quota, suprimentos, lucros, fundos de reserva e outros, ficando o activo e passivo a pertencer aos sócios sobrevivos e capazes.

— NONO — Os lucros líquidos apurados por cada balanço, depois de deduzidos de cinco por cento para o fundo de reserva legal, terão o destino que os sócios deliberarem em assembleia geral por maioria de três quartos do capital social, maioria essa igualmente necessária para toda e qualquer deliberação de qualquer assembleia

— DÉCIMO — A sociedade fica com o direito de amortizar qualquer quota no caso de esta ser penhorada, arrestada ou por qualquer forma envolvida em processo judicial que não seja o de inventário. O preço será o que resultar do último balanço aprovado

— Parágrafo único — O valor da quota será pago em quatro prestações trimestrais e iguais, considerando-se para efeitos sociais realizada a amortização; depois de efectuado o depósito da primeira prestação na Caixa Geral de Depósitos à ordem de quem de direito.

— DÉCIMO PRIMEIRO — Dissolvendo-se a sociedade, seja qual for o motivo, serão liquidatários os próprios sócios, que procederão à liquidação e partilha dos haveres sociais na forma deliberada em assembleia geral. Na falta de acordo, será o estabelecimento social adjudicado, com todo o activo e passivo, àquele que melhor proposta fizer quanto a preço e forma de pagamento, em licitação verbal aberta entre eles para o efeito.

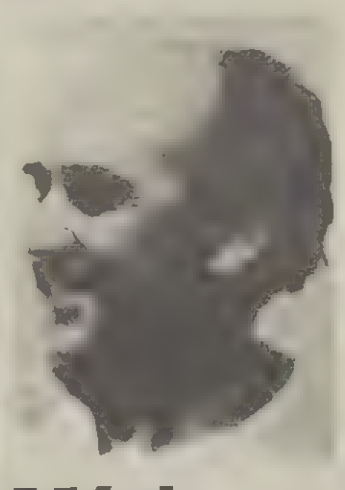
Vai conforme

Lisboa, catorze de Maio de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante

Maria Fernandes das Dores

AMÉRICA



Fidel no México

O chefe de Estado cubano, Fidel Castro, nhega amanhã ao México para a primeira visita oficial ao país onde foram treinados e partiram no iate «Granma», os guerrilheiros cubanos que derrubariam a ditadura de Fulgêncio Baptista. Além disso, durante o bloqueio comercial a Cuba, imposto pelos Estados Unidos, o México representou um verdadeiro cordão umbilical unindo a ilha ao resto do Continente. Foi isso que levou Fidel a falar na «dívida de gratidão» da revolução cubana para com o México.

Fontes diplomáticas mexicanas informaram que não existe uma agenda concreta para o encontro entre Fidel Castro e o presidente mexicano José Lopez Portilho, ficando os temas da entrevista subordinados à iniciativa de ambos.

Observadores locais recordam que, há algum tempo se falou numa operação triangular de venda de petróleo – o México entregaria a Cuba o petróleo que vende à Espanha, recebendo esta as ramas soviéticas.

Sabe-se por outro lado, que o presidente do México, Jose Lopez Portillo, vai desenvolver «o máximo esforço» no sentido de aproximar americanos e cubanos, no próprio interesse dos diferentes países da região.

Ciclone na Índia — mais de 600 mortos

Mais de 650 pessoas teriam morrido com o ciclone que assolou sábado, 12 de Maio, as regiões costeiras do Estado de Nadhra Pradesh e uma parte do Estado vizinho de Tammil Nadu, no Sul da India, segundo as informações recolhidas quarta-feira em Nova Deli.

Os responsáveis pela assistência e reconstrução calculam em 500 o número de mortos só na região de Prakasam, indicaram estas fontes. Os estragos materiais são muito importantes. Mais de 200 mil casas ficaram danificadas ou destruídas em Kandukur, Kanigiri e Chirala, as zonas mais atingidas da região.

É o segundo ciclone que atinge as regiões de Prakasam, Nelloret, Krishna e Guntur no Estado de Andhra desde Novembro de 1977, quando, cerca de 20 mil pessoas morreram ou foram dadas por desaparecidas.

EUA retiram embaixador no Chile

A Administração Carter ordenou hoje a retirada do seu embaixador em Santiago do Chile como primeira resposta oficial à negativa das autoridades chilenas em concederem as extradições dos militares implicados no assassinato de Letelier.

A notícia foi dada em Washington e coincidiu com a saída de avião de Santiago do embaixador, George Landau.

Ao mesmo tempo as autoridades norte-americanas deram a conhecer a sua disposição para apelarem da decisão tomada.

Entretanto, o presidente do Supremo Tribunal chileno decidiu que as actividades do general Manuel Contreras, antigo chefe da DINA (Polícia Política), do coronel Pedro Epinoza e do capitão Armando Fernandez, deveriam ser investigadas por tribunais do Chile.

BOMBAS EM SANTIAGO DO CHILE

Duas bombas explodiram ontem na capital chilena, sem causar vítimas, anunciou um informador oficial.

O primeiro engenho deflagrou numa agência do Banco Sul-Americano, no bairro de Nunoa, enquanto a segunda rebentou na Avenida Américo Vespucio, no Bairro Alto, sector rico de Santiago.

MÉDIO ORIENTE

A Síria vai auxiliar o novo Governo libanês

O presidente libanês, Elias Sarkis, vai receber auxílio da Síria para restaurar o seu governo, de modo a funcionar segundo os moldes políticos tradicionais, informaram ontem fontes de Damasco.

Após dois dias de negociações com o presidente sírio, Hafez Assad, Sarkis indicou que estas obtiveram «acordos totais em todos os tópicos».

Por seu lado, o primeiro-ministro libanês, Selim Al Hoss, anunciou que vai pedir a sua demissão, o que permitirá a Sarkis criar um novo gabinete, reflectindo melhor a delicada situação interna libanesa.

O apoio sírio é essencial para que Sarkis consiga levar esta tarefa a bom termo, nomeadamente porque estão estacionados no Líbano 25 000 soldados sírios.

Hoss acrescentou ainda que o Líbano vai pedir que as tropas sírias prolonguem a sua permanência no país, a qual terminaria em 27 de Julho

A presença palestiniana e a declaração unilateral de independência das milícias cristãs no Sul do Líbano, foram outros assuntos discutidos pelos dois presidentes, mas nenhum deles se lhes referiu no final das conversações.

Entretanto, os dois principais partidos consevadores libaneses, o Partido das Falanges e o Partido Nacional Liberal (PNL), decidiram formar um «Partido Nacional Único» obedecendo a um comando unificado, indica um comunicado publicado em Beirute por Camille Chamun e Pierre Gemayel, respectivamente chefes do PNL e dos Kataeb (falangistas).

O comunicado informa que Chamun e Gemayel dirigirão este partido único e serão assistidos por um Conselho Executivo que se encarregará de aplicar as resoluções tomadas pelo Alto Comando Unificado.

Por último, numa breve reunião publica, o Conselho de Segurança da ONU concordou em prosseguir os seus esforços diplomáticos para controlar a situação no Sul do Líbano.

Após uma semana de deliberações à porta fechada, este organismo da ONU decidiu-se contra a realização de novo debate sobre a questão

O PROBLEMA DE JERUSALÉM

O presidente Anuar El Sadate anunciou que irá propor em Dezembro próximo uma «solução definitiva do problema de Jerusalém, aceitável por todas as partes».

Discursando em Bheira (Delta do Nilo), o chefe do Estado egípcio precisou que a sua proposta será submetida à apreciação da Conferência Islâmica que tenciona convocar nessa altura para o Cairo. Não adiantou todavia pormenores sobre este seu projecto de solução do problema de Jerusalém, o qual – disse – é de molde a «satisfazer» todas as partes.

EL SALVADOR

Governo ameaça com "estado de sítio"

A repressão a tiro desencadeada pela polícia contra uma manifestação da «Frente de Acção Popular Unificada» em Sopayabo, a sete quilómetros de San Salvador, provocou hoje um número indeterminado de mortos e feridos.

A tensão aumenta em El Salvador e o Governo volta a ameaçar com a suspensão das garantias constitucionais e a proclamação o estado de sítio, enquanto o «Bloco Popular Revolucionário» mantém ocupadas a catedral, várias igrejas do interior do país, e as Embaixadas da Venezuela e da França.

Um porta-voz da «FAPU» informou que os manifestantes foram atacados a tiro e com granadas e que milhares de salvadorenhos tiveram de refugiar-se em lojas, casas particulares ou outros locais, onde se mantêm, pois a polícia não suspendeu o cerco à cidade.

Em El Limon, 17 quilómetros ao norte da capital, um confronto com a polícia deixou um saldo de dois mortos.

Entretanto, em San Salvador, mulheres vestidas de luto iniciaram uma marcha para protestar contra a «matança de oito de Maio» em frente à catedral, quando os militares dispararam contra uma manifestação causando 19 mortos e mais de 50 feridos.

Noutros incidentes, um carro da polícia foi metralhado na capital salvadorenha, e em Santa Ana, segunda cidade do país o consulado da Costa Rica foi atacado com bombas incendiárias – atentado reivindicado pelas «Forças Populares de Libertação Farabundo Marti».

Ontem à noite, em San Miguel desconhecidos incendiaram um posto de gasolina.

Finalmente dois polícias foram mortos e um outro ferido por guerrilheiros que abriram fogo sobre eles quando se encontravam de guarda à Embaixada da África do Sul em São Salvador

BRASIL

Governo contra estudantes

O governo brasileiro está a tentar impedir a reestruturação da União Nacional de Estudantes, organismo que representa tradicionalmente os estudantes universitários brasileiros.

O ministro brasileiro da Educação, Eduardo Portela, enviou mensagens aos reitores das Universidades ordenando que tomem «as medidas preventivas que se tornem necessárias», ainda que sem mencionar a palavra «proibição» para o encontro de reestruturação, marcado para o próximo dia 29, em Salvador, capital do Estado nordestino da Baía.

EUROPA

GRÃ-BR Rain dos

A senhora Marg anunciou ontem programa legislati colocar o país nu direita.

Os planos do Go vador – desvend nha Isabel na abe Parlamento – c para limitar o pod tos, reduzir o se zado, zelar pela r lei e da ordem e postos de rendim

O tradicional di nha, deixou bem novo primeiro-m pondo de uma ma putados na Câm muns, espera ag para cumprir a eleitoral de encan terra numa «dir mente diferente».

Desde que sub nas eleições de conservadores au vencimentos da Forças Armadas e estudar o process despesas burocrá

Segundo o disc o Governo tomar das monetárias e zindo os gastos g e a pesada taxa d rendimento.

Sublinhando a nhora Thatcher en tervenção do Esta cional, o program centivos, para en ciência empresari clima em que o

Operaçã montada

Uma vasta ope rorista está em cu tem em Roma, rev vada «Onda Ross esquerda

A operação co drugada, tendo trinta buscas em tantes de «Auto ria». Segundo a rá soas encontram-s

Os homens da terrorista italiana nham realizado semelhante no dia

Es

EUROPA

GRÃ-BRETANHA

Rainha divulga programa dos conservadores

A senhora Margaret Thatcher anunciou ontem um extenso programa legislativo destinado a colocar o país numa via mais à direita.

Os planos do Governo conservador – desvendados pela rainha Isabel na abertura solene do Parlamento – contrn medidas para limitar o poder dos sindicatos, reduzir o sector nacionalizado, zelar pela manutenção da lei e da ordem e diminuir os impostos de rendimento.

O tradicional discurso da rainha, deixou bem claro que o novo primeiro-ministro, dispondo de uma maioria de 43 deputados na Câmara dos Comuns, espera agir rapidamente para cumprir a sua promessa eleitoral de encaminhar a Inglaterra numa «direcção inteiramente diferente».

Desde que subiram ao Poder nas eleições de 3 de Maio, os conservadores aumentaram os vencimentos da Policia e das Forças Armadas e começaram a estudar o processo de limitar as despesas burocráticas.

Segundo o discurso de ontem o Governo tomará firmes medidas monetárias e fiscais, reduzindo os gastos governamentais e a pesada taxa dos impostos de rendimento.

Sublinhando a decisão da senhora Thatcher em diminuir a intervenção do Estado na vida nacional, o programa fala em incentivos, para encorajar a eficiência empresarial e criar «um clima em que o comércio e a indústria possam florescer».

Mas as propostas mais candentes do programa do Governo da senhora Thatcher são as reformas sindicais.

O Governo apresentará projectos de lei para o controlo dos piquetes de greve e a restrição dos efeitos do sistema de sindicalização compulsiva dos trabalhadores que vigora em muitos locais de trabalho e encorajará os sindicatos a organizar votações secretas pelo correio entre os seus membros, antes de tomarem uma decisão de greve.

A rainha Isabel II

REACÇÃO DE CALLAGHAN

O chefe da Oposição Trabalhista Britânica, James Callaghan, criticou o programa do Governo conservador, apresentado ontem pela rainha, por se afastar das promessas feitas na campanha eleitoral.

Callaghan explicou no debate que se seguiu ao «discurso do trono», que as medidas anunciadas eram «ingénuas, estéreis ou negativas».

Indicou rainda que as reduções de impostos deveriam ser maiores, de forma a serem beneficiados os salários mais baixos

URSS

Conversações Tito/Brejnev

O presidente Tito da Jugoslávia chega hoje a Moscovo para conversações com o Chefe de Estado soviético, Leonid Brejnev, durante as quais se procurarão atenuar as diferenças políticas que deterioraram as relações entre os dois países em 1978. Com efeito, a Jugoslávia assumiu uma posição política em relação à República Popular da China e ao Sueste Asiático que lhe valeram duras críticas da URSS. Por outro lado, o presidente da Jugoslávia exprimiu por diversas vezes, embora indirectamente, a opinião de que a União Soviética está a ameaçar a unidade do «movimento não-alinhado».

Numa alocução proferida pouco antes da sua partida, Tito considerou que «o movimento e a política do não alinhamento favorecem a comunidade internacional», sendo as tentativas de «promover a sua divisão» e de persuadir os seus membros a aderir a blocos, extremamente prejudiciais».

O chefe de Estado jugoslavo sublinhou, noutro passo, que o seu país prosseguiria as suas iniciativas diplomáticas «aprofundando as relações existentes e construindo novas pontes de amizade, porque, quantos mais amigos um país tem, mais forte é».

Pacto de Varsóvia apela à dissolução dos blocos...

Os sete ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Pacto de Varsóvia, que terminaram ontem uma cimeira de dois dias, em Budapeste, exigem a dissolução simultânea dos dois pactos militares existentes.

Os ministros defenderam também o fim da corrida mundial aos armamentos, a eliminação dos conflitos militares e zonas de tensão e o aprofundamento do desanuviamento internacional

Num comunicado emitido no final da Cimeira, afirma-se que o desmantelamento geral das actividades militares poderia ser o primeiro passo para a dissolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e do Pacto de Varsóvia

O documento exige, também, uma redução das despesas militares dos países de maior potencial económico e militar.

A cimeira propôs ainda, para este ano, a realização de uma conferência com a participação dos países europeus, Estados Unidos e Canadá que teria como objectivo discutir a ampliação das medidas aprovadas na Conferência de Segurança e Cooperação de Helsinquia.

...e Nato aumenta gastos militares

Ministros da Defesa da NATO terminam hoje em Bruxelas uma sessão de dois dias com um relatório do secretario norte-americano da defesa, Harold Brown, acerca das conversações sobre limitação de armas estratégicas (Salt 2) entre os Estados Unidos e a URSS.

Debaterão também a modernização de armas nucleares na Europa e reverão a situação no Irão, revelaram fontes afectas à NATO.

Os ministros anuíram ontem em continuar a aumentar os seus gastos com a defesa em três por cento ao ano em muita da década de 1980, após escutarem relatórios dos Serviços Secretos sobre a concentração de poderio militar pela União Soviética e seus aliados.

Tais ampliações destinam-se a conseguir que, no prazo de dez dias, possam ser transferidas para a Europa cinco divisões norte-americanas que se juntariam aos 200.000 homens já estacionados neste continente.

Será também possivel triplicar o contingente de avioes norte-americanos de combate no mesmo periodo de tempo.

AFRICA

Senado dos EUA recomenda fim das sanções à Rodésia

O Senado americano manifestou ontem a sua oposição à política do presidente Carter ao pronunciar-se em massa a favor do levantamento das sanções económicas contra a Rodésia. A resolução votada por 75 votos contra 19, recomenda ao Chefe da Casa Branca que ponha termo às sanções nos primeiros dez dias que se seguirem à entrada em funções do governo de Muzorewa, que está prevista para o dia 1 de Junho.

Embora preservando as opções do presidente Carter, que deve redefinir proximamente a sua política em relação a Salisbúria, à luz das últimas eleições rodesianas, a votação do Senado que traduziu esta maioria não deixa de representar um nítido aviso à Casa Branca, tanto mais que o texto deve ser aprovado também sem dificuldades pela Câmara dos Representantes.

Durante o debate o autor do projecto, o senador Richard Schweiker (democrata da Pensilvânia), declarou estar convencido de que o novo governo conservador britânico irá propor brevemente o levantamento de sanções contra a Rodésia. A atitude de Londres sobre este problema será objecto de conversações na capital britânica entre o secretário de Estado, Cyrus Vance, e o chefe da diplomacia britânica, Lord Carrington, na próxima semana.

O primeiro-ministro britânico, senhora Thatcher anunciou ontem, nos Comuns que enviará a Salisbúria um funcionário do ministério dos Negócios Estrangeiros, Anthony Duff, para se avistar com o bispo Muzorewa, primeiro-ministro designado e com outras personalidades rodesianas.

Entretanto, comandos militares de Salisbúria anunciaram ontem um número invulgar de baixas em dois dias da sangrenta guerra de guerrilhas da Rodésia, em que morreram 53 guerrilheiros e colaboradores e dois membros das forças de segurança.

Um comunicado do comando afirmava que, no mesmo período, foram também mortos oito civis negros e dois ladrões.

Mais de 250 pessoas morreram na guerra de guerrilhas desde o início de Maio.

Levantamento falhado no Ghana

Rádio Accra anunciou que um oficial da Força Aérea e um punhado de aviadores fizeram, ontem de manhã, uma tentativa frustrada de levantamento no Ghana, mas foram subjugados e encontram-se sob prisão militar.

A emissão, escutada em Londres, acrescenta que um dos insurrectos foi morto e a situação encontra-se dominada, podendo agora a população entregar-se normalmente aos seus afazeres

ONU

Pedida uma política internacional de energia

O Mercado Comum da América Central lançou hoje um apelo para a elaboração urgente de uma política internacional de energia, a fim de proteger países em vias de desenvolvimento do aumento dos preços do petróleo.

O ministro da Economia da Guatemala, Valentin Solorzano Fernandez, declarou na Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) que a melhoria das condições económicas nos países em vias de desenvolvimento dependia do aumento dos fornecimentos de energia e isso estava a ser impedido pela subida dos preços do petróleo

Falando em nome da Costa Rica, Salvador, Honduras, Nicarágua e Guatemala, Fernandez disse que o Mercado Comum da América Central reconhecia que nações tinham o direito legítimo de exigir preços razoáveis para os seus recursos naturais

Acrescentou, porém: «Fazemos um apelo à comunidade internacional para que volte a sua atenção séria e urgente para o problema de resolver a situação precária dos países em vias de desenvolvimento»

Operação de segurança montada em Itália

Uma vasta operação antiterrorista está em curso desde ontem em Roma, revela a rádio privada «Onda Rossa» da extrema-esquerda

A operação começou de madrugada, tendo já sido feitas trinta buscas em casas de militantes de «Autonomia Operária». Segundo a rádio, cinco pessoas encontram-se presas.

Os homens da polícia antiterrorista italiana (DIGOS) tinham realizado uma operação semelhante no dia 7 de Abril em Padua, que levara a prisão de cerca de quinze pessoas, entre as quais o professor Negri, dirigente da «Autonomia Operária», inculpado de «participação no rapto de Aldo Moro» pelas «Brigadas Vermelhas» em 1978.

A magistratura italiana está persuadida de wue «Autonomia Operária» se encontra ligada ao terrorismo italiano. Os militantes «autónomos» afirmam, por seu turno, que se trata de uma «ampla maquinação» e de uma «operação pré-eleitoral».

POSTAIS ANTIGOS E MODERNOS

CAIXAS DE ARQUIVO: interessantes e práticas. Levam 80 postais.
Vende: O MUNDO DO LIVRO
Largo da Trindade, 12 — Lisboa. Telef. 369951

QUER SER BEM SERVIDO?

Restaurante Snack-Bar
ROSSIO DA TRINDADE

Refeições Petistos
Mariscos

PRATO ESPECIAL

Frango de Churrasco à Angolana

Rossio da Trindade — T. 63157 — LAGOS

QUE VAI FAZER O SEU FILHO durante as férias grandes?

Na Berlitz, ele pode aprender inglês ou francês.
Cursos a partir de Julho. Inscrições limitadas.
Matricule, hoje, o seu filho, que ele há-de agradecer-lhe amanhã.

BERLITZ®
Desde 1878
Escadinhas da Barroca, 2 - LISBOA - Tel. 874656 (ao Largo de S. Domingos - ROSSIO)

publinter R

AINDA A SAÍDA DE TERESA MADRUGA

Nova carta de F. Nicholson

No «Diário de Lisboa» do passado dia 12, a propósito da minha resposta ao depoimento da actriz Teresa Madruga, recolhido por António Manuel, vem este jornalista e um tal senhor Cunha, cada um de per si, cada qual à sua maneira, fazer o que chamam esclarecer a carta de Francisco Nicholson.

Recusando-me desde já a transformar este episódio num folhetim, venho pela última vez abusar da paciência dos leitores.

eu repito, abusar da paciência dos leitores, esclarecendo os esclarecimentos já que os mesmos nada tendo de esclarecedores outra coisa não parecem pretender que lançar a confusao.

Por ordem de entrada na página começa António Manuel, repórter que aliás sempre me mereceu a maior consideração, por me acusar de vir a público, (des)propositadamente, falar daquilo, **que manifestamente não sei**... «de deontologia profissional de jornalista».

O carácter definitivo, dogmático, de que se reveste a acusação enche-me de dúvidas acerca de alguns dos meus conhecimentos e dá-me a certeza de que, no meio de toda a minha ignorância, há uma coisa que realmente não sei... Não sei porque bulas aparece o António Manuel destacando a minha afirmação, «não foi Fernando Lima quem rebateu as declarações da actriz mas esta quem prestou declarações depois daquele» para, esgrimindo com a expressão «rebater», que por ele não foi escrita e eu jamais lhe atribui, nos esclarecer não sei o quê. É que eu ainda sei ler, felizmente. E o «DL» de 5 de Maio está aí para quem quiser ler.

O que António Manuel escreve a seguir ao depoimento da actriz não é **apenas** «escutar a posição da direcção da Cooperativa» como afirma, mas... **«postas as coisas neste pé**; fizemos questão, **obviamente**, de escutar a posição da direcção da Cooperativa».

O pé em que as **coisas estavam** é de tal maneira óbvio que **rebatê-lo** como António Manuel faz é já querer metê-lo pelas mãos.

Resta-me a dolorosa compensação de uma coisa ter ficado a saber: António Manuel não cometeu nenhuma lapso. Escreveu o que escreveu conscientemente, cientificamente, irreversivelmente E, ao pretender «assentar-me» atrás duma «tónica» dando-me com a «cabeça da reportagem» não sabe ou não quer saber, que, para mim, nesta o mal não é da cabeça nem sequer do fecho, no meio é que não está a virtude.

Mais fiquei a saber que para nós deontologia não significa, rigorosamente, a mesma coisa. Qual dos dois estará errado?...

Mal da cabeça deve estar o senhor Cunha que espreita nesta história qual contentinho anónimo em reportagem de televisão dizendo adeus às câmaras, gaifonando na costas do entrevistado.

Só que eu não sei quem é o senhor Cunha.

Invocando uma lei de que terá ouvido falar mas cujo conteúdo manifestamente reivindica o cargo de conselheiro da actriz que se eu não lho nego, o problema é dela, podia ter um conselheiro Acácio, tem um conselheiro Cunha – jamais lho atribui nem poderia atribuir... É que eu não sei quem é o senhor Cunha

A partir daí Cunha cai no delírio

Infeliz, garante que não é Calvário. É claro que não é

Mas isso também não é caso para ficar assim, ó Cunha

Eu também não sou o Napoleão e o médico disse-me que não fazia diferença, que se eu tomasse umas pastilhas que ele me receitou até poderia acabar em S. Pedro às portas do céu que, parecendo que não, sempre era mais sossegado.

A seguir ao Calvário, em vez da ressurreição, Cunha tem uma recaída. E aí já é nitidamente um caso clínico. Em transe a desconexão é total. Enfurece-se, torna-se ameaçador, um autêntico susto.

Tão depressa acha que eu o devia procurar para me dar duas bofetadas como me tranquiliza o espírito e o físico garantindo que não mas dará. Aí esta permanente instabilidade dos verdes anos!

É claro que eu jamais procurarei o Cunha. Primeiro porque não sou masoquista depois porque eu não conheço o Cunha.

Soldado desconhecido, declara, cavalheiresco, a sua guerra santa. Só que Santa Teresa passou-se já lá vão quatro séculos

O Cunha é um atrasado de mais de quatrocentos anos. A sua oração é um dobre de finados. Seria gentil da minha parte engravatar-me de preto e correr a apresentar-lhe as condolências da praxe. Só que eu não sei quem é o Cunha.

Dizem-me que se trata dum rapazito, com fortes vestígios de anemia e sem geografia para todo este desplante de machista místico, que a actriz me apresentou como Zé solicitando-me autorização para assistir aos ensaios. E que por aqui flanou, à vontade, no meio das contradições, contentinho da Cunha passeando um sorriso enevoadamente apático, atrás do qual escondia a sua incapacidade de entender o que quer que seja. E como podia se o homem nem o que eu escrevi é capaz de entender. Ainda que seja esse, o tal Zé, ainda assim, a verdade é que continuo sem saber quem é o Cunha.

É natural que após o seu esclarecimento (?) o Cunha tenha ficado um pouco mais aliviado, a sentir-se um pouco melhorzinho.

Acredito que alguns amigos mais preocupados com o seu caso o terão encorajado com uns:

– É assim, mesmo, ó Cunha!

– Quem fala assim não é gago, ó Cunha!

– Arrumaste-se-o-lo, ó Cunha!

Só que eu não sei quem é o Cunha.

E no entanto com a sua intervenção o Cunha criou-me um problema aborrecido. Está-me a ser tremendamente difícil dissuadir o Inácio de escrever para o «DL» para participar na discussão

O Inácio tem destas coisas e, tomando por exemplo o Cunha qual «artista» ignoto participando, à ganância, em Grande Noite do Coliseu, ocasião única para à sombra de outros, contactar um público, que de desconhecido de hoje o promove a desconhecido de amanhã, quer à viva força dar o seu vistaço. E é que eu não conheço o Cunha mas o Inácio conheço.

E se depois do Inácio vierem o Hipólito, a Laurinha, o Savedra, o Onofre, a Micas Gorda, o Bolacha Maria, o Crispim com os seus parentes mais próximos e mais alguns afastados, daqui a 58 anos, no «Diário de Lisboa» ainda se discutirá, mais ou menos delirantemente, o caso da saída da jovem, já veterana, actriz do Ádóque. E se até lá tiverem tido muita saúde como eu quero que tenham talvez seja a altura ideal para uma enternecedora festa de despedida.

Parafraseando nuestros hermanos: – Mira que ridículo, senhor Cunha!

E sobre este assunto disse. A ele não voltarei.

Por mais cunhas que se metam por mais obscuros que sejam os esclarecimentos. Brinquem lá aos geniozinhos uns com os outros. Comigo não contem

A mim para brincar quem me tira o triciclo tira-me tudo.

E estes meninos já começam a estar crescidinhos para andar às cavalitas.

FRANCISCO NICHOLSON

Ponto final

Com esta carta do Francisco Nicholson consideramos encerrado este «caso». Nem José Cunha, nem António Manuel pertencem aos quadros redactoriais do «DL» ou são colaboradores regulares deste jornal. Os títulos dos textos que subscrevem na edição do passado sábado podem confundir o leitor. Não se tratava de esclarecer Francisco Nicholson, mas de não recusar a palavra a duas pessoas que, por fas ou por nefas, estão interessadas no «assunto Teresa Madruga».

Pela nossa parte, certa (ou incerta) exploração do «assunto» integra-se (ou pode vir a integrar-se) numa campanha contra o Adóque. Campanha que, singularmente, floresce e se intensifica quando a «cooperativa» apresenta «1926. noves fora nada».

DL

Agildo "Andorinha" Ribeiro desde ontem em Lisboa

O actor da serie televisiva «Planeta dos Homens» Agildo Ribeiro, chegou ontem a Lisboa para participar em vários programas de Televisão

Depois de dar várias explicações sobre a criação dos personagens de «Planeta dos Homens», Agildo Ribeiro disse que pretende trazer, no princípio do próximo ano, o seu espectáculo teatral «Alta Rotatividade», para ser apresentado em Lisboa.

Agildo Barata Ribeiro Júnior, de 47 anos de idade, viveu parte da sua infância (3 anos aproximadamente) em Lisboa devido a um exílio do seu pai: «Minha família sempre andou em revoluções, toda a minha família é ligada a militares. Eu mesmo, se não fosse actor, seria agora um coronel Assim, mesmo, não me considero um político, não tenho vocação para a política. Isso não quer dizer que seja um alienado»

Na série «Planeta dos Homens», Agildo Ribeiro desempenha os personagens do «Andorinha» e «Professor Pitágoras», entre outros. Agildo Ribeiro disse que prefere a primeira série do planeta do que esta que está sendo exibida actualmente pela RTP: «a primeira série era mais viva, mais dinâmica. Esta está muito política. Vamos realizar já algumas modificações, a partir da próxima segunda-feira». O actor **esclareceu** que o programa «Planeta dos Homens» nunca teve problemas com a censura

Ornella Muti e Giannini: um filme em Moscovo

ROMA – A actriz italiana Ornella Muti filmará em Moscovo uma co-produção italo-soviética, sob a direcção de Gregor Chujrai

O filme chamar-se-á «A Vida é Bela» e o actor masculino será Giancarlo Giannini. O realizador – segundo informa a Agência EFE – é um dos «artistas do povo», mas durante o período de Nikita Kruschev, dois filmes seus foram muito questionados – «A Balada do Soldado» e «Céus Limpos».

«A Vida é Bela» custará aproximadamente três milhões de dólares. Segundo Ornela Muti, o filme «é uma história de amor vivida por um jovem casal cuja vida é prejudicada pelo poder fascista instaurado no país onde vivem».

A partida de Ornela Muti e Giancarlo Giannini para Moscovo está prevista para o próximo dia 20 de Maio.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA, 18, ÀS 21.45 H.
ESTREIA A COMÉDIA
DE EDUARDO SCHWALBACH

A BISBILHOTEIRA

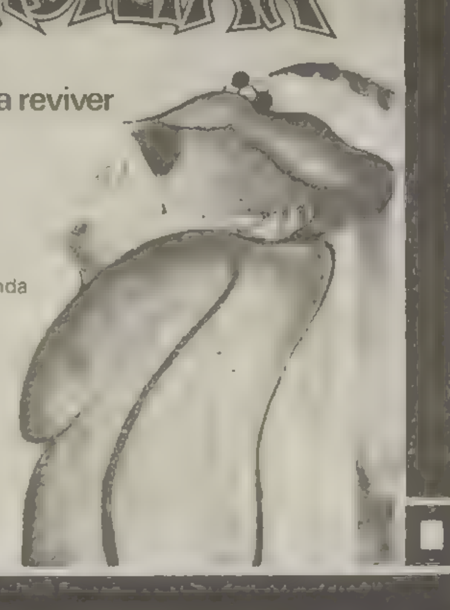
O Teatro Português que vale a pena reviver

Encenação de Ruy de Matos
Cenário de Abílio Matos e Silva
Figurinos de Melo Frazão

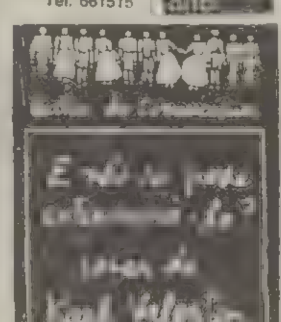
Com
Irene Izidro, Assis Pacheco, Barroso Lopes, Fernanda Borsatti, Lourdes Norberto, Mário Pereira, Rui de Carvalho, Madalena Braga, Guida Maria, Carlos Quintas, Lourdes Lima, Manuel Coelho, Lúcia Maria, Ana Maria, Luís Bandeira, Carlos Pimenta.

[illegible]

[illegible] para todos
Bilheteira abre às 13.00 H Telf. 322210
SÁBADO ÀS 16 E 21.30 H • DOMINGO SÓ MATINÉE ÀS 16 H
[illegible] DA COMPANHIA ÀS SEGUNDAS FEIRAS



Rua Tenente
R. Cascais, 1-A
1200 LISBOA
Tel. 661515
teatro do bairro alto



CURTA CARREIRA

ULTIMAS
SÓ ATÉ AO FIM DO MÊS

3.ª a sáb. às 21.30
Dom. só às 17.30

«Genial» (Carlos Porto -DL-)

Sub. SEC e INST. ALEMÃO
Desconto est. e sind. graças apoio F. Gulbenkian

APÓS O GRANDE ÊXITO DA ESTREIA
REGRESSA
A CÉLEBRE OBRA
DE

O DRAMA
DE UMA MULHER
CHOCADA COM
OS PROBLEMAS
DO SEXO!

ROMAN POLANSKI
REPULSA
COM
CATHERINE DENEUVE
ANOS
AMANHÃ ÀS 21.30 H
estúdio

Diário de Lisboa

a notícia e a opinião
o dia-a-dia do País
a explicação das coisas
o porquê das coisas
o porquê dos acontecimentos
cada coisa com seu porquê

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO R

Título original: Heaven
Realização: Warren
Buck Henry (USA - 197
Argumento: Elaine M
Beatty, **segundo peça**
de Harry Segall
Fotografia (par movielab): William A.
Música: Dave Grusin
Montagem: Robert C.
Don Zimmerman
Interpretação: Warren
(Joe Pendleton), Julie
(Betty Logan), James
Mr. Jordan), Jack Ward
Corkle), Charles Grod
Abott), Dyan Cannon
Farnsworth), Buck Hen
colta), etc
Distribuição em Portu
mes Lusomundo
Cinema: Apolo 70
Classificação: Não ac
vel menores de 13 ano

Há dias, neste jorna
legrama das agências
cionais anunciava que
velmente, Warren Beatt
nhar três óscares com
pode esperar igualand
de Orson Welles quase
o ano passado por Woo
Depois veio a desilusão
foi o grande vencido do
filme acabou por ganha
um óscar secundário.
filme, a primeira reacçã
espanto: espanto por
como é possível espera
filme médio e comezin
feito **ma non troppo**, c

Casa da Impre adia espectác de teatro infa

Decidiu a Direcção da
Imprensa protelar, par
tualmente, depois das
Verão, os dois espectác
teatro infantil com a peç
sentada pelo TEC «Os
dos do Tozé fazem banz
cados para os próximos
20, no Teatro Aberto.

A decisão dêve-se ao
se ter comprovado
afluência do público, e
mente crianças, nos
dias, aos espectáculos,
sequência da anormal e
vaga de calor que se f
sentir.

A fim de não sairem
os objectivos da Casa
prensa que, como se a
se integram no Ano Inter
da Criança, os espe
foram adiados de acord
Teatro Aberto e Teatro
mental de Cascais, par
ximo Outono, realizand
data a anunciar oportun

As pessoas que e
mente já tenham comp
lhetes poderão ser ree
das na bilheteira do
Aberto.

Concerto no M José Malhoa

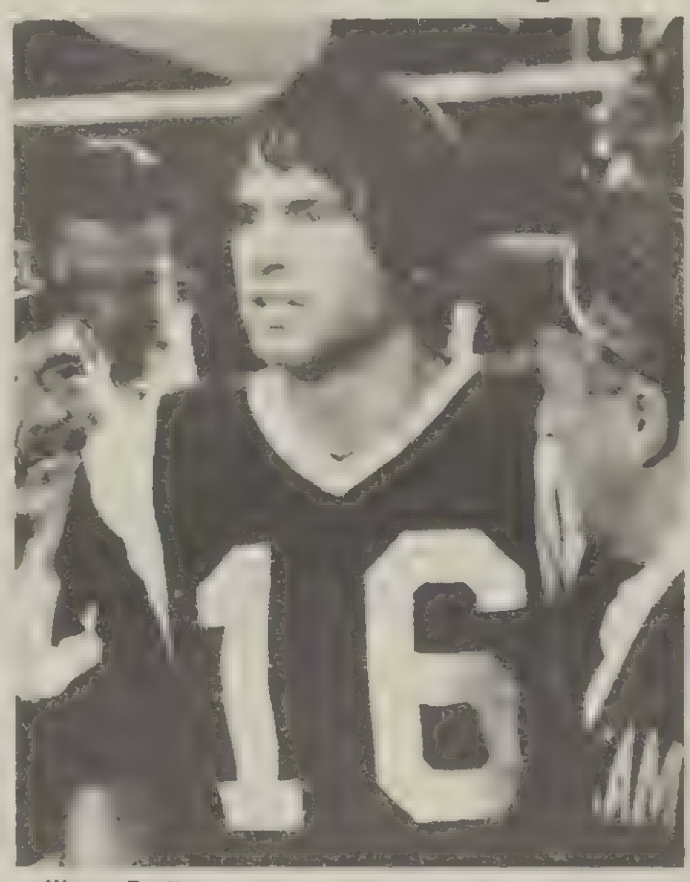
Prosseguindo a sua
actividade de dinamizaç
ral, o Museu de José
promove um concerto,
auditório, pelo Conjunto
do Estoril, no próximo
pelas 21.30 horas, que s
nas Festas da Cidade
das da Rainha e sim
mente comemora o Dia
cional dos Museus.

Compõem o Conjunto
tas Anthony Pringsheim
Anner, Gareth Newman
Sue Prather, que ex
obras de G.B. Bononci
valdi, J.M. Leclair, A. Co
J. Ch. Bach.

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"O Céu Pode Esperar" de Warren Beatty e Buck Henry



Warren Beatty um actor a tentar passagem administrativa a autor: reprovado

Título original: Heaven can wait
Realização: Warren Beatty e Buck Henry (USA - 1978)
Argumento: Elaine May e W. Beatty, **segundo peça teatral de** Harry Segall
Fotografia (panavision/movielab): William A. Fraker
Musica: Dave Grusin
Montagem: Robert C. Jones e Don Zimmerman
Interpretação: Warren Beatty **(Joe Pendleton),** Julie Christie **(Betty Logan),** James Mason **Mr. Jordan),** Jack Warden **(Max Corkle),** Charles Grodin **(Tony Abott),** Dyan Cannon **(Julia Farnsworth),** Buck Henry **(o escolta),** etc
Distribuição em Portugal: Filmes Lusomundo
Cinema: Apolo 70
Classificação: Não aconselhável menores de 13 anos.

Há dias, neste jornal, um telegrama das agências internacionais anunciava que, provavelmente, Warren Beatty iria ganhar três óscares com **O céu pode esperar** igualando o feito de Orson Welles quase atingido o ano passado por Woody Allen. Depois veio a desilusão: Beatty foi o grande vencido do ano e o filme acabou por ganhar apenas um óscar secundário. Vendo o filme, a primeira reacção é a de espanto: espanto por ignorar como é possível esperar que um filme médio e comezinho, bem feito **ma non troppo,** como é O céu pode esperar, seja comparado «filmes geniais como são **O mundo a seus pés e Annie Hall,** como é possível assemelhar um actor de segunda linha, agora numa incursão na realização, a autores de grande fôlego e talento como Orson Welles e Woody Allen.

É que, na realidade, esta digressão pela esfera do fantástico romântico, este filme de boas intenções condimentadas por um humor sossegado e convencional, este argumento nem sequer insólito todo apontado para um final que talvez fosse belissimo com outros actores que não o casal W. Beatty – J. Christie, não ultrapassam nunca uma certa correcção técnico-industrial, um certo brilhantismo de superfície, um espectáculo de sábado-à--noite-para-toda-a-família.

De resto falta a Beatty quase tudo o que é necessário para dominar um filme. Falta sobretudo uma vincada personalidade, à frente e atrás de câmara, algo que saia da vulgaridade polida, algo que fizesse do filme uma coisa diferente desta hora e meia morna e bastante vazia. As incursões no fantástico ou são feitas com os pés na terra ou não passam de voos mirificos e entorpecentes.

Sem nada de novo que guardar na memória, **O céu pode esperar** é apenas um filme mecanograficamente calculado para o sucesso inócuo das avenidas novas de todas as capitais do mundo. Como a nossa classe média não é diferente, no essencial, da dos outros países do hemisfério norte, o êxito comercial aí está, tal como previsto. O desejo de não pensar é ainda uma alavanca importante, nestes dias

Casa da Imprensa adia espectáculos de teatro infantil

Decidiu a Direcção da Casa da Imprensa protelar, para eventualmente, depois das férias do Verão, os dois espectáculos de teatro infantil com a peça representada pelo TEC «Os brinquedos do Tozé fazem banzé», marcados para os próximos dias 19 e 20, no Teatro Aberto.

A decisão deve-se ao facto de se ter comprovado a fraca afluência do público, especialmente crianças, nos últimos dias, aos espectáculos, em consequência da anormal e intensa vaga de calor que se tem feito sentir.

A fim de não sairem gorados os objectivos da Casa da Imprensa que, como se anunciou, se integram no Ano Internacional da Criança, os espectáculos foram adiados de acordo com o Teatro Aberto e Teatro Experimental de Cascais, para o próximo Outono, realizando-se em data a anunciar oportunamente.

As pessoas que eventualmente já tenham comprado bilhetes poderão ser reembolsadas na bilheteira do Teatro Aberto

Concerto no Museu José Malhoa

Prosseguindo a sua regular actividade de dinamização cultural, o Museu de José Malhoa promove um concerto, no seu auditório, pelo Conjunto Barroco do Estoril, no próximo dia 18, pelas 21.30 horas, que se integra nas Festas da Cidade das Caldas da Rainha e simultaneamente comemora o Dia Internacional dos Museus.

Compõem o Conjunto os artistas Anthony Pringsheim, Naomi Anner, Gareth Newman e Mary Sue Prather, que executarão obras de G.B. Bononcini, A. Vivaldi, J.M. Leclair, A. Corelli e de J. Ch. Bach.

Desenho animado: o menino bonito da TV

CANNES.– Uma das características do 15.º Mercado Internacional dos Programas de Televisão (MIT-TV), em curso desde 20 de Abril em Cannes, é a importância dos desenhos animados

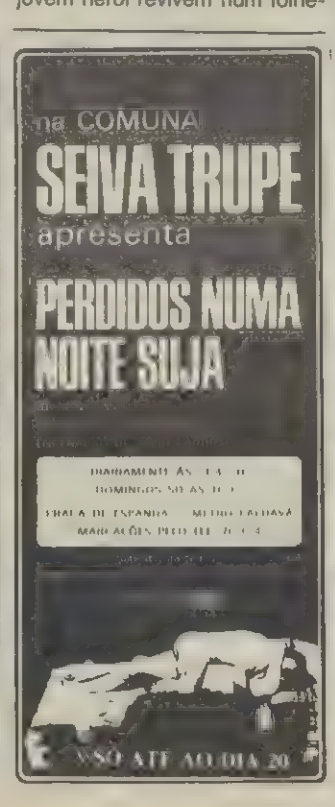
Neste encontro, em que participaram 103 países até ontem, estiveram presentes um grande número de «cartoons» destinados às crianças ou válidos para todas as idades.

Destaca-se em especial a voga das obras «Fim de Século». Deste modo, no Japão «Remi» rendeu já três milhões de dólares: Trata-se da adaptação dum romance francês aparecido há 100 anos, «Sans Famille», de Hector Malot. As aventuras do jovem heroi revivem num folhetim de 52 episódios de 30 minutos cada. Pode ser visto em relevo, mediante óculos especiais.

«Pinocchio», do italiano Carlo Collodi, e «Heidi», da suiça Johanna Spyri, romances igualmente centenários, figuram numa abundante série de desenhos animados oferecidos por uma companhia alemã.

Na Grã-Bretanha, Geoff Dunbat, depois do êxito do «Lautrec» realizou um «Ubu» em que resume em 20 minutos, com grande emprego da linguagem dos sons, a célebre peça de Alfred Jarry, «Ubu Roi», criada em Paris em 1896

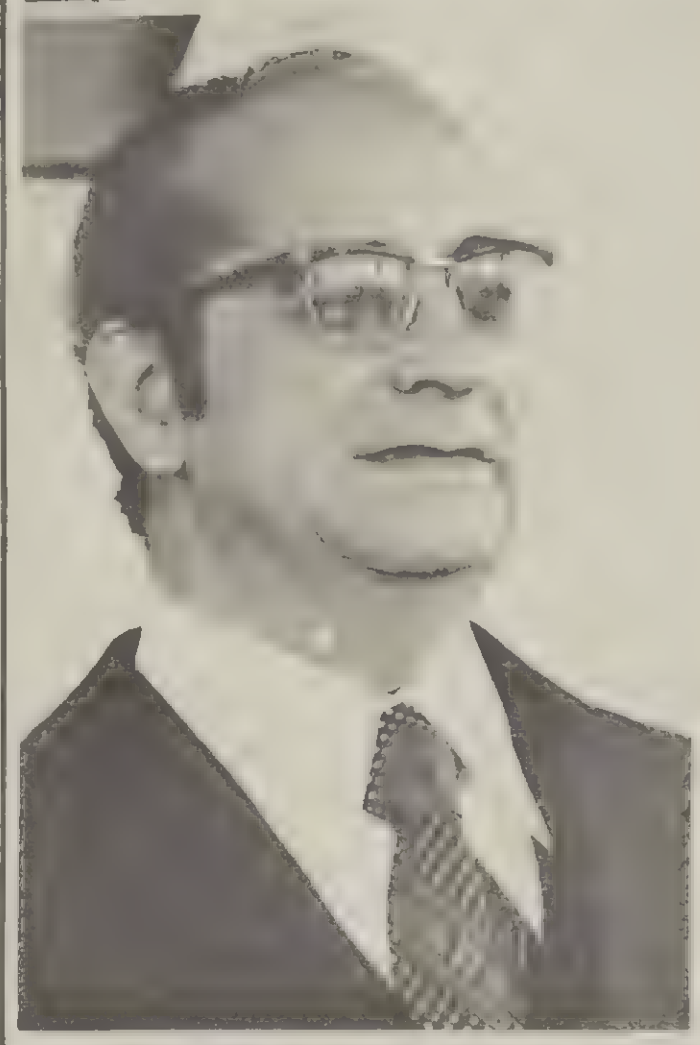
Mas os enredos não se limitam aquela época. Os americanos inventaram novos animais: uma serpente, um sapo, um senhor cão, um cavalo velho, uma cigarra, um elefante. Laurel, e Hardy estão mortos, mas os seus «Sketches» mantêm-se vivos através dos desenhos animados.



FEIRA POPULAR
(SALÃO MÓNACO)
Dia 18 de Maio de 1979
GRANDIOSO FESTIVAL DE ROCK
Participam os seguintes dançarinos
Toni do Rock — Adamaia
Chana — Charneca
Tomané — Payã
José Manuel — Musgueira
Marinho — Galinheiras
Augusto — Cruz Vermelha
Festival a cargo HERMÍNIO

Televisão

Hoje



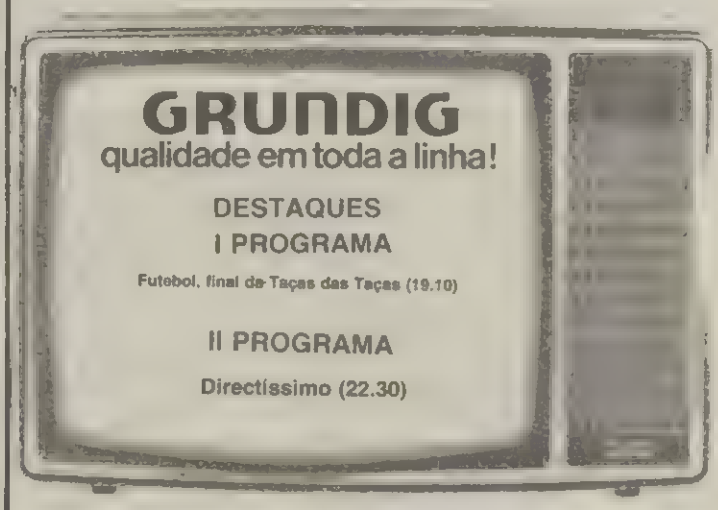
O general Costa Gomes é esta noite o convidado do programa Directíssimo – 2.ª parte

I PROGRAMA

18.30 **Sumário** – resumo do noticiário nacional e internacional.
18.35 **Imaginação a Galope**
19.10 **Futebol** – via Eurovisão transmissão do jogo de futebol entre o Barcelona e o Fortuna de Dusseldorf a contar para a Final da Taça dos Vencedores das Taças
21.10 **Manuel e Beatriz**
21.15 **Jornal RTP/1**
21.50 **«O Astro»** – mais um episódio.
22.30 **A Arte de Ser Português** – programa produzido e realizado por Jorge Listopad.
23.05 **Contadores de Histórias**
23.30 **24 Horas – último serviço noticioso do dia.**
23.45 Fecho

II PROGRAMA

18.45 **Ano Propedêutico**
20.30 **Ecologia** – programa de Nuno Portas.21.00 **Directíssimo** – 1.ª parte
22.00 **Informação/2**
22.30 **Directíssimo** – 2.ª parte
23.00 **Fecho**



Amanhã

I PROGRAMA

09.15: Ano Propedêutico, 13.25: Ciclo Preparatório TV, 18.30: Sumário 18.35: Clube do Rato Mickey; 19.05: Pais, Pais, 19.25: A Falar é que a Gente se Entende; 19.55: Manuel e Beatriz; 20.35: «O Astro» – episódio n.º 151; 21.10: Boletim Meteorológico, 21.15: Vamos Jogar no Totobola; 21.25: A Musica e o Silêncio, 23.00: 24 Horas.

II PROGRAMA

18.45: Ano Propedêutico, 20.32: Aqui Jazz; 21.00: A História da Aviação – 7.º e ultimo episódio 22.00: Informação/2, 22.30: «Esplendores e Misérias das Cortesãs» – 2.º episódio 23.30. Fecho

FUTEBOL, TAÇA DAS TAÇAS

Barcelona-F. Dusseldorf — a final esta noite

Joga-se hoje em Basileia — a Eurovisão dá, e os telespectadores portugueses poderão ver — a final da Taça das Taças. Os finalistas são o Barcelona de Espanha, e o Fortuna Dusseldorf, da RFA. É aquilo a que a ANOP, num balanço de perspectivas do jogo, ontem, chamava um confronto entre «um clube alemão médio» e «um dos grandes de Espanha e da Europa». O favoritismo do Barcelona é, pois, mais evidente. Depois, a equipa catalã é um conjunto recheado de «estrelas». Todavia, trata-se duma final, e nada garante que a equipa oeste-alemã apareça em grande força contrariando as previsões normais dos observadores

O adepto português do futebol viu há três semanas o Barcelona jogar na Bélgica, contra o Beveren. Os catalães venceram o jogo por 1-0, resultado idêntico ao que já tinham obtido em Nou Cam, e conquistaram assim o direito à presença na final. Do jogo desenvolvido pelo Barcelona ficou-se certamente com uma impressão positiva, mas não muito. É preciso no entanto compreender que se tratava duma segunda mão no campo do adversário, e havia a escassa vantagem dum golo a defender. Por isso o Barcelona actuou muito cautelosamente, e, de qualquer modo, conseguiu não apenas segurar a vantagem mas ainda marcar mais um golo.

O Fortuna Dusseldorf não nos lembra tê-lo visto em jogo inteiro nem esta época nem nas últimas épocas. As informações que há, no entanto, fazem crer que se trata duma equipa razoável jogando no estilo próprio dos conjuntos alemães, com grande força física, alta destreza atlética, técnica razoavelmente apurada, futebol corrido, veloz, impetuosamente atacante. O Barcelona terá de segurar a defesa cerradamente e ter a sua zona média desperta para a necessidade ofensiva. O ataque catalão é muito capaz de grandes feitos.

Há factores que reduzem relativamente o favoritismo dos espanhóis, à partida. Um deles pode ser o ambiente quase «caseiro» em que a partida vai disputar-se. Aqui, todavia, é preciso contar com os vinte e tal mil catalães que vão de excursão a Basileia para apoiarem e incitarem a equipa. Por outro lado, há a considerar a irregularidade da época que o Barcelona fez este ano. Mas este jogo é uma final, e este factor não deve ser para aqui chamado.

O FORTUNA DE DUSSELDORF

O Fortuna de Dusseldorf ganhou o direito a participar na Taça das Taças deste ano apenas porque o Colónia conseguiu a «dupla» (Campeonato e Taça) no ano passado, escolhendo obviamente participar na Taça dos Campeões. A equipa de Dusseldorf, derrotada pelos campeões na final da Taça, ficou assim com o caminho livre para tomar parte na segunda mais importante competição europeia de clubes

Esta é a mais bem sucedida época do Fortuna desde que, em 1933, conquistou o primeiro e único título de campeão que ostenta no seu palmarés. Presentemente, dois objectivos coexistem na mente dos seus jogadores: vencer o Barcelona e caso isso não seja possível qualificar-se para a Taça UEFA do próximo ano, tarefa que, dado o quinto lugar que presentemente ocupa na classificação do campeonato da Alemanha Federal, parece ao seu alcance.

A equipa assenta basicamente em cinco jogadores: o seguro guarda-redes Joerg Daniel, o defesa Gerd Zewe e os médios Klaus Allofs, Fleming Lund e Wolfang Seel.

Daniel, de 28 anos está há três anos no Fortuna e assina regularmente excelentes exibições.

Zewe, de 28 anos, é o «capitão» da equipa desde 1976. «Libero», vedeta da equipa na época passada, joga no Fortuna há sete anos e conta várias internacionalizações.

Klaus Allofs, de 22 anos, foi desde sempre simpatizante do clube e, embora não tenha dado os seus primeiros passos no Fortuna, foi aí que iniciou a sua curta mas brilhante carreira como profissional.

Há escassas semanas, tal como Zewe, aceitou assinar um contrato válido até 1982, à luz do qual receberá 350 000 marcos anuais, tem cinco internacionalizações e joga tanto no centro do terreno como a avançado-centro. Esta época já apontou 18 golos e é o melhor marcador do campeonato.

Fleming Lund, dinamarquês de 26 anos, conta 14 jogos pela selecção «A» do seu país, enquanto Wolfgang Seel, de 31 anos, foi sete vezes internacional «A» pela RFA.

O plantel de que o treinador Tippenhauer dispõe para quarta-feira é o seguinte:

Guarda-redes — Joerg Daniel e Wilfried Woyke; defesas — Heiner Baltes, Gerd Zewe, Gerd Zimmermann, Reinhold Franz e Egon Koehnen; centro-campista — Sepp Wikl, Klaus Allofs, Hubert Schmitz, Rudi Bommer, Herbert Zimmer, Fleming Lund e Wolfgang Seel; avançados — Emanuel Guenther, Thomas Allofs (irmão de Klaus, de 19 anos) e Rald Dusend.

O F. C. BARCELONA

O Barcelona apresenta um palmarés bem mais rico: nada menos de nove vitórias no Campeonato do seu país (embora a última date de 1974), dezoito triunfos na Taça, três vitórias na antiga Taça das Cidades com Feira (1958, 1960 e 1966) onde também foi finalista vencido em 1962, uma presença na final da Taça das Taças, em 1969.

Curiosamente, a final de há dez anos teve também lugar em Basileia e o «carrasco» dos catalães foi, na ocasião, o Slovan de Bratislava, que ganhou por 3-2.

Presença também dos catalães na final da Taça dos Campeões de 1961, de boas recordações para Portugal, pois foi aí que o Benfica conquistou o seu primeiro troféu, ao derrotar o «Barça» por 3-2. A final teve lugar noutra cidade suíça — Berna.

A equipa é dirigida por Joaquin Rife, depois da «chicotada» que afastou Lucien Muller. Refira-se no entanto que, a nível de competições intramuros as coisas não melhoraram muito e que os catalães ocupam, a escassas jornadas do fim, o sexto lugar no campeonato do seu país. Muito embora não sejam escassas as hipóteses de conseguir o apuramento para uma prova europeia, os dirigentes do Barcelona têm logicamente o maior interesse em conseguir que o apuramento para a Europa seja feito através da vitória sobre o Fortuna.

Muitas são as vedetas que compõem a equipa do Barcelona, mas o guarda-redes Artola, o defesa Migueli, os médios Neeskens e Asensi e o avançado Krankl são indubitavelmente os nomes mais falados e conhecidos pela «aficion» catalã e europeia.

Pedro Artola, de 31 anos, é um excelente guarda-redes, embora tenha experimentado algumas dificuldades em assegurar o lugar na primeira equipa.

Bernardo Migueli, de 28 anos, é o verdadeiro «patrão» na defesa do Barcelona

Com trinta anos, Juan Manuel Asensi é um dos mais respeitados futebolistas de Espanha, impondo-se como autêntico motor da equipa, formando dupla excelente com o internacional holandês Johan Neeskens.

Na frente, o austriaco Johann (Hans) Krankl, uma das grandes revelações do último «mundial», é um perigo constante e, na sua primeira época em Espanha, este ano, assegurou praticamente a conquista do troféu de melhor marcador.

Há uma semana sofreu um acidente que apesar de não ter sido de consequências graves para si causou ferimentos a sua esposa. A sua inclusão na equipa, inicialmente duvidosa, é dada como certa e o jogador seguiu viagem para Basileia com os seus companheiros.

O plantel de que Rife dispõe para Basileia é o seguinte: guarda-redes — Artola e Mora; defesas — Zubiria, Migueli, Costas, Olmo, Albadalejo e De La Cruz; centro-campistas — Neeskens, Asensi, Sanchez e Esteban; avançados — Krankl, Rexach, Heredia e Bio.

HEREDIA NÃO JOGA

O hispano-americano Juan Carlos Heredia, uma das principais armas do ataque do Barcelona, não seguiu viagem com os seus companheiros para Basileia, onde hoje tem lugar a final da Taça das Taças, em que os espanhóis terão por adversário o Fortuna de Dusseldorf.

Heredia lesionou-se no jogo do campeonato espanhol disputado no passado sábado e a distensão muscular que contraiu não lhe permitiu sequer fazer a viagem.

Para colmatar a ausência de Heredia, o técnico Joaquim Rife chamará à equipa Carrascou ou Esteban.

Entretanto, o defesa Migueli, lesionado numa clavícula, está também em dúvida, muito embora seja provável a sua recuperação.

RÁPIDAS • RÁPIDAS • RÁPID

KEMPES: AS PERNAS NO SEGURO

As pernas do futebolista argentino Mário Kempes foram seguras em dois milhões de dólares para o jogo amigável de homenagem ao ex-internacional da Alemanha Federal Berti Vogts, que hoje se disputa em Moenchengladbach.

O inglês Kevin Keegan, que joga no Hamburgo e também participa na festa, viu as suas pernas serem seguras em metade dessa verba: um milhão de dólares

KEMPES E O DINHEIRO

O dinheiro está acabando com o futebol, afirmou hoje em Nuremberga, durante uma reunião de treinadores, o jogador argentino Mario Kempes.

Segundo Kempes, a única preocupação dos clubes parece ser, em vez de melhorar o futebol, a de aumentar as receitas, circunstância que faz com que os jogadores pratiquem um futebol cada vez mais agressivo.

Para o seu companheiro de clube, Rainer Bonhof, que também milita no Valência, de Espanha, a crise do futebol actual se deve a que se dá mais importância às «tácticas» do que ao talento pessoal do jogador.

Segundo Bonhof, esta é a causa por que na actualidade já não existem futebolistas como Netzer, Overath ou Beckenbauer.

CURTIS: 40 MIL CONTOS

O internacional Alan Curtis, do Swansea, foi transferido, na 3.ª feira, para o Leeds United, por 400.000 libras (mais de 40 mil contos).

Por seu turno, segundo notícias provenientes de Bruxelas, o «RSC» Anderlecht conseguiu reforçar-se com o internacional austríaco Friedl Koncilia, que actualmente milita no SSW Innsbruck.

Actual segundo classificado do campeonato belga, o Anderlecht pensa apresentar o novo recruta nas meias-finais da Taça da Bélgica, contra o Beerschot, no fim de Maio.

Filmes Lusomundo

A VIDA ERA UM INFERNO...
...A MORTE A ÚNICA FUGA.

OPERAÇÃO AGUIAS NEGRAS

com
Richard Conte
Rory Cálhoun
Aili King e Phil Brown
Realização de RICHARD CONTE
COLORIDO

A PARTIR DE AMANHÃ ÀS 21.30H.

cinema Monte Carlo

INTERDITO A MENORES DE 13 ANOS

Atenção: Parque de estacionamento privativo.

AMÁLIA & SILVA, Ld.ª

Certifico que, por escritura de 25 de Maio de 1970, lavrada de fl. 8 a fl. 9 v.º do livro n.º 43-D de notas para escrituras diversas do 4.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado José Torres Ferrari e Silva, Amália da Silva Gomes Alves Martins cedeu a António Alegre de Almeida a quota de 25 000$ que possuia na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma Amália & Silva, Ld.ª, com sede em Lisboa, renunciou à gerência e autorizou que a firma social continuasse sem alteração, ficando o cessionário nomeado gerente, nos precisos termos do artigo 5.º do pacto social

Está de conformidade com o original, a que me reporto

4.º Cartório Notarial de Lisboa, 26 de Maio de 1970

O Segundo Ajudante
(José Leal de Jesus Coutinho)

AMALIA & SILVA, Ld.ª

Certifico que, por escritura de 21 de Março de 1972, lavrada de fl. 79 a fl. 80 v.º do livro n.º 55-D das notas do 4.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Henrique Vaz de Lacerda, Alfredo da Silva Gomes cedeu a Maria Olinda Guerra Cardoso de Almeida a quota de 25 000$ que possuia na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que gira sob a firma Amália & Silva, Ld.ª, com sede em Lisboa, renunciou à gerência e autorizou que a firma social continuasse sem alteração, ficando a cessionária também nomeada gerente, nos precisos termos do artigo 5.º do pacto social.

Está de conformidade com o original; na parte omitida nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve

4.º Cartório Notarial de Lisboa, 16 de Abril de 1979

O Terceiro Ajudante
(Cremilde do Patrocínio Anacleto)

PUB

DIRECTUS

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O LAR, LDA.

PARA TOTAL COBERTURA DO TERRITÓRIO COM EXCEPÇÃO DE BRAGA E COVILHÃ, ACEITAMOS A CANDIDATURA DE AGENTES-COMISSIONISTAS.

- Com prestígio pessoal;
- Bem relacionados/as;
- Podendo acumular a actividade profissional;
- Sigilo absoluto.

APARTADO 1[illegible] 4400 VILA NOVA DE GAIA

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

9.º JUÍZO

ANÚNCIO

2.ª Publicação

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da data da 2.ª e última publicação do anúncio citando os réus para no prazo de cinco dias, findo o prazo dos éditos, deduzir oposição, pagar à exequente a quantia de Esc. 41.400$00 ou nomearem bens à penhora, sob pena de se considerar devolvido ao exequente o direito de nomeação de bens à penhora. Execução sumária n.º 2006, 2.ª secção Exeq. GASTECO — Centro Técnico de Gás SARL, com sede na Rua Tomás de Figueiredo n.º 14 B em Lisboa. Executada — Electromavil Electrodomésticos Limitada, com última sede conhecida na Avenida Capitão João Almeida Melessas, n.º 95 A em Alverca

Lisboa, 20 de Março de 1979

O Juiz de Direito,
(ilegível)

O Escrivão de Direito,
José Maria Baptista

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

15.º JUÍZO

ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que, por este Juízo, no Proc.º 4183 - 2.ª Sec. Ac. Espec Liquidação de Herança em benefício do Estado, deixada pela falecida CUSTÓDIA ROSA, que foi solteira e residente na Rua Carlos da Maia, 21, Lisboa, correm éditos de TRINTA DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando quaisquer interessados incertos para deduzirem a sua habilitação, como sucessores daquela falecida, dentro de VINTE DIAS, depois de findar aquele prazo dos éditos

Lisboa, 4 de Maio de 1979

O Juiz de Direito
a) (Herlânder Antunes Martins)

Pel'Escrivão de Direito
a) (Carlos Manuel Baptista)

14º JUÍZO CÍVEL DE LISBOA

Proc. Nº 92/A
3ª Secção

ANÚNCIO

Faz-se saber que por este Juízo e 3ª Secção, nos autos de Liquidação em Benefício dos Sócios em que são requerente: Modesto Gomes e requerido — António Gonçalves, residente na Estrada da Luz, 186-1º, em Lisboa, correm éditos de 30 dias contados da 2ª e última publicação deste anúncio convocando o requerido acima indicado para comparecer neste Tribunal no dia 8/6/79 pelas 9,30 horas a fim de ser ouvido sobre a nomeação dos liquidatários e sobre o prazo para a liquidação

Lisboa, 17 de Abril de 1979

O JUIZ,
a) J. CRUZ RODRIGUES

Pel'O ESCRIVÃO DE DIREITO,
a) EMÍLIO MESQUITA

Quarta-feira, 16

Homen

LEIRIA — Mo precipitaram prematuro de Fa nuar a dar o equipa de honra portiva de Leiria, rante doze ano transferência d João da Madeira

De seu nome dos Santos Fam e esforçado atlet merecida homen por iniciativa de de que fazem pa nuel Pinto Coelh equipa, actualm do Riomaioren Vítor Hugo de C do próprio União Luís das Neves Alberto Gomes L tes da mesma c também se asso que se espera dignidade e sign

Falando em n são organizado numa reunião i representantes deu a conhecer

Regis

BRASIL: UM SUBORI

O Brasil sub uruguaio Esteba poder jogar con final do Campeo de Futebol de 19 Chile — revela o Moreira em entre tiva da sua activi ao «Jornal da Paulo.

O treinador b que Esteban M motivou a expuls no jogo da meia onato, contra o então como aux peruano Arturo Y

«Garrincha, o jogo, no qual mar foi alvo de uma fa parte do defesa reagiu também v

«O juiz não viu rino comunicou árbitro, que acab Garrincha», cont reira.

«Para o Brasil» técnico, «a exclu cha da final com quia seria desas dirigente teve um dora: conseguir testemunha princ que devia julgar gressasse ao seu ser citado.»

ARSENAL: A COTAÇÃO DAS VEDETA

Após o difícil guido sobre o Mar na final da Taça d futebol, o Arsenal com um problema a saída do clube d las» Liam Brady, D Frank Stapleton.

Os três futebolis tentados por dive Europa e dos Est também por algun inglesas.

O presidente Denis Hill-Wood, o clube pode, p competir com qua ilhas a nível de ve aos jogadores. que, se clubes do dos Estados Unid corrida, «não te ses».

Os contratos Stapleton termina mês, enquanto Br ao Arsenal por mai

Apesar de se «s em Londres, os são peremptórios não hesitarão em se forem realmen as condições qu apresentadas

noite

as do ataque do Barce-
seguiu viagem com os
mpanheiros para Basi-
e hoje tem lugar a final
das Taças, em que os
s terão por adversário o
de Dusseldorf.

ia lesionou-se no jogo
eonato espanhol dispu-
passado sábado e a dis-
muscular que contraiu
permitiu sequer fazer a

colmatar a ausência de
o técnico Joaquim Rife
à equipa Carrascou ou

anto, o defesa Migueli,
o numa clavícula, está
em dúvida, muito em-
a provável a sua recupe-

AS • RÁPID

Overath ou Becken-

IS:
. CONTOS

rnacional Alan Curtis, do
a, foi transferido, na 3.ª
ara o Leeds United, por
libras (mais de 40 mil

eu turno, segundo notí-
venientes de Bruxelas, o
Anderlecht conseguiu
-se com o internacional
co Friedl Koncilia, que ac-
te milita no SSW Inns-

l segundo classificado
peonato belga, o Ander-
ensa apresentar o novo
nas meias-finais da Taça
gica, contra o Beerschot,
de Maio.

RIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA
DE LISBOA

15.º JUÍZO

ANÚNCIO

E SABER que, por este Juízo,
º 4183 - 2.ª Sec. Ac. Espec
ão de Herança em benefício do
deixada pela falecida CUSTÓ-
SA, que foi solteira e residente
Carlos da Maia, 21, Lisboa, cor-
os de TRINTA DIAS, contados
nda e última publicação deste
citando quaisquer interessados
para deduzirem a sua habilita-
no sucessores daquela falecida.
VINTE DIAS, depois de findar
razo dos éditos.
a, 4 de Maio de 1979

O Juiz de Direito
erlânder Antunes Martins)

Pel'Escrivão de Direito
(Carlos Manuel Baptista)

4º JUÍZO CÍVEL
DE LISBOA

Proc. Nº 92/A
3ª Secção

ANÚNCIO

saber que por este Juízo e 3ª
nos autos de Liquidação em Be-
dos Sócios em que são reque-
odesto Gomes e requerido —
Gonçalves, residente na Estrada
186-1º, em Lisboa, correm édi-
0 dias contados da 2ª e última
ão deste anúncio convocando o
o acima indicado para compare-
e Tribunal no dia 8/6/79 pelas
as a fim de ser ouvido sobre a
o dos liquidatários e sobre o
ra a liquidação.

17 de Abril de 1979

O JUIZ,
RUZ RODRIGUES

O ESCRIVÃO DE DIREITO,
) EMÍLIO MESQUITA

Homenagem a Famaliar

LEIRIA – Motivos de saúde precipitaram o afastamento prematuro de Familiar, de continuar a dar o seu concurso à equipa de honra do União Desportiva de Leiria, onde militou durante doze anos, após a sua transferência do Clube de S. João da Madeira no ano de 1966.

De seu nome completo José dos Santos Familiar, este brioso e esforçado atleta vai ser alvo de merecida homenagem no dia 20, por iniciativa de uma comissão de que fazem parte Adriano Manuel Pinto Coelho (ex-colega de equipa, actualmente ao serviço do Riomaiorense), Guilherme Vítor Hugo de Oliveira, dirigente do próprio União de Leiria, José Luís das Neves Júnior e Carlos Alberto Gomes Luso, ex-dirigentes da mesma colectividade que também se associa àquela festa que se espera atinja a maior dignidade e significado.

Falando em nome da comissão organizadora, Carlos Luso numa reunião informal com os representantes da Imprensa, deu a conhecer o programa elaborado e que tem em vista reunir antigos futebolistas do União de Leiria que alinharam ao lado de Familiar, assim como os técnicos António Saraiva (ex-europeu, do Benfica) e Miguel Bertral, que passaram pelo clube leiriense.

A festa de homenagem decorrerá no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa, na cidade de Leiria, iniciando-se às 15 horas com um jogo de futebol entre duas equipas formadas por ex-jogadores do União de Leiria, orientadas por aqueles dois técnicos; às 17 horas, terá lugar o encontro entre as turmas de honra do Clube local e o Vitória de Guimarães.

A comissão organizadora confia que os desportistas leirienses não deixarão de, com a sua presença, corresponder aos fins da homenagem, que visa não apenas testemunhar o apreço e reconhecimento pelo concurso que Familiar, enquanto pôde, dispensou ao União de Leiria, mas também contribuir materialmente para melhorar a situação económica daquele atleta

O dirigente do Benfica, Ferreira Queimado, falando ontem aos jornalistas

Ginastas chineses vêm a Portugal

Catorze ginastas da República Popular da China participam num torneio internacional nos dias 15 e 16 de Junho no Pavilhão dos Desportos de Lisboa

Esta revelação foi feita pelo dirigente do Benfica, José Gomes Machado, em Conferência de Imprensa ontem promovida por aquele clube na sua sede desportiva.

A comitiva chinesa, de 20 pessoas, chega a Lisboa a 12 de Junho e regressa ao seu país a 26 do mesmo mês.

Os ginastas chineses (sete mulheres e sete homens) deslocam-se a Portugal a convite da Associação Democrática de Amizade Portugal - China (ADAP-C), dentro do intercâmbio desportivo iniciado com a visita à China feita em Junho do ano passado pela equipa de futebol do Sporting Clube de Portugal.

Alvaro Vasconcelos, do secretariado da ADAP-C, considerou um «acontecimento importante» a visita da delegação chinesa, do ponto de vista desportivo «porque permite aos portugueses a possibilidade de assistir a uma exibição de atletas chineses», e do ponto de vista político «porque é o primeiro contacto desportivo entre os pois povos depois do estabelecimento de relações diplomáticas entre ambos os países».

O torneio, segundo o dirigente benfiquista, tem já a presença assegurada de uma selecção de Espanha, além de uma equipa portuguesa.

«Foram também enviados convites para que estejam presentes equipas da Finlândia, Dinamarca e França, mas ainda não obtivemos confirmação», acentuou.

Os ginastas chineses, além de participarem no torneio do Pavilhão dos Desportos, farão uma demonstração no pavilhão do Estádio da Luz, a 17 de Junho e nos dias seguintes exibem-se em Coimbra, Porto, Braga, Viseu e Guimaraes.

Segundo José Gomes Machado, o Benfica conta com a colaboração da Federação Portuguesa de Ginástica na parte técnica das competições e com o apoio financeiro da Direcção-Geral dos Desportos e da Radiotelevisão Portuguesa

O presidente do Benfica, José Ferreira Queimado, que foi o primeiro orador da reunião, referiu que tinham sido também convidados ginastas da Roménia, «mas problemas de última hora tornaram impeditiva a presença de atletas desse país»

Registo

BRASIL: UM SUBORNO EM 62

O Brasil subornou o árbitro uruguaio Esteban Marino para poder jogar com Garrincha na final do Campeonato do Mundo de Futebol de 1962, realizado no Chile – revela o técnico Aimoré Moreira em entrevista retrospectiva da sua actividade concedida ao «Jornal da Tarde» de São Paulo.

O treinador brasileiro afirma que Esteban Marino foi quem motivou a expulsão de Garrincha no jogo da meia final do campeonato, contra o Chile, actuando então como auxiliar do árbitro peruano Arturo Yamasaki.

«Garrincha, o herói desse jogo, no qual marcou dois golos, foi alvo de uma falta violenta por parte do defesa chileno Rojas e reagiu também violentamente.

«O juiz não viu mada, mas Marino comunicou o sucedido ao árbitro, que acabou por expulsar Garrincha», conta Aimoré Moreira.

«Para o Brasil», acrescenta o técnico, «a exclusão de Garrincha da final com a Checoslováquia seria desastrosa, mas um dirigente teve uma ideia salvadora: conseguir que Marino, a testemunha principal do comité que devia julgar Garrincha, regressasse ao seu país antes de ser citado.»

ARSENAL: A COTAÇÃO DAS VEDETAS

Após o difícil triunfo conseguido sobre o Manchester United na final da Taça de Inglaterra de futebol, o Arsenal vê-se a braços com um problema grave: impedir a saída do clube das suas «estrelas» Liam Brady, David O'Leary e Frank Stapleton.

Os três futebolistas estão a ser tentados por diversos clubes da Europa e dos Estados Unidos e também por algumas formações inglesas.

O presidente do Arsenal, Denis Hill-Wood, considera que o clube pode, presentemente, competir com qualquer rival das ilhas a nível de verba a oferecer aos jogadores, mas confessa que, se clubes do continente ou dos Estados Unidos entrarem na corrida, «não teremos hipóteses».

Os contratos de O'Leary e Stapleton terminam no próximo mês, enquanto Brady está ligado ao Arsenal por mais doze meses.

Apesar de se «sentirem bem» em Londres, os três jogadores são peremptórios em afirmar que não hesitarão em sair do clube se forem realmente vantajosas as condições que lhes sejam apresentadas.

De momento desconhece-se quais os clubes interessados no concurso dos futebolistas, mas em relação a Brady, de apenas 21 anos, fala-se na hipótese de o Barcelona o querer contratar para substituir o holandês Neeskens.

COUTINHO: IDEIAS NOVAS

O director técnico da selecção brasileira de futebol, Claudio Coutinho, pretende alterar a forma de dirigir a sua equipa

Com vistas ao encontro com o Uruguai, marcado para o próximo dia 17, no Maracanã, Coutinho afirmou que é sua ideia implantar na selecção o sistema do Flamengo, equipa que dirige actualmente, cujas figuras principais são Carpeggiani e Zico.

Coutinho deseja que a selecção tenha mais «líderes», reconhecendo a importância que têm no terremo de jogo, ao transmitir a orientação táctica em cada momento.

Para Coutinho é decisivo o diálogo para implantar esta nova modalidade, tanto com os «veteranos» como com os novos jogadores da selecção.

Uma das preocupações do treinador é a de acabar com a frase que se institucionalizou entre os centro-campistas: «Tu avanças, eu defendo». Segundo Coutinho, todos têm de atacar e defender. «Todos, sem excessos», sublinhou.

CICLISMO

Corrida da Paz hoje na Polónia

A Corrida da Paz teve ontem o seu primeiro dia de descanso, em Kosice, na Checoslováquia, e depois de disputadas cinco etapas.

A prova prossegue hoje, com uma etapa que levará os cerca de cem ciclistas ainda em prova até à cidade de Krinika, na Polónia

MÁRIO FERREIRA: APOLOGIA DESTE AMADORISMO

A participação dos nossos ciclistas na 32.ª Corrida da Paz visa encorajar o ciclismo português, afirmou ontem o presidente da Federação Portuguesa, Mario Ferreira, em entrevista à agência noticiosa da República Democrática Alemã ADN

Em sua opinião, segundo referiu, **o ciclismo português foi bastante prejudicado pelo profissionalismo nos últimos anos. Um grande número de jovens com talento ficava ligado desde muito cedo, aos clubes profissionais e o desporto amador, em contrapartida, era praticamente inexistente**, observou.

Mário Ferreira afirmou que **as coisas só mudaram em 1975**, de tal modo que **agora já podemos pensar no futuro. A primeira participação dos corredores portugueses nesta prova visa contribuir para o desenvolvimento do ciclismo, porque os nossos ciclistas ficam encorajados com a boa organização e assistência que têm encontrado, mas também com a competição propriamente dita, que lhes permite concorrer com os melhores corredores amadores da Europa.**

OLIMPISMO, A FORMOSA EM QUESTÃO

Pequim adverte Washington

Pequim exprimiu o seu descontentamento e advertiu Washington de que um «problema grave» poderia surgir entre os dois países se a questão da representação chinesa no seio do Movimento Olímpico não fosse resolvida até aos jogos de inverno em Lake Placid, em Fevereiro de 1980

Esta advertência foi lançada terça-feira pelo secretário geral da Federação Chinesa dos Desportos, Song Zhong, no decorrer de uma conferência de imprensa em Pequim. Song Zhong incitou o Comité Executivo do Comité Olímpico Internacional a convocar uma sessão plenária extraordinária do «CIO» ou a recorrer a «qualquer outro meio» para arrumar esta questão antes de Fevereiro de 1980.

Evocando os problemas de representação registados sobre a questão de Taiwan nos Jogos Olímpicos de Montreal em 1976, considerou que no caso de nenhuma solução ser encontrada até Fevereiro próximo os Estados Unidos «deveriam fazer frente aos mesmos problemas», da mesma maneira que a União Soviética nos Jogos Olímpicos de Moscovo em Julho seguinte. Lembrando a normalização das relações sino-americanas, Song Zhong declarou: «Isto contituirá um grave problema político, e não sòmente uma questão desportiva».

ATLETISMO
NA GUARDA

Dificuldades e carências

A principal carência para o desenvolvimento do atletismo no distrito da Guarda é a falta de pistas e material para a prática da modalidade nos diferentes sectores.

José Paulos, responsável pela modalidade no distrito referiu à Anop que, no que respeita à construção das pistas de Seia e Guarda «não tem havido uma dinâmica que permita a sua conclusão».

Na sua opinião, deve haver, a nível nacional, e mesmo nos quadros da Federação, técnicos, para que sejam criadas estruturas que permitam o desenvolvimento do atletismo. E justificou a afirmação dizendo que «o atletismo é a modalidade com maior número de desportistas»

A modalidade, no distrito da Guarda, está limitada muitas vezes à prática de provas pedestres de estrada. Esta situação cria um isolamento dos restantes centros, pois das localidades próximas desta cidade, somente Viseu possui uma pista de atletismo

Este técnico preconizou uma orientação, a nível nacional, que permita a construção de pistas, caixas de saltos, círculos para lançamentos e material para saltos em altura

Numa apreciação do desporto federado no distrito, José Paulos frisou que o mesmo não tem possibilidade de progredir enquanto a Associação de Atletismo da Guarda não sair das instalações da Direcção-Geral dos Desportos.

Salientou também que há necessidade de ser criado um centro de medicina desportiva que corresponda à dimensão desportiva do distrito, referiu a propósito que existem já 15 clubes federados e 30 núcleos de atletismo o que por si só justifica uma medicina desportiva assídua.

O técnico responsável pelo atletismo na Guarda afirmou, por outro lado, que as autarquias locais podem desempenhar um papel importante na dinamização e desenvolvimento do atletismo, apoiando os clubes e nucleos nas suas actividades.

Como primeiro passo para que se verifique esse desenvolvimento – disse – as estruturas devem ser criadas primeiro nos estabelecimentos de ensino onde até agora os testes físicos não podem dar um resultado positivo sobre as condições físicas dos alunos.

Terminou dizendo que a Associação de Atletismo da Guarda, criada há cerca de dois anos, ainda não recebeu qualquer subsídio para administração.

MODALIDADES EM DESFILE

CICLISMO MARTENS

O ciclista belga Fredy Martens não disputa este ano a Volta a França. Motivo: encontra-se em estado de saúde física bastante precária, depois de três épocas de intensíssima actividade durante as quais terá sido o corredor mais em destaque na cena velocipédica mundial. Martens, como se sabe, corre pela Flandria, equipa onde está o português Joaquim Agostinho.

THUREAU

O ciclista alemão federal Dietrich Thureau fracturou ontem a clavícula, na sequência de uma colisão com um automóvel, quando se encontrava a treinar nos arredores de Francfort, revelou um porta-voz do hospital desta cidade.

O corredor, de 24 anos, um dos melhores ciclistas profissionais da Europa, foi transportado de helicóptero para Francfort onde foi imediatamente submetido a tratamento médico

Segundo o porta-voz do hospital, Dietrich sofreu apenas fractura da clavícula, não se verificando outras lesões.

Thureau encontrava-se a treinar com três outros ciclistas, quando chocou com um automóvel perto da cidade de Oberreifenburgo.

BASQUETEBOL: OLIVAIS DE COIMBRA CAMPEÃO DA II DIVISÃO

A equipa de basquetebol do Olivais, de Coimbra, sagrou-se campeão nacional de basquetebol da II Divisão, vencendo na final no Pavilhão da Embra, na Marinha Grande, o CDUL, por 100-79.

Olivais e CDUL disputam, a próxima época, o Nacional da I Divisão.

TÉNIS

Pela segunda vez, a Austrália disputará a final da «Taça das Nações» de ténis, que na sua primeira edição perdeu frente à Espanha. O adversário dos australianos, que se impuseram com dificuldade à Argentina (por 3-0 será a Italia, claro vencedor os Estados Unidos, por 3-0

Os resultados técnicos foram os seguintes: Australia - Argentina, 2-1; Ricardo Cano (Arg.) -Kim Warwick (Aust.), 6-1 e 6-3; José Luís Clerc (Arg.) - John Alexander, (Aust.) 6-4, 6-7 e 6-7 Alexander/Phil Dent - Clerc/Cano, 6-0 e 6-0. Itália - USA 3 Adriano Panatta (Itál.) - Eddie Dibbs (USA) 6-3 e 6-0; Corrado Barazzutti (Itál.) - Arthur (USA) 6-2 e 6-2; Bertolucci/Panatta - Stan Smith/Ace 6-4.

ROTEIRO CULTURAL

Com a aproximação do fim-de-semana, o panorama cultural volta a animar, embora não tenha estado aquilo a que se chama «desanimado». Quem quiser ser objectivo,tem de reconhecer que nunca, nesta nossa terra, aconteceu tanta coisa a nível cultural. As exposições sucedem-se, umas atrás das outras; os amadores de música nunca tiveram tantas oportunidades de satisfazer o seu gosto e nunca subiram tantas peças à cena, como actualmente. Isto, repetimos, é constatável por qualquer pessoa que tenha os olhos e os ouvidos bem abertos e que seja dotada de um mínimo de objectividade.

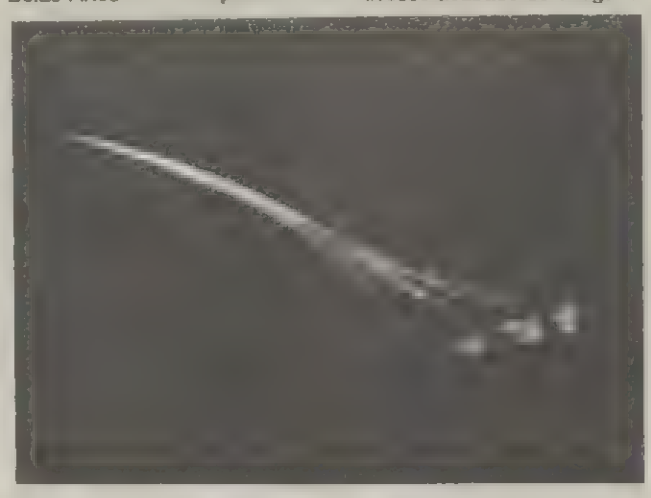
No sector das Belas-Artes, registamos duas inaugurações, mais ou menos ligadas, a animar o fim da tarde de hoje: as exposições de Renina Katz e de Gilbert Albert, que serão inauguradas respectivamente às 18h e às 18 30h nas Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. A primeira é promovida pela Fundação e pela Embaixada do Brasil e a segunda, pela Fundação e pela Embaixada da Suiça.

Lisboa continua a acolher, não sabemos se espantada, se entusiasticamente, as três exposições do «Pai dos happenings» na Europa (o «happening» está tão velho e teve tantos, tantos, tantos, filhos, que não sabemos se não seria mais justo chamar-lhe «avô»).

Referimo-nos a Wolf Vostel, cujas obras podem ser vistas na Gulbenkian, na Galeria de Arte Moderna (Belém) e, ao que julgamos, a bordo de um barco ancorado no Bom Sucesso. Já se anuncia que a próxima exposição de Vostel em Lisboa vai ser «a maior até hoje realizada». Nada disto nos espanta, porque esta mania das grandezas não é nova entre nós e, sobretudo porque somos um país turístico – tão turístico, tão turístico, que todas as ideias e correntes estéticas mais ou menos «em fim de carreira» na Europa, nos escolhem para passar a velhice. Será por causa do nosso clima? Caso afirmativo, será por causa do nosso clima intelectual, ou do nosso clima «geográfico»?

Voltamos a chamar a atenção dos leitores deste Roteiro para algumas exposições patentes ao público e merecedoras da atenção de todos. Estão neste caso as exposições de Carlos Calvet, na Dinastia, a que voltaremos a referir-nos muitas vezes; a de pintura ingénua, de Ivone Marques Carvalho, Manuel Soares Carvalho e Hipólito Clemente, na Opinião; as de Manuel Baptista e Klaus Gerwin na SNBA; a de escultura polaca contemprânea, na Gulbenkian; a de Hamish Fulton, na Módulo; a de Eduardo Batarda Fernandes, no Teatro do Bairro Alto; a de Marc Devale, na Quadrum e a de Silva Palmeira, na S. Francisco

Cumprido o sagrado dever de indicar o que os nossos leitores podem ver hoje, passamos a dar algumas notícias sobre o que vai acontecer amanhã e não há dúvida de que os amadores de Belas-Artes podem



Um quadro de Gilbert Albert, cujas obras estão em exposição, a partir de hoje, na Gulbenkian

considerar-se de parabéns. Antes de mais, é inaugurada na S. Mamede uma exposição de um homem que é, no sector das letras, o poeta Saul Dias e, no sector das Belas-Artes, o pintor Júlio. Comentando esta «duplicidade», pergunta João Gaspar Simões: «Qual teria nascido primeiro: o pintor Júlio ou o poeta Saul Dias, duas pessoas distintas e uma só verdadeira?». A pergunta tem, evidentemente, razão de ser e essa razão de ser é realçada, como nota Gaspar Simões, pelo facto de Júlio se voltar, agora, para a cor. Esta exposição é constituída por 25 aguarelas sobre alguns dos motivos que mais o notabilizaram, nomeadamente das séries «Poeta», «Velho-pintor» e «Raparigas». Duas palavras sobre este homem que completa agora 77 anos e que continua tão jovem como se tivesse acabado de chegar à adolescência. Chama-se Júlio dos Reis Pereira, nasceu em Vila do Conde, em 1902, é irmão de José Régio e é, de profissão, engenheiro civil. Não se pode dizer que Júlio tenha perdido o seu tempo ou desperdiçado a sua vida... Prepare-se, portanto, o leitor, para ir até à S. Mamede, a partir de amanhã, fazer o que Júlio fez com os seus 77 anos: utilizar bem o seu tempo.

Outra exposição que é inaugurada amanhã e que vai surpreender muita gente – não escondemos a surpreza que se apossou de nós, ontem de manhã, perante os trabalhos que vão ser expostos – é a de Jaime Izidoro, na galeria de «O País». A qualidade das aguarelas deste «artista-feito-marchand» é surpreendente, como surpreendente é a técnica deste homem que dedica mais tempo à divulgação das obras dos outros pintores do que à sua. No fundo, o que conta num artista, é isso a que chamamos «tempo interior» e não há dúvida de que Jaime Izidoro dedica o seu «tempo exterior» às suas actividades comerciais, mas que guarda zelosamente o seu «tempo interior» para o dedicar às suas actividades artísticas. Não hesitamos em prever que esta exposição vai ser um êxito. Amanhã, voltaremos às aguarelas de Jaime Izidoro.

No sector teatral, três acontecimentos a registar: a próxima subida à cena das peças «Corpo-Delito na sala de espera de José Cardoso Pires, que sobe à cena, antes do fim do mês, no Teatro Aberto; a subida à cena de «A Noite», de José Saramago e a estreia, no D. Maria II, da comédia «A bisbilhoteira», de Schwalbach. Ainda sem certezas absolutas, parece-nos poder anunciar que «Faztudo, Faztudo, Faztudo» será estreada, finalmente, na Casa da Comédia, no dia 23. Com três estreias, bem pode dizer-se que, pelo menos no sector teatral, este mês de Maio será um Maio florido.

No Ateneu do Porto, o

Henriqueta Maia, Luís Alberto e António assunção numa cena da peça «A Noite», de José Saramago, que sobe brevemente à cena em Almada

pianista Wilfred Kassebaum dá hoje, às 21.30, um concerto durante o qual interpretará obras de Mozart, Schumann, Szymanowski e Chopin. Trata-se de um pianista de grande prestígio, cuja actuação se integra nas actividades da Semana de Música da Alemanha Federal.

Também integrado nesta Semana de Música, tem lugar hoje, no Gil Vicente (Coimbra), um espectáculo da Big Band da Rádio Berlim. Participam neste espectáculo Helmut Zacharias, Paulo de Carvalho, José Cid, Florência, Katia Ebstein e Ute Mann-Gingers.

Anuncie no «DL»

O «DL» atinge diariamente muitas dezenas de milhares de leitores, potenciais compradores e utilizadores de coisas e serviços e tem, actualmente, a maior venda de entre os jornais da tarde. Anuncie no «DL»: as tabelas são moderadas e os resultados serão espectaculares. Experimente!

Em ALJUSTREL o Diário de Lisboa vende-se no CAFÉ ALIANÇA

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado nas regiões do Norte e pouco nublado ou limpo no Centro e Sul o vento era fraco e havia neblina e nevoeiro em várias regiões

TEMPERATURAS DO AR

V. DO CASTELO	14°
BRAGANÇA	19°
VILA REAL	13°
PORTO	14°
P. DOURADAS	17°
COIMBRA	14°
PORTALEGRE	13°
LISBOA	16°
ÉVORA	16°
SINES	15°
BEJA	12°
SAGRES	16°
FARO	23°
PONTA DELGADA	15°
FUNCHAL	19°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.58	3,7 m	11.32	1,1 m
18.17	3,8 m		
Dia 17			
6 51	3,6 m	0.07	1,1 m
19.12	3,7 m	12.27	1,3 m
Dia 18			
7 53	3,4 m	1 09	1,2 m
20 17	3,6 m	13 35	1,5 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ AS 24 H DE AMANHÃ

Céu pouco nublado no Centro e Sul e muito nublado nas regiões do Norte vento fraco ou moderado de noroeste e nevoeiro e neblinas locais.

AMANHÃ

NASCER ÀS 6.24
OCASO ÀS 20.44

DIA 16 DIA 26 DIA 2 DIA 10

rádio

1.º PROGRAMA

17.00: «Trajectória» (Programa da Juventude); **19.00:** Música Portuguesa; **19.30:** «Jornal da noite»; **20.00:** Música variada; **21.00:** «O Apóstolo da Juventude» 5.º episódio do folhetim; **21.20:** «Programa da noite»; **24.00:** «Último jornal», **00.00:** «Vida da noite»

2.º PROGRAMA

17.00: «Quinzena de música alemã» (RFA);. Carmina Burana, Cantata de Carl Orff; **17.55:** Obras de Mozart: sonanta em dó maior, K. 309, divertimento em si bemol, K. 227, Laudate Dominum, extraído de «Vésperas de Dominica» K. 311; sinfonia n.º 40, em sol menor, K. 550; **19.00:** Sonata n.º 1 para violino e piano, de Charles Ives; **19.25:** «Texto literário», da Direcção-Geral do Ensino Básico; **20.00:** Música sinfónica: concerto n.º 1 em sol menor, para piano e orquestra, de Mendelssohn; sinfonia n.º 3, em mi bemol maior, op. 97, de Schumann, **21.00:** Ópera comentada, por Maria Helena de Freitas, **23.00: 23.00:** «Quinzena de música alemã» (RFA) concerto op 44 de Hugo Distler, **23.35:** «Intercâmbio musical» Temporada de concertos de 1978/79 da Rádio da Hessia, em gravações cedidas por aquela emissora alemã; a Orquestra Sinfónica da Rádio de Francforte, seis cantos para uma voz média e orquestra, op. 13, de Alexander Zemlinsky; sinfonia n.º 3, em ré menor, de Bruckner; **01.00:** Fecho.

Rádio Comercial (290 m)

17.03: Contacto, **17.40:** «Contacto com o Mundo» **18.30** Noticiário **18 45:** «Zona de Controlo» **19.15:** «Contando com a Ciência» **19.45.** «Teatro Trágico» (com Parodiantes de Lisboa); **20.00:** Quando o telefone toca; **20.33:** Cartaz; **21.05:** Fado ao vivo, **21.33:** Quando o telefone toca, **22.33:** O tema é..., **23.00:** Projecção; **23.30:** Jornal noticioso.

Emissão Estereofónica (97,4 MHz)

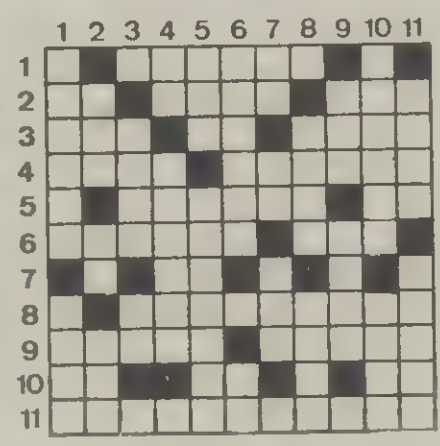
15.03: Hora de ponta, **19.00:** Em orbita, **21.03:** Fórum

Rádio Renascença

18.08: Apelos, **18.15:** Igreja em notícia – palavra do dia, **18.30:** Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00:** Programa da Liga dos Amigos de RR, **20.00:** Objectivo, **20.54:** Apelos, **21.05:** Pentagrama, **21.30:** O Som da noite, **22.00:** Quando o telefone toca, **22.30:** Temas vivos, **23.30:** Testos e Pretextos, **23 55:** Fecho

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 12 337



HORIZONTAIS:

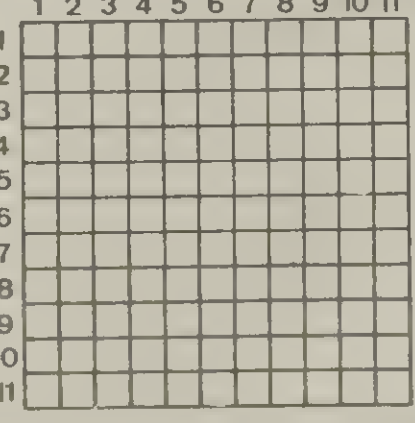
1 Artigo definido. Óleo extraído da azeitona. Tempo do verbo ser
2 Milímetro. Espírito. Greda branca.
3 Bondoso. Deus dos pastores (inv.). Enrubesço.
4 Esteiros. Apelido
5 Nome de mulher (pl.). Comparxão
6 Apelido. Antepassado.
7 Carta de jogar
8 Esbarrara
9 Praia. Concerto musical nocturno
10 Alternativa. Vossa Alteza. Artigo definido (ant.).
11 Indivíduo que faz obras de ferro, mais ou menos delicadas como fechaduras.

VERTICAIS:

1 Espáduas. Sadios.
2 Tritura. Ósmio (s.q.). Saia frequentemente à rua
3 Suga o leito materno. Pronome pessoal.
4 Nome da 11.ª letra do alfabeto árabe Curara
5 Pronome pessoal. Ache a solução de
6 Soluçais. O mais
7 Basta! Ruim Espaço de trinta dias
8 Morada. Pesquise
9 Coragem. Passar rapidamente
10 Enganado. Vassourar o forno depois de aquecido.
11 Vento forte Nome de homem.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 8 397



HORIZONTAIS:

1 Nome do trono imperial da Etiópia. Sapato largo e raso.
2 De preços elevados. Berilo (s.q.) Cidade da antiga Caldeia.
3 Preposição Túnica branca com a qual os negros malês vestiam os cadáveres
4 Sufixo que designa pequenez Esposa infiel
5 Lavra Restos
6 Pescada moída (T de Buarcos)
7 Dois mil e cem em romano Dança de roda da Idade Média. Oceano. Nota musical.
8 Clima. Prendes.
9 Liguei Pequeno símio do Brasil. Medida de superfície.
10 Cabo da costa de Portugal Sua Majestade. Título honorífico na Índia.
11 Cidade do Japão. Sadios.

VERTICAIS:

1 Fedor. Habitante da Mauritânia.
2 Ladrarem. Em as.
3 Frincha. Tudo o que é inanimado
4 Preposição e artigo. Língua antigamente falada ao sul do rio Loire
5 Apelido Reputações
6 Danças
7 Abranger Antes do meio-dia
8 Rogavam
9 Surpreendera
10 Pronome pessoal Irmão de Moisés
11 Série de arcos. Pronome possessivo.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 336

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 DOIS GENIOS	1 IGUAIS As
2 Pianos Fia	2 Opiar. Iate
3 II Ba. Tal Ri	3 II Trinados
4 Gatão Ardor	4 Sabão. Rá
5 Urro Ro	5 NÃO FAZEM
6 Faleces	6 Go Ba. Roga
7 NSA Dai	7 Esta Raso
8 Sia. Zara. Al.	8 Arredar
9 Adregara.	9 II. Doca. Apa.
10 Atoamos. Pag.	10 Oiro Ela! Ad
11 Sés Rosada.	11 Saíras. LIGA

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8 396

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Avis Alvor	1 Adela Alvor
2 Dio Trova	2 Vim Par As
3 Em Pa. Odor	3 Io Carroças
4 Cá Ar	4 Par Asa
5 Aparara Dom	5 Ni Ais Pb
6 Ar Prada	6 Aar Tas
7 Arrastar Im	7 At Rapares
8 Os Arado	8 Iro Iraram
9 Vaca Serosa	9 Rodada Domo
10 Osa Samoa	10 Ovo Odiosos
11 Sabe Mosa	11 Aramam AAA

Provérbio: Dois génios iguais não fazem liga

Maia, Luís Alber-
assunção numa
«A Noite», de
o, que sobe bre-
ena em Almada

red Kassebaum
21.30, um con-
e o qual interpre-
e Mozart, Schu-
anowski e Cho-
de um pianista
restígio, cuja ac-
tegra nas activi-
mana de Música
a Federal.

integrado nesta
Música, tem
no Gil Vicente
um espectáculo
da Rádio Berlim.
este espectáculo
marias, Paulo de
osé Cid, Florên-
Ebstein e Ute
rs.

as. Sadios.
Osmio (s.q.). Saia fre-
mente à rua
leito materno. Pronome
a 11.ª letra do alfabeto
Curara
e pessoal. Ache a solu-
s. O mais
Ruim Espaço de tnnla
Pesquise
m. Passar rapidamente.
do. Vassourar o forno
de aquecido
orte. Nome de homem

IS:
. Habitante da Mauritânia
rem. Em as.
a. Tudo o que é inani-
sição e artigo. Língua an-
ente falada ao sul do rio
o. Reputações.
aras
ger Antes do meio-dia
eendera.
me pessoal. Irmão de
es
de arcos. Pronome pos-
vo

EMA N.º 8 396

VERTICAIS:
1 Adela Aivor
2 Vm Par As
3 Io Carroças.
4 Par Asa
5 Ni A.s Pb
6 Aar Tas
7 At Rapares
8 Iró raram
9 Rodada Domo
10 Ovo Odiosos
11 Aramam AAA

Farmácias

Lisboa

Permanente

SANTO AMARO, R. Filinto Elísio, 29-A-B (T 637070), **BARRETO** R do Loreto, 30 (T 3272840), **PINHEIRO** R Campo de Ourique, 135 T. 686640) **NOVA**, R de Campolide, 297-C(T 687475), **AVIS**, Av de Roma, 56-B-C (T 845370), **MORGADO LOURENÇO** L D Estefânia, 4-5 (T 554808), **FERNANDO BORGES** R Cidade de Benguela, lote 300 (T 3130910); **HIGIÉNICA** R Heliodoro Salgado, 20-A (T 844361), **VIEIRA BORGES**, R. Alexandre Herculano, 28-30 (T 40536), **TAVARES DE MATOS**, R. 8, lote 308 (T 993220 **LEITAO**, R Guilherme G Fernandes 62 (T 910051)

Reforço

BRISALIA, Av Rio de Janeiro 66-66-A (T 882363), **FÁTIMA**, Av 5 de Outubro, 147-A (T 763107); **SIRIUS** R Fialho de Almeida 38-A (T. 44000); **SILVA CARVALHO**, R dos Fanqueiros, 126 (T 873875), **BOM SUCESSO**, R Bartolomeu Dias, 63-A (T. 611454), **REBOCHO**, R Tenente-Coronel Ribeiro dos Reis, 12-B (T 743871), **NUNES**, R Ângela Pinto, 32-B-C (T. 549756); **S. NUNES SIMÕES**, R. do Quelhas, 1-3 (T 661275), **ALAMEDA**, Al das Linhas de Torres 201-B (T. 790942), **MARLUZ**, C. da Picheleira, 140-B-C (T. 880703), **VAZ MARTINS**, R. Antonio Ferro, 6-A (T. 970660), **NOVA**, R Açores, 11-A (T 910305); **CRUZ CORREIA**, E. Santo Elói, 41-A (T. 992453), **MATOS**, T. Prioras, Vivenda Morgadinho (T. 2519939)

Outra Banda

ALMADA: Nuno Álvares, Av. D. Nuno Alvares Pereira, 39 (T 2750504), **COVA DA PIEDADE: Louro**, R Alexandre Herculano, 6-B (T. 2763517); **LARANJEIRO: Moderna**, R Dr Antonio Elvas, 84 (T. 2490305), **COSTA DA CAPARICA: Higiénica**, Av da República, 23 (T. 2400020), **SESIMBRA: Leão**, Av da Liberdade, 13 (T 2233471), **BARREIRO: Higiene**, R D Manuel I, 178 (T. 2073017), **SEIXAL: Soromenho**, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560), **AMORA: Amorense**, Av Marginal Silva Gomes, 80 (T. 2210042), **MONTIJO: S. Pedro**, Av Camões, 16 (T. 2311133), **MOITA: União Moitense**, Av. Dr Teófilo Braga (T 239025), **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R Cândido dos Reis, 30 (T 204020), **ALCOCHETE: Nunes**, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

Linha de Cascais

ALCABIDECHE: Carvalho. Até às 21 horas, **PORTO SALVO: Ferreira Bastos.** Até às 21 horas, **PAÇO DE ARCOS: Trindade Brás**, R Costa Pinto, 184 (T 2432034) Até às 24 e das 0 às 9 horas, **OEIRAS: Godinho**, R Cândido dos Reis, 98 (T 2430090) Até às 22 horas, **NOVA OEIRAS: Leal.** Até às 21 horas, **CARCAVELOS: Central.** Até às 24 e das 0 às 9 horas **Vilar.** Até às 22 horas, **S. DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av Sabóia, 29-B (T 260085) Até às 21 horas, **PAREDE: Grincho**, Av da República, 87 (T 2471204) Até às 24 e das 0 às 9 horas, Junqueiro Mendes Até às 21 horas, **AMOREIRA: Amoreira.** (T 262313/267314) Até às 22 horas, **MONTE ESTORIL: Ostende**, R de Espinho, 1 (T 260391) Até às 24 e das 0 às 9 horas, **CASCAIS: Misericórdia**, R. Regimento 19, 41 (T 280141) Até às 21 horas, **Cascais**, R Conde Monte Real B Caixas (T 282407) Até às 24 e das 0 às 9 horas

Linha de Sintra

AMADORA: Confiança, Av. D. Nuno Alvares Pereira, 15-A (T. 938149) Permanente; **Jardim**, Av Conde de Oeiras, 120, Reboleira (T 938424) Até às 22 horas, **DAMAIA: Confiança** R D Maria II, lote D (T 971023), **QUELUZ: Simões Lopes**, Av Elias Garcia 51 (T 950123), **CAMARATE: Batalha**, R Avelino S. Oliveira, 5 (T. 2518669), **CACÉM: Rodrigues Garcia**, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D, **ALGUEIRÃO: Rodrigues Rato.** (T 2912039) Permanente; **AGUALVA-CACÉM: Mira Sintra**, P. N, Torre, 310 Até às 20.30, **MERCÊS: Claro Russo**, Até às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194) Até às 23 horas; **SINTRA: Marrazes**, Estefânia (T. 2930058) Permanente, **COLARES: Abreja** (T 299088)

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

CAMPOS, R. Padre Luís Cabral, 943, Foz (T 680113), ALVES MOREIRA, Av Rodrigues de Freitas, 167 (T 51889), MAIA, R do Campo Alegre, 192 (T 64450), MONTE DOS BURGOS, R do Monte dos Burgos, 802 (T 62279) ALIANÇA, R. da Conceição, 2 (T. 24203) BOTELHO R da Alegria, 863 (T 480069) ESTACIO, R Sá da Bandeira, 120 (T 22664), LIDADOR R. do Lidador, 265 (T 683739)

(De dia e toda a noite)

MENESES E LIMA, P. Dr Pedro Teotónio Pereira, 277 (T 51764) CLÉRIGOS, R. dos Clérigos, 36 (T. 31539) CRUZ, R de Costa Cabral, 1082 (T 48004), GUARANI, R de Pedro Hispano, 367 (T 62250)

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

FIGUEIREDO, R. da Sofia, 107 (T 22837) DIAS FERREIRA Bairro da Solum (T 72120)

Cinemas

ALVAINE 803055
Centro Comercial de Alvalade
SALA A – 18 ANOS
14 30-16 30-18.30 21 30 e 23 45h
A INVASÃO DOS VIOLADORES
c/Donald Sutherland
SALA B
14 45-17-19-21 30 e 23 45h
O REGRESSO DOS HERÓIS
N ac men 13 a

ALVALADE [illegible]
Av. de Roma
As 15 15 18 15 e 21 30
Int men 13 a
AMADA AMANTE
c/ Sandra Bréa e Luís Gustavo

APOLO 763319
Av Júlio Dinis, 10-A
Às 13 30, 15.30, 17.30, 19 30 e 21 30
Warren Beatty, Julie Christie e James Manson em
O CÉU PODE ESPERAR
Hoje e todos os dias às 23 30 horas
N ac men 13 anos
AMERICAN GRAFFITI

AVIS 547163
Av Duque D'Avila, 45
As 15 30, 18 30 e 21 30
N ac men 13 a
Um filme musical de grande sensibilidade e suspense!
SINFONIA DA VIDA
c/ Simi Garewal, Vishal e Nazneen

BRANA 776098
Av Marquês de Tomar
As 14, 16 30, 19 e 21 30
N ac. men. 13 a
John Travolta e Olivia Newton-John em
GREASE (BRILHANTINA)
Um filme de Randal Kleiser
Colorido

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande
As 14, 16 30, 19 e 21 30
Nao acons men 13 anos
John Travolta e Olivia Newton-John em
GREASE (BRILHANTINA)

CASTIL 580194
Rua Castilho
As 15 30, 18 30 e 21 30 N ac men 13 a
2.ª Semana
O BEIJO DO ADEUS (LE DERNIER BAISER)
c/ Annie Girardot e Bernard Presson
Um filme de Dolores Grassian
Colorido

CINEBOLSO 573407
Rua Actor Taborda, 27-B
As 12 30, 14.30, 16 45, 19 e 21 30
Int men 18 a
Pornográfico
BOCAS GULOSAS
As 24 — N ac men 13 a
CASAMENTO DE PADRE

CINE CAMÕES 324194
Rua do Loreto, 15
Sessoes 14 15 16 30 21 30
Nao acons men 13 anos
Melhor filme indiano do ano de 1977 — 150 semanas numa só sala num dos cinemas da Ásia
AMAR E VIVER
Um filme de Nazrul Islam
com Shabnam — Nadeem — Qavi

CITY CINE 549999
Rua Tomás Ribeiro, 34
Às 15 00 18 15 e 21 15
Nao acons men 13 anos
O inesquecível clássico de John Sturges
A GRANDE EVASÃO
As 24
A CASA DOS DESEJOS

CONDES 322523
Av da Liberdade, 2
14 16.30, 19 00 e 21 30 H
Int. m/18 anos
A BRIGADA MUNDANA
um filme de Jacques Scandelari
3.ª Semana

DOIS MIL 2100055
Av. Bombeiros Voluntários, Lote 113 - Algés
As 15.30, 18 e 21 30 – Int men 13 a
A CAMINHO DO TEXAS

D. JOAO V 971794
Praça Centro Comercial – Damaia
Hoje não há espectáculo

EDEN 320768
P dos Restauradores, 21
Sessões às 14 00 16 30, 19 00 e 21 30
Anthony Quinn James Mason Kay Lenz em
A PASSAGEM
Um filme de J Lee Thompson
Technicolor
Interdito a men de 13 anos

ESTÚDIO 555134 5
Av. Afonso Henriques, 35
As 15.30, 18.30, 21 30
Não acons men 13 anos
Quando ele raptou a rapariga fez desabrochar a mulher!
Linda Blair e Martin Sheen em
DOCE REFEM

ESTUDIO 444 779095
Av Defensores de Chaves, 83
15 30 18 30 21 30
N ac. men. 18 a
[illegible]
c/ Piper Laurie e Stuart Whitman
Um encontro de amor com o sobrenatural!

EUROPA 661016
R. Almeida e Sousa, 35
As 15.15 e 21 30 — N ac. men 13 a
O espantoso Louis de Funès no seu mais divertido filme de sempre!
O GENDARME E OS EXTRA-TERRESTRES
As 18 15 — N ac men 18 a
Cinema à Quarta-Feira
HISTÓRIA DE UM FOTÓGRAFO
c/ Vanessa Redgrave e David Hemmings

IMPÉRIO 555134 5
Al. Afonso Henriques, 35
Todos os dias
À noite filme após início da sessão
As 15.15, 18 30 e 21 30
N ac men 13 anos
O mais espectacular acontecimento da história do cinema
Marlon Brando, Gene Hackman e Christopher Reeve
SUPERMAN

LONDRES 801313
Av de Roma, 7-A
As 14 15 16 30 18 45 e 21 30
Não acons men 18 anos
O AMOR VIOLADO
Colorido
7.ª Semana

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha
As 15 15 18 15 e 21 30
Int Men 18 a
5 anos após a sua morte o seu último combate!
O ÚLTIMO COMBATE DE BRUCE LEE
c/ Bruce Lee e Karim «Abdul» Jabbar

MONTECARLO Tel 681117
A Pedro Alvares Cabral, 37
15 30, 18 30 e 21 30 h
N ac. men 13 anos
AQUELE VERÃO
Um filme de Martin Davidson
com música dos Beach Boys

MUNDIAL 538743
R Martens Ferrao, 12-A
Às 15 15, 18.30 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
O MISTÉRIO DE AGATHA
Hustin Heffan e Vanessa Redgrave
3.ª Semana

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Não ac. men 13 a
BÚFALO BILL E OS ÍNDIOS
Um filme de Robert Altman
c/Paul Newman Burt Lancaster e Geraldine Chaplin

NOVOCINE 840678
Av. General Roçadas, 7
As 15 15 e 21 30 — Int men 13 a
Aventura, alegria e amor
O HOMEM DA JAMAICA
c/ Elliot Kastner e Arnon Milchan

ODEON 326283 4
R. Condes, 12 a 20
As 15.15 18.15 e 21 30 – N ac men 18 a
AQUELE MOVIMENTO DE QUE TANTO GOSTO!
Uma comédia alegre e picante
c/ Martine Brochard e Carlo Giuffre

PATHÉ 821933
R Francisco Sanches, 122
As 14.15, 16 30, 18 45 e 21 30
N ac men 18 a
Um mundo exótico e sensual
VELUDO PRETO SEDA BRANCA
c/ Laura Gemser e Annie Belle

POLITEAMA 326305
R Portas de St.º Antão
As 14.15, 16 30, 19 00 e 21 30
N ac men 18 a
UM ASSASSINO DENTRO DE MIM
c/ Stacy Keach e Susan Tyrell

QUARTETO 771378
R. Flores do Lima, 16
Sala 1. As 14 30, 16 45, 19 21 15 e 23 30
N ac men 18 a
SEGUNDA DIMENSÃO
Real Rainer Werner Fassbinder
Sala 2 14.30, 16 45, 19, 21 15 e 23 30
Int men 13 a
JONAS
Sala 3 As 14 30, 16 45, 19, 21 15 e 23 30
N ac men 18 a
CAVALEIROS DO ASFALTO
Real Martin Scorsese
Sala 4 As 15, 17, 19, 21, 23
Int men 13 a
DUAS MULHERES EM NEW YORK

RESTELO [illegible]
Av Torre de Belém
[illegible]
ATÉ TE AGARRO!
Annie Girardot Jean Pierre Marielle

ROMA [illegible]
Av de Roma, Lote JRB
[illegible]
A PASSAGEM
com Anthony Quinn Malcolm McDowell e Kay Lenz
2.ª Semana

ROXY [illegible]
Av Almirante Reis, 20
As 14 15, 16 30 18 [illegible]
Int men 13
Feroz Khan Narendranath [illegible]
O VINGADOR APAIXONADO
Um filme de Narinder Bedi
Eastmancolor

SAO JORGE [illegible]
Av da Liberdade, 175
As 15 15, 18 30 e 21 30
Nao acons men 13 anos
AS 4 PENAS BRANCAS
Beau Bridges Robert Powell e Jane Seymour

SATELITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Hoje e amanhã às 15.00, 17 00 19.00 e 21 30 horas
Int m/13 anos
A história de um adolescente tímido e inexperiente
O AMANTE DE BOLSO
Nimsy Farmer, Pascal Sellier, Andrea Ferreol

STAR 804210
Av Guerra Junqueiro, 14-C
14 30, 16 45, 19 e 21.45
Um filme notável
NUNCA TE PROMETI UM JARDIM DE ROSAS
com Bibi Andersen Katleen Quinlan
2.ª Semana

TERMINAL 371573
Estação do Rossio
As 11, 13, 15, 17, 19, 21 30 e 23 30
N ac men 13 a
AS 4 PENAS BRANCAS
Nova versão de um clássico da aventura
c/ Beau Bridges, Robert Powel e Simon Ward

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188
As 14, 16 30, 19 e 21 30
N ac men 13 a
GREASE (BRILHANTINA)
Um filme de Randal Kleiser
Colorido

PALACIO FOZ 367031
P Restauradores
Cinema à Margem
O Cinema Sobre os Tabus
As 15 15 e 21 15 — Int men 18 a
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural em colaboração co o Núcleo dos Cineastras Independentes-FPCA

VOX 680808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
15 18 15 e 21 30 h
N. ac. men. 13 anos
A GRANDE EVASAO
Projecção do filme no início das sessoes

ZODÍACO Tel. 570551
Rua Conde de Redondo, 5
14.15, 16.30, 19, 21.30
N ac men 13 a
Inacreditável! O Exército chinês invade Paris
VÊM AÍ OS CHINESES
c/ Jean Yanne

Teatros

Lisboa

A.B.C. – «Direita Volver», 20 30, 22 45 (18 anos)
MONUMENTAL – «Um Zero à Esquerda», às 21 15 (13 anos)
COMUNA – «Perdidos numa Noite Suja», às 21.45 (18 anos)
MARIA VITÓRIA – «E Tudo São Bento Levou», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
TEATRO DO BAIRRO ALTO – «E Não se Pode Exterminá-lo», às 21 30 (13 anos)
VARIEDADES – «Tu e Eu Somos Três», às 21.30 (13 anos)

Outros Espectáculos

Lisboa

CAPITÓLIO – «Sexo Oriental», às 19, 21 e 23 (18 anos)
PARIS — «Os Executores», às 21 30 (13 anos)
OLIMPIA — «Tentações sexuais», Sessões permanentes 18 anos
CINEARTE — «A Maluquinha de Arroios», às 21 30 (14 anos)
ROYAL — «Sodoma e Gomorra», às 21 30 (13 anos)
LUMIAR — «Assassinos por Computador», às 21.30 (13 anos)
PROMOTORA — «Vá, Gorila, Chega-lhe», às 21 30 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – **Stadium** – «O Caminho da Verdade» às 21 30 (13 anos)
ESTORIL – **Casino** – «Amor e Balas», às 17 e 21.15 (18 anos)
CASCAIS – **S. José** – «O Dragão Ataca» às 21 15 (18 anos)
CASCAIS – **Impala** – «A Cada um o seu Inferno», às 21 30 (18 anos)

Linha de Sintra

AMADORA – **Lido** – «A Ilha do Dr Moreau», às 21 15 (18 anos)
SINTRA – **Carlos Manuel** – «O Sexo que Fala», às 21.15 (18 anos)
AMADORA – **Cinestudio** – «Os Olhos de Laura Mars», às 21.30 (18 anos)

Outra Banda

ALMADA – **Academia** – «Irmãs Gémeas», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – **Incrível** – «7 Contra Todos», às 21 15 (13 anos)
LARANJEIRO – **Instrução e Recreio** – «Não Sou Digno de Ti», às 21.15 (10 anos)

PÓVOA DE ST.º ADRIÃO – **S. José** – «6 Raparigas Confessam-se», às 21 30 (18 anos)

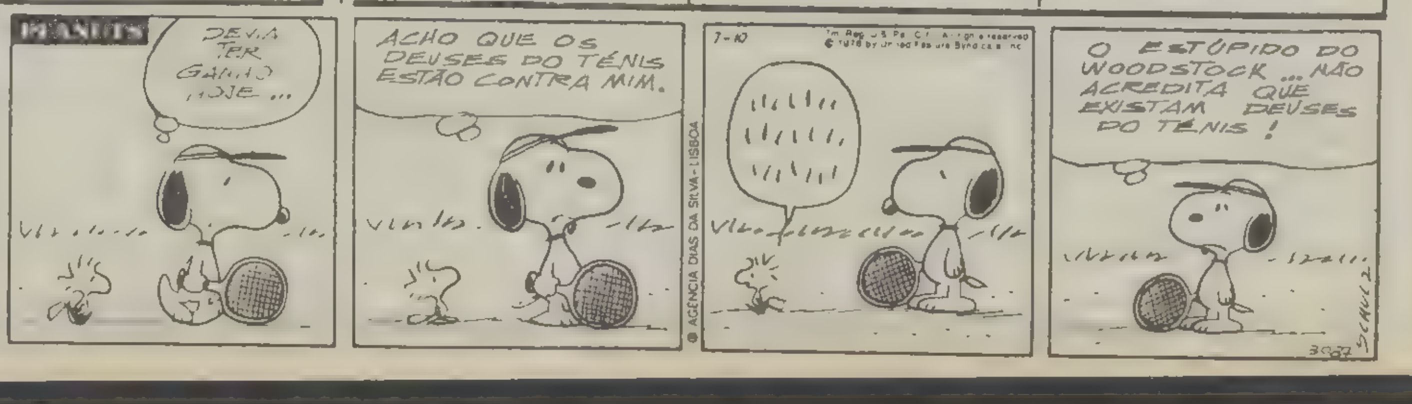
Porto

OLIMPIA – «A Hiena do Karate», às 21 30 (18 anos)
TRINDADE — «Os 39 Degraus», 21 45 (18 anos
SÁ DA BANDEIRA – «Alô Lisboa Daqui Porto», 21 30 (18 anos)
SALA BEBÉ — «A Via Láctea», 21.45 13 anos)
CHAPLIN — «O Homem das Pistolas de Ouro», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT — «Os Comandos da Morte», 21 30 (18 anos)
RIVOLI — «Os Comandos da Morte» 21 30 (18 anos)
COLISEU – «A Passagem», às 21 30 (13 anos)
BATALHA – «Os rapazes da companhia C», às 21 30 (18 anos)
ESTUDIO – «Lutando pela Justiça», às 21 30 (13 anos)
VALE FORMOSO — «Em Busca do Passado», às 21 30 (13 anos)
FOCO – «Grease», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA — «A Amante Muito Louca», às 21 30 (18 anos)
JULIO DINIS – «A linguagem do amor», às 21 30 (18 anos)
S. JOÃO – «Grease», às 21 30 (13 anos)
PASSOS MANUEL – «Jesus de Nazaré» (2.ª parte) 18 15, 21 30 (13 anos)
CARLOS ALBERTO — «Os 39 Degraus», 21 30 (18 anos)
LUMIERE — **Sala A** — «O Homem Terminal» 21 30 (18 anos)
LUMIARE — **L** — «A Criada» 21 45 (18 anos)

Coimbra

SOUSA BASTOS — «O Casamento» às 21 30 (18 anos)
AVENIDA — «A Batalha do Colchão», às 21 30 (13 anos)
TIVOLI — «Genesis, White Rock» às 21.30 (13 anos)
S. TEOTÓNIO — «As Balas Nunca se Perdem», às 21 30 (18 anos)

lubrificantes
GALP
a máquina é exigente



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.

Há um processo em curso sobre o suicídio da Ana Maria

A propósito do local por nós publicado no passado dia 4, sob o título «O suicídio de Ana Maria: ninguém move um processo contra a madrinha?» escrevenos a Polícia Judiciária uma carta em que informa estar em curso desde o dia 18 de Abril um processo tendente a apurar as circunstâncias em que se verificou o suicídio da menor, tendo as primeiras diligências sido efectuadas no próprio dia do falecimento.

Jornal "A Terra" comemora aniversário

PORTO, 16 — O jornal «A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte e Centro do País, vai comemorar, a partir do próximo dia 19 do corrente mês, com várias sessões, o 16.° aniversário da sua publicação.

Dirigido por Mário Rodrigues, aquele jornal tem desempenhado papel de relevo no esclarecimento, informação e mobilização dos camponeses e é hoje o órgão que mais fielmente exprime os problemas, aspirações e as lutas das massas rurais, dos pequenos e médios agricultores do continente. É considerado o jornal agrícola de maior tiragem, e mais lido por camponeses.

As comemorações do 16.° aniversário, a realizar no Porto e em Tarouca, iniciam-se, como já referimos, no próximo dia 19, com a projecção (pelas 21.30 h) na sede do Cineclube do Porto, de dois filmes e um colóquio orientado pelo Eng.° Flávio Martins e Mário Rodrigues sobre a situação da agricultura e a luta dos camponeses.

As celebrações prosseguem no próximo dia 20, pelas 15 horas, na Casa do Povo de Mondim da Beira (Tarouca), com a estreia de duas peças de Jaime Gralheiro e cantigas populares, e um recital de poesia.

a ROMÉNIA espera por si...

sensacionais viagens em 1979

CIRCUITO DO IMPERADOR TRAJANO
OS MOSTEIROS DA MOLDÁVIA
PRAIAS DO MAR NEGRO E BUCARESTE
CIRCUITO DA ROMÉNIA — BULGÁRIA
TRATAMENTOS GERIÁTRICOS

1 OU 2 SEMANAS PENSÃO COMPLETA — partidas todos os Domingos de Junho a Outubro

3 ALTERNATIVAS A MESMA QUALIDADE

Europeia

• A EXPERIÊNCIA AO SERVIÇO DO TURISMO •
Av. da Liberdade, 233 • 1252 LISBOA Codex • Tel. 538121
Rua Rosa Araújo, 19 • 1252 LISBOA Codex • Tel. 561141
Av. Tomaz Cabreira • Vivenda Sant'Ana • Praia da Rocha 8500 PORTIMÃO Tel. 23377
membro WATA em Portugal

UMA ATACA, OUTRA DEFENDE

Começou o julgamento de Maria Antónia Palla

Começou esta manhã, no Tribunal da Boa-Hora, o julgamento da jornalista Antónia Palla, acusada pelo Ministério Público de «incitamento ao crime» a propósito do programa «Aborto não é um crime» da série «Nome: Mulher» que viria a ser suspenso no dia seguinte à projecção daquela reportagem: 4 de Fevereiro de 1976.

A sala de audiência estava superlotada. Muitos jornais e televisões estrangeiras: Inglaterra, Holanda, Suécia, França e Alemanha.

Curiosamente, o Ministério Público designou uma mulher para conduzir a acusação: a dr.ª Ana Maria Lobaro Moreira da Silva. O juiz é o dr. Albano Melo. Advogada de defesa: dr.ª Lia Viegas.

Antes do início do julgamento, que prossegue esta tarde e nos próximos dias 22, 23, 28 e 30, Antónia Palla voltou a referir que o que está em causa é a «liberdade de informação». «O que se pretende de novo é a censura» — declarou — «para além da intimidação de todos os jornalistas». Este processo está a causar já escândalo internacional e nacional, com inúmeros testemunhos de solidariedade. Alguém recordava o célebre processo das «Três Marias».

Para o Ministério Público, isto é, para a dr.ª Ana Maria Lobato Moreira da Silva, apresentam-se algumas dificuldades. Como mulher, sabe que neste país se realizam mais de 180 mil abortos por ano, isto é, 15 mil por mês.

Fundamentar, por outro lado, que a reportagem é um «incitamento ao crime». Defender que o aborto é um crime e a reportagem foi um «incitamento». Mesmo quando a censura proibia falar deste problema, já o número de abortos em Portugal era assustador. Não é por querer proibir a sua discussão que se deixarão de fazer. Como sempre, na clandestinidade, causando a morte de mais de duas mil mulheres por ano.

Para além disso, a incriminação que o Ministério Público considerou um «incitamento» ou ape-

ção apenas de Antónia Palla (foi autora unicamente do texto do início e final da reportagem) poderá levar a um «beco sem saída». De facto, foi o trabalho global de reportagem (o filme)

nas o texto da jornalista? A formulação, quanto a nós, incorrecta, da nota de incriminação, condiciona ainda mais o trabalho da parte acusatória. Quanto à questão de fundo, o aborto, este julgamento poderá servir para falar de novo no problema. Somos um dos únicos países que proíbe sob qualquer forma (mesmo a terapêutica). A sua legalização impõe-se, como há anos afirmamos. E, este julgamento, comprovará.

Apoio internacional

A Federação Internacional dos Jornalistas enviou ao ministro da Justiça um telegrama expressando uma profunda inquietude pelo processo movido contra a jornalista «que em si representa um atentado contra a liberdade de expressão, o segredo profissional e a deontologia jornalística».

Também a Associação Francesa de Planeamento Familiar manifestou o seu apoio à jornalista salientando que o programa incriminado constitui por si só um violento ataque ao aborto clandestino que em Portugal é responsável pela morte de cerca de duas mil mulheres.

A conhecida advogada francesa, Gisele Halimi enviou um telegrama a Maria Antónia Palla em que elogia a corajosa determinação da jornalista portuguesa na sua luta para que a maternidade seja uma escolha e não uma sujeição para a mulher.

Fernanda Mestrinho

BOMBISMO EM LISBOA

Organização "anarquista" reivindica explosões

Tanto a Polícia Judiciária como a Brigada de Minas e Armadilhas continuavam esta manhã sem conseguir determinar o local, nas proximidades do Parque Eduardo VII, em que várias pessoas afirmam ter rebentado, cerca das 22 e 30 de ontem, três cargas explosivas.

A zona em que teriam ocorrido os três rebentamentos consecutivos situar-se-ia numa área de terrenos devolutos e superfície ajardinada, nas imediações das Avenidas António Augusto Aguiar e Sidónio Pais. Os investigadores não tinham detectado, até agora, quaisquer vestígios de explosões.

Entretanto, uma organização anarquista acaba de reivindicar a autoria tanto das explosões de quatro petardos registados, em Lisboa, na noite do último sbado, como dos rebentamentos de ontem à noite. Em telefonema recebido na Redacção da ANOP, um indivíduo que não se identificou disse falar em nome de um «movimento operário», cujas palavras de ordem seriam «Viva a Revolução, Viva a Anarquia».

«Com estas explosões pretendemos apenas mostrar que existimos e que estamos dispostos a recorrer à acção armada», disse o autor do telefonema, que pela voz parecia ser jovem.

O informador referiu que o objectivo da sua organização clandestina era o derrube do Governo. Justificando a aparente ausência de alvos políticos nos rebentamentos registados ontem no Parque Eduardo VII acrescentou: «Não queremos virar o povo contra nós. Tratou-se de um primeiro aviso de que estamos dispostos a lutar.»

Cancelada na RFA construção de central nuclear gigante

O Governo da Baixa Saxónia anunciou o cancelamento dos planos para construir a maior central nuclear do mundo. Será, no entanto, dada autorização para a instalação de um vazadouro nuclear subterrâneo em Gorleben, perto da fronteira com a RDA.

O Executivo democrata-cristão tomou a decisão — que põe em causa todo o programa nuclear oeste-alemão — dada a oposição generalizada ao projecto, designadamente por parte do movimento ecologista particularmente activo neste país europeu.

A central de Gorleben tornou-se, de facto, o símbolo de um debate nacional sobre energia nuclear.

A polémica ganhou maior calor após o desastre nuclear em Harrisburg, na Pensilvânia, onde cientistas evitaram por pouco uma grande catástrofe, depois do interior de um reactor ter começado a derreter-se.

Ecologistas, agricultores locais, sindicalistas e a Igreja opuseram-se energicamente a uma central nuclear em Gorleben.

O propósito do centro era aproveitar carburantes atómicos não usados e facilitar o vazamento de desperdícios nucleares, alguns dos quais permanecem radioacticos milhares de anos.

Entretanto a revista «Stern» revelou os resultados de um inquérito do Ministério de Investigação Federal que mostra que as centrais nucleares da RFA são tão perigosas como as norte-americanas.

ABALROAMENTO NO TEJO

Cargueiro tinha prioridade

Não era ainda conhecido, até ao fim da manhã, o parecer da Comissão Técnica da Transtejo sobre as causas do abalroamento ocorrido, conforme ontem noticiámos, entre o cargueiro alemão «Schwaneck» e o «ferry-boat» «Monte Pragal», no momento em que este se dirigia do Cais do Sodré para Cacilhas.

Entretanto, cada uma das partes apresenta a sua versão: o piloto da barra, que manobrava o cargueiro, declara que este se deslocava a reduzida velocidade na altura do embate. Quanto aos tripulantes do «cacilheiro» afirmam ter utilizado, pelo menos, sinais luminosos para assinalar a sua presença.

Registe-se que, de acordo com os regulamentos marítimos, os navios que sobem e descem o Tejo têm, em princípio, prioridade sobre as embarcações que navegam entre as duas margens, as quais devem desviar-se para evitar colisões.

tome nota

CONCURSO OU SELECÇÃO?

Pergunta-se se, no caso da admissão de jornalistas num matutino do Porto, se estará a dar o despacho normal a um concurso ou se é a uma selecção subordinada a critérios pessoais e políticos que se procede?

Antes de 25 de Abril — dizem-nos — um concurso idêntico teria levado à admissão dos melhores. Agora não terão bastado as provas prestadas. Critérios administrativos — e, presumivelmente, políticos — estarão a prevalecer com prejuízo do pluralismo e da liberdade de opinião dos candidatos a jornalistas.

PUBLICIDADE INSÓLITA

O Professor Doutor Apolinário Vaz Portugal honrou com a sua ministerial presença as «Jornadas Veterinárias» organizadas por uma firma comercial. Aceitamos a importância das «Jornadas Veterinárias» e que o ministro tenha tido tempo para as abrilhantar com a sua presença. Mas já se não compreende que o Doutor Apolinário apareça no ambiente mundano, nada científico, nada técnico, de uma fotografia publicada num verpertino com a indicação: **publicidade.**

Assim se fica na dúvida: se a firma Vitalima faz publicidade ao ministro, se o ministro faz publicidade à firma Vitalima.

QUESTÃO DE FOGUETEIROS

A Câmara Municipal de Lisboa distribuiu uma mão cheia de foguetes e morteiros pelas juntas de freguesia da cidade para serem lançados na manhã do dia 25 de Abril. Esta manifestação festiva, dum modo geral, foi cumprida, pois se integrava no programa comemorativo do «Dia da Liberdade».

Passado um tempo, porém, uma junta de freguesia CDS (São João de Brito) devolveu os foguetes, explicando que aquela junta «não possuía fogueteiro oficial».

Portugueses apertam o cinto

Continuação da pág. 1

Orçamento inclui ainda (para além dos já previstos aumentos nos telefones, transportes, tabaco, fósforos, espectáculos desportivos, cinema, papel selado, etc.) uma taxa sobre o uso e fruição de veículos que atinge um total de 35 por cento do imposto respectivo.

Os funcionários públicos, que no âmbito da proposta anterior ficavam já sujeitos ao pagamento do imposto profissional, passam agora a descontar também 0,5 por cento dos seus vencimentos no caso de beneficiarem da Segurança Social.

Não fixando a percentagem de participação das autarquias locais em relação às despesas do Estado, a proposta do Executivo viola, por outro lado o n.° 2 do Artigo 8.° da Lei de Fianças Locais, e limita-se a apresentar um mapa com verbas «segundo o índice ponderado de carências.»

As despesas globais passam pois, para 280,995 milhões de contos (antes previam-se 271,101). Quanto à distribuição das verbas pelos diferentes ministérios houve igualmente algumas alterações, caso do Ministério da Administração Interna que por via da aplicação da Lei de Finanças Locais viu as suas receitas aumentarem de 15,38 para 28,98 milhões.

O Ministério das Finanças também foi contemplado com uma verba superior à da anterior versão (de 91,139 milhões passou para 92,905).

Em contrapartida, o Ministério da Habitação e Obras Públicas viu a verba à sua disposição baixar de 30,578 para 25.315 milhões de contos.

As outras reduções mais importantes verificaram-se nos ministérios da Indústria e Tecnologia (de 1,987 para 1,617 milhões), do Trabalho (de 634 mil contos para 616 mil) e Defesa Nacional (de 28,190 milhões de contos para 27,896 milhões).

O Ministério da Comunicação Social manteve a verba (305 mil contos) e os restantes departamentos governamentais registaram alterações pouco significativas.

Finalmente, refira-se que o Governo decidiu aumentar as dotações para apoio financeiro às empresas públicas considerando insuficientes as anteriormente previstas.

Grande parte das ligações ferroviárias paralisadas amanhã

Continuação da pág. 1

verá esforçvs no sentido de minorar, com os maquinistas disponíveis, os prejuízos que inevitavelmente se farão sentir, particularmente nas zonas suburbanas, em que o comboio constitui o principal transporte para os empregos. Assim, amanhã, de manhã, os recursos existentes serão utilizados prioritariamente nos afluentes dos grandes centros urbanos.

A rede geral da CP tem actualmente cerca de 1350 maquinistas dos quais cerca de 1000 estão filiados no sindicato paralelo. Mas, na declaração desta greve participam outras associações deste tipo, particularmente respeitantes a quadros técnicos, engenheiros, contabilistas, farmacêuticos, etc..

As reivindicações sectoriais apresentadas, desprezando o interesse do conjunto dos trabalhadores da CP (e, agora, com a greve, os interesses legítimos das populações), respeitam «a um mínimo de dignidade profissional»; «prémio de percurso que tivemos até 1975»; «reembolso das despesas que fazemos ao serviço da empresa»; «um horário racional»; «um subsídio de refeição»; «a aplicação da lei no tocante ao subsídio de turno».

A Federação dos Sindicatos Ferroviários publicou, entretanto, um comunicado em que se distancia desta greve, lamentando que tivesse sido convocada. Nele afirma que «os inimigos dos trabalhadores e os adeptos do divisionismo7 não «terão em nós o instrumento que desejam para enfraquecer a unidade dos trabalhadores».

«A luta pela revisão do ACT diz respeito a todos os ferroviários, sejam eles de que categoria forem, tenham a profissão que tiverem» — comenta a Federação.

(Hoje 32 páginas)

N.º 10/79 • Quarta-feira, 16 de Maio de 1979

MESA REDONDA

Contraponto de opiniões

NESTE SUPLEMENTO

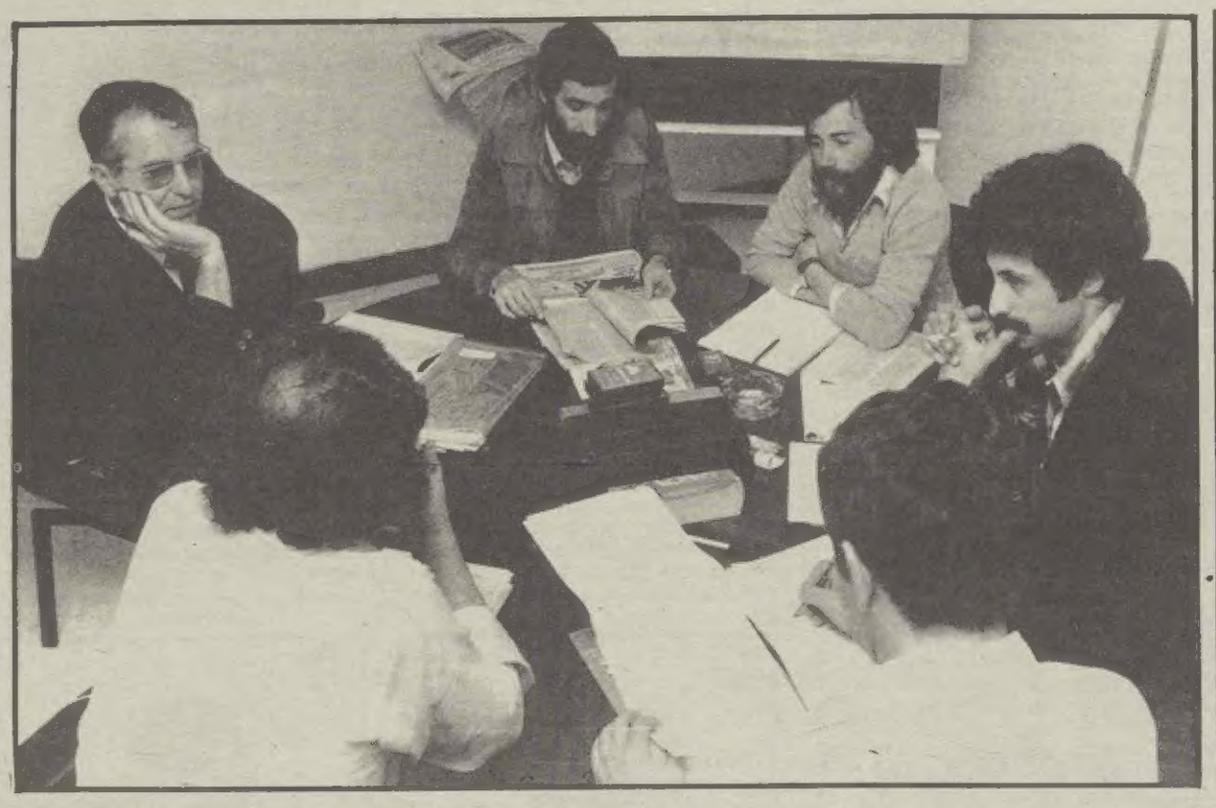
O sector do comércio e a economia nacional

participam

José Manuel Barros
José Marques
Eugénio Rosa
José Malaquias Pinela
Jovita Fernandes

Vai efectuar-se em Lisboa, dentro de dias, o Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio, no Pavilhão do Campo de Ourique. Ali se abordarão a situação económica do comércio, as condições de vida e de trabalho dos seus profissionais e os aspectos organizativos deste sector sindical.

A propósito deste Encontro, reunimos nesta mesa-redonda cinco pessoas que analisaram fundamentalmente os problemas mais ligados à complexidade económica do comércio: José Manuel Barros e José Marques, membros da Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Trabalhadores do Comércio; dr. Eugénio Rosa e dr. José Malaquias Pinela, economistas, e dr. Jovita Fernandes, jurista. Para os leitores, ficou assim melhor clarificado o mundo do comércio.



A IMPORTÂNCIA DE UM ENCONTRO

DL – Qual é, em resumo, a importância que atribuem ao Encontro de 19 e 20 deste mês?

José Manuel Barros – A realização do Encontro assume um grau de importância bastante grande, o qual podemos sintetizar a vários níveis. Corresponde com a própria realização e o trabalho preparatório que se tem desenvolvido há cerca de dois meses, corresponde dizia, à integração dos trabalhadores do comércio na grande tarefa de reestruturação sindical, que é uma das palavras de ordem mais importantes do actual momento no movimento sindical unitário.

Adequar a nossa organização sindical às actuais condições socioeconómicas de acordo com os interesses dos trabalhadores, na medida em que nós herdámos um tipo de organização sindical que foi realizado à imagem do fascismo, com os seus interesses que nós aproveitamos dentro de uma opção correcta. Mas neste momento não se justifica a sua manutenção, atendendo a que de certa forma podemos dizer que entrava os próprios interesses dos trabalhadores e a sua própria organização sindical.

Digamos que na sequência da Conferência Nacional de Organização Sindical, momento dominante desta grande tarefa de reorganização, o nosso Encontro é a participação muito activa dos trabalhadores do comércio nesta tarefa. A realização do Encontro irá facultar por outro lado o debate extremamente alargado, por toda a classe a nível nacional, dos problemas que directamente dizem respeito aos trabalhadores do comércio.

Vai-se fazer a análise das nossas condições de vida e de trabalho, vamos portanto fazer um levantamento de qual é a legislação de trabalho que mais directamente diz respeito ao nosso sector qual é o grau da nossa contratação colectiva, vamos tirar certamente conclusões de grande riqueza à volta destes aspectos. Nomeadamente uma questão que se interliga com isto, que será certamente abundantemente debatida, e é, mais uma vez, uma questão sempre muito importante para os trabalhadores do comércio: os horários de trabalho, nomeadamente o regime da semanainglesa, que neste momento é novamente muito atacada pelo governo Mota Pinto, o grande patronato, nomeadamente pelas grandes cadeias de supermercados.

Um terceiro aspecto de importância, que importa aqui destacar, é que a realização do Encontro Nacional vai por si só ajudar a superar algumas concepções regionalistas que os trabalhadores do comércio têm, herdadas duma longa tradição de sindicalismo corporativo, juntando os trabalhadores do comércio do Minho aos Açores discutindo os problemas que são duns e de outros. Por ser a primeira vez que tal se realiza, pensamos que será um dos aspectos que mais importância e mais repercussões terá no futuro da nossa organização.

Um quarto e último aspecto será o de pela primeira vez irmos também, de uma forma aprofundada, fazer o levantamento das características, dos problemas, das carências, das virtudes e dos defeitos do comércio português, que é uma realidade que nós todos conhecemos empiricamente, até porque trabalhamos em empresas do comércio e não tínhamos tido ainda oportunidade de proceder ao seu levantamento sistematizado, digamos mesmo científico. Esta mesa-redonda penso que poderá abordar fundamentalmente este aspecto, embora não ponha de parte outros aspectos ligados ao Encontro Nacional, mas pensamos que o conjunto de técnicos inclusivamente que temos aqui connosco poderá enriquecer muito a nossa conversa de problemas de ordem económica.

Governo encoraja grandes especuladores açambarcadores e falsificadores

DL – A nível global temos verificado a degradação das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Na base da experiência da contratação colectiva do comércio, esta ideia tem correspondência no sector?

Jovita Fernandes – Pois é evidente que também os trabalhadores do comércio estão a sofrer as consequências de uma política virada para a recuperação capitalista, uma política desencandeada contra os interesses e os direitos dos trabalhadores que vem sendo desenvolvida desde 76 a esta parte, e profundamente agravada com a actuação do governo actual.

A contratação colectiva nos moldes em que decorre no nosso país é o retrato mais ou menos fiel das condições de vida e trabalho da generalidade dos trabalhadores. Não nos podemos esquecer que foi essencialmente através da contratação colectiva que os trabalhadores portugueses, e essencialmente neste caso os trabalhadores do comércio, conseguiram conquistar uma série de direitos pelos quais aspiravam e lutavam desde há muito tempo, mesmo antes do 25 de Abril. As condições políticas de então não permitiram que se concretizassem, particularmente no comércio, em que predominam a pequena e média empresa, em que os trabalhadores estão dispersos e até isolados.

Pois é evidente que a contratação é um instrumento privilegiado para a obtenção da melhoria das suas condições de vida. O que é certo, como já referi, é que a contratação colectiva começou a reflectir a própria evolução qualitativa do poder político em Portugal, particularmente a partir de 76, em que de uma forma, primeiro velada e encapotada, e actualmente de uma forma já aberta, se procura reduzir ao mínimo o essencial das conquistas que foram obtidas ao nível da contratação colectiva.

Um dos meios que o patronato por meio dos sucessivos governos tem utilizado para atingir esse objectivo tem sido a legislação de trabalho elaborada e publicada nos últimos anos. Duma forma imperativa ela tem subtraído à disposição, à vontade das partes sociais, grande parte das matérias que poderiam ser objecto duma contratação colectiva. Exemplificando, podemos nomeadamente referir o caso dos aumentos salariais que se encontram condicionados por tectos impostos pelos últimos governos; também em matéria de despedimentos, de contratos a prazo, em que não é possível às partes negociarem disposições mais favoráveis do que aquelas que estão fixadas nas leis. Temos outro tipo de matéria como horários de trabalho em que não é possível reduzir abaixo de determinados níveis, temos complementos de subsídios de doença e de acidente em que também há limitações de vária natureza. Enfim, praticamente as matérias principais que poderiam ser, que deveriam ser, aliás, deixadas à negociação livre das partes, estão condicionadas, e em casos mesmo proibidas de negociar.

Viola-se abertamente quer a Constituição da República Portuguesa, quer convenções internacionais da OIT, que Portugal já ratificou, pelos vistos para uso externo. Toda esta sorte de condicionalismos limitaram extraordinariamente o campo da contratação colectiva. Devemos adiantar que objectivos políticos norteiam muitos desses condicionalismos, designadamente refrear a capacidade reivindicativa e mobilizadora do movimento sindical que se reflectia particularmente através da contratação colectiva, das movimentações de massas que a contratação proporciona.

O governo com essa legislação procurou também controlar, refrear todo este movimento de massas, toda esta capacidade reivindicativa do movimento sindical e dos trabalhadores, ao mesmo tempo que fazia como que um jeito ao patronato português, que, apesar do crescendo da sua agressividade à mesa das negociações, só por si não conseguiria opor-se às reivindicações dos trabalhadores. O governo nesse aspecto deu um grande contributo ao patronato. Enfim ele é um governo que é apoiado por esse mesmo patronato.

DL – O que diz parece à primeira vista, pelo menos, dizer respeito a todos os trabalhadores portugueses. Mas não há na verdade condições específicas do comércio que poderia referir mais concretamente?

JF – Efectivamente tudo o que venho a dizer diz respeito à generalidade dos trabalhadores portugueses e dessa maneira se reflecte nos trabalhadores do comércio. Mas no caso dos trabalhadores do comércio em particular existem condicionalismos e situações específicas que importa realçar nesta mesa-redonda.

Nomeadamente quanto ao facto dos trabalhadores se encontrarem dispersos por pequenas e médias empresas, em que de facto a contratação é um meio quase único de enfrentar as duras condições de vida. Concretizando um pouco mais, em relação aos contratos colectivos negociados pela Federação Sindical do Comércio podemos dizer que nesses contratos também se reflectem em vários aspectos, nomeadamente nos períodos de vigência, que são largamente ultrapassados, devido à acção, ao boicote do patronato, à cumplicidade da burocracia e da morosidade dos serviços do Ministério do Trabalho, do Ministério da Tutela, na designação de representantes na comissão técnica, na publicação das convenções, etc., etc. Os contratos ultrapassam os 12 messes fixados na lei, chegam a atingir os 16 e 17.

Noutros sectores de actividade temos situações muito mais gravosas. Há contratos que chegam a atingir dois e três anos. No comércio posso dizer que essas situações não acontecem, com raríssimas excepções. Um caso que

MESA REDONDA

Enquanto se apoiam os supermercados desprezam-se os pequenos comerciantes

merece destaque é o sector de Importadores e Armazenistas de Aços, Tubos e Materiais de Construção em que há cerca de dois anos e meio se iniciou um processo negociado e que tem contado com um boicote activo do patronato e do próprio Ministério e até hoje nada de positivo se conseguiu. Mas na generalidade dos outros contratos embora se ultrapasse os períodos de vigência fixados na lei, mesmo assim têm-se evitado prolongamentos excessivos através de uma política de negociação realista.

Os contratos nacionais, no fundamental ainda traduzem as principais regalias obtidas ao longo do processo revolucionário, as regalias essenciais mantêm-se.

Quanto à situação salarial, a análise que foi feita para preparação das teses deste Encontro permitiu tirar algumas conclusões.

Aqui temos que distinguir, por um lado, os contratos nacionais por subsectores de actividades. Convém salientar que quando estamos a falar em salários estamos a referir-nos a salários contratuais e não a salários reais. Eles estão sensivelmente ao nível dos salários negociados para outros ramos de actividade, nomeadamente para o ramo de indústria e serviços. O mesmo não poderemos dizer de outro tipo de contratos que existem no comércio, os contratos retalhistas distritais, que ainda existem, devido a factores vários, velhas tradições que existem nos distritos, a organização dos sindicatos e das associações patronais que têm âmbito concelhio e distrital, a própria natureza retalhista. Essa situação ainda se mantém e a média salarial retalhista pois fica de facto aquém dos contratos nacionais. E esse facto podêmo-lo atribuir por um lado à capacidade económica das empresas desse mesmo sector, que na generalidade são mais débeis que as do sector grossista, e por outro lado às limitações do próprio âmbito desses contratos. Fracas bases sociais e os próprios sindicatos têm as suas próprias limitações.

Situação que interessa destacar é a dos contratos nas regiões autónomas. Aí fica-se muito mais aquém dos níveis salariais praticadas no continente, situação a que não é alheia a falta de liberdade sindical e de forte repressão que existem nessas regiões, e a política separatista que nesta matéria, quer o próprio governo regional, quer o governo central adoptam não fazendo aplicar nas regiões autónomas os contratos nacionais.

DL – Mas não há problemas económicos que actuam sobre todo o sector e sobre o aspecto financeiro de pequenas e até médias empresas?

Eugénio Rosa – Eu penso que os trabalhadores deste sector estão a sofrer as consequências, até duma forma bastante gravosa, da crise geral que enfrenta o país, e principalmente da política que este governo e os governos anteriores seguiram para enfrentar esta crise.

Se nós analisarmos os instrumentos de política económica e financeira escolhidos por estes governos, constatamos que eles têm naturalmente incidências neste sector. Um dos instrumentos preferenciais é precisamente a diminuição do poder de compra, através do congelamento dos salários, através da liberalização dos preços, através do aumento brutal dos impostos. Isto determina uma diminuição do mercado interno, determina que as empresas comecem a enfrentar cada vez maiores dificuldades em vender aquilo que têm.

Não é por acaso que o Instituto Nacional de Estatística constatava com base num inquérito feito ao sector que o volume de vendas das empresas tinha diminuído ao longo de 1978 e que as previsões para o início deste ano também apontavam para outra diminuição. Esta diminuição das vendas tem reflexos graves na situação das empresas, o que vai ter os seus reflexos na situação dos trabalhadores.

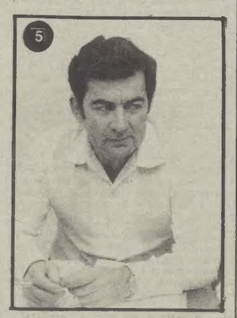
Para além deste instrumento (a diminuição do poder de compra), outro instrumento utilizado pelo governo que também tem reflexos neste sector é a sua política de crédito. Taxas de juros extremamente elevadas em que a maioria das empresas (basta dizer que 85 por cento das empresas deste sector têm menos de 4 trabalhadores) não têm acesso ao crédito. Devido ao aumento de preços estas empresas até têm dificuldades em constituir «stocks». E

1 José Malaquias Pinela

2 José Manuel Barros

3 Jovita Fernandes

4 José Marques


5 Eugénio Rosa

neste sector quem está a ganhar grandes lucros são as empresas que conseguem fazer elevados «stocks», pois jogam na inflação, jogam na especulação do preço, enquanto a pequena empresa, o pequeno comerciante tem dificuldades em imobilizar dinheiro em «stocks» para se defender da inflação.

Portanto a política que o governo está a seguir está a ter as suas consequências nas empresas do sector e portabela nos próprios trabalhadores.

José Malaquias Pinela – O Eugénio Rosa acabou de focar aspectos da situação económica que condicionam bastante as condições de vida dos trabalhadores do comércio. No entanto podemos ainda acrescentar algumas que resultam igualmente da política deste governo e de outros, e que é fundamentalmente uma ausência deliberada de intervenção a nível de comercialização.

É um facto conhecido que este governo, como os anteriores, a partir de 76 tem reservado à iniciativa privada um sector tão importante como é o comércio. Isto faz com que os capitalistas nacionais e estrangeiros aproveitem profundamente esta situação para a este nível recolherem enormes lucros especialmente no sector grossista. Para além do lucro há ainda o controlo deste sector importante.

Nós sabemos por experiência própria que no sector grossista são de facto os grandes capitais que o dominam, e isso aparece aliás nos números que nós podemos recolher através das próprias estatísticas oficiais. Por exemplo no sector grossista 5,5 por cento das empresas vendem 65,9 por cento de toda a mercadoria existindo portanto um claro domínio do grande capital. Aqui o governo não entrevém. Depois do 25 de Abril houve algumas tentativas de modificar esta situação, houve até algumas intervenções em grandes empresas como foi o caso do Pão de Açúcar e outros, mas já se regressou à situação anterior.

Portanto não há qualquer política a nível da intervenção na distribuição e na comercialização dos produtos. Verifica-se que certas estruturas existentes que poderiam ter um papel importante como é o caso dos organismos de coordenação económica que depois do 25 de Abril foram aproveitados para combater a especulação e assegurar, por exemplo, a distribuição agrícola foram coisas que não tiveram seguimento particularmente a seguir ao período em que Magalhães Mota foi ministro do Comércio.

DL – Quer-se referir em especial aos intermediários?

JMP – Sim. De facto temos observado qual tem sido a política do governo a esse nível. Ainda recentemente o escândalo da batata é um dos casos. O sector da comercialização da batata é um dos exemplos: cerca de 700 intermediários dominam todo este sector. No azeite passa-se a mesma coisa: 9 intermediários comercializam quase todo o azeite. São exmplos concretos de que os governos, em especial este, nada têm feito para evitar esta situação. Não existem medidas, como se chegou a apontar em programa de governo, com vista à criação de empresas públicas especializadas para a importação e exportação, embora nós estejamos a falar do comércio interno em especial. Portanto não há medidas a nível da criação de empresas públicas de distribuição e comercialização, não existe apoio às cooperativas. O Eugénio Rosa já citou problemas da política de créditos, isso é uma questão muito importante. Sabemos perfeitamente como as pequenas e médias empresas só conseguem efectivamente concorrer ou pelo menos sobreviver com alguns prazos para pagamento, comercializam e depois pagam. Pois esta situação neste momento nó é praticamente permitida, dada a política de crédito e a taxas de juros que já foram referidas.

ER – Gostaria de crescentar alguma coisa à intervenção anterior. O governo só tem posto em prática uma política que ataca fundamentalmente o pequeno comércio. Não só tem deixado actuar livremente os grandes intermediários como até os tem apoiado.

O que aconteceu com o Pão de Açúcar é um exemplo disso. Enquanto o pequeno comerciante por exemplo para obter crédito na banca tem que o pagar a juros entre 22 por cento e 25 por cento, o Pão de Açúcar conseguiu deste governo o pagamento de um juro de 5% pelo milhão e meio de contos que deve à banca.

Eu pergunto: qual é o pequeno comerciante que consegue obter neste momento crédito na banca pagando apenas um juro de 5%? Nenhum, mas o Pão de Açúcar obteve-o.

Para além disto, foram também dados por este governo benefícios ao Pão de Açúcar que totalizam quase 3 milhões de contos. A grande empresa, a grande cadeia tem um apoio descarado deste governo. O pequeno comerciante leva por todos os lados, porque não consegue obter crédito a juros baratos como obtém o Pão de Açúcar porque com o continuo aumento de preços tem dificuldades em renovar os seus «stocks» e porque as suas vendas diminuem devido à baixa do poder de compra dos trabalhadores.

Toda esta situação leva à multiplicação de falências, principalmente de pequenos comerciantes. Por exemplo, um dado que me parece significativo, mas não diz respeito somente ao comércio, mas que também retrata a situação no comércio: de acordo com os últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística o número de sociedades dissolvidas em Portugal, isto principalmente de pequenas empresas, no ano passado que rondava a média mensal de 70 a 80, em Janeiro de 1979 atingiu as 420 sociedades.

A ADESÃO AO MERCADO COMUM

DL – Esta situação vem reflectir-se no desemprego, na falta de postos de trabalho, nas dificuldades crescentes das populações trabalhadoras, não será assim?

JMP – Pois dentro desta linha que foi aqui apresentada, face à situação económica real das empresas do comércio, tendo em conta a própria situação e estruturação destas empresas sem capacidade para poderem recorrer aos créditos como já foi referido, vão-se dar no sector do comércio encerramentos de muitas empresas e inclusivamente situações de falência de várias empresas de diversos sectores do âmbito comercial.

Por aqui nós podemos ver a gravidade desta situação para a segurança no emprego; situação que se reflecte também no não cumprimento dos contratos colectivos, no não pagamento dos salários a que efectivamente os trabalhadores têm direito contratualmente, para além dos despedimentos colectivos que se têm vindo a verificar. O objectivo do patronato é reduzir o número de trabalhadores que as empresas têm neste momento.

Temos assim que esta situação, se, por um lado, tem levado ao aumento do desemprego no sector do comércio e inclusivamente ao não cumprimento dos contratos, ela tem também criado condições objectivas para que o patronato tenha utilizado determinado tipo de repressão nas empresas, aproveitando as dificuldades económicas com que neste momento de debate todo o sector para fazer aquilo que é conhecido como o grande açambarcamento dos produtos, levando inclusivamente à falta de vários bens de primeira necessidade no mercado e, aproveitando-se dessas mesmas situações para reprimir os trabalhadores no campo da contratação colectiva e nos despedimentos como já foi focado.

JMB – Nós trabalhadores do comércio temos fortes razões para reivindicar um novo governo, uma nova política, tal como os outros trabalhadores portugueses. Não temos reivindicado, e cada vez mais essa reivindicação assume toda a sua oportunidade.

O problema que tem sido aqui focado do enfraquecimento da pequena empresa, leva-nos a pensar, com profunda preocupação, o que será a situação dessa mesma pequena empresa, atendendo ao espelho que já existe neste momento, no dia em que Portugal adira de facto ao Mercado Comum Europeu, o objectivo que está nos designios do actual Governo Mota Pinto.

DL – E acha que são bons designios?

JMB – Eu acho que são muito maus designios. Temos já uma experiência muito concreta no nosso sector; o problema Pão de Açúcar que já aqui foi referido. O Pão de Açúcar é uma empresa multinacional, com capital estrangeiro, brasileiro designadamente, e directamente ligado à acção deste governo, aliás nós diríamos mesmo à acção pessoal do professor Mota Pinto, já que o problema do Pão de Açúcar não é um problema do 4.º Governo, é um problema que vem de trás, desde quando o professor Mota Pinto era ministro do Comércio, salvo erro do primeiro Governo Constitucional.

A verdade é que a adesão ao Mercado Comum leva-nos facilmente a esta constatação: 70 por cento do volume de vendas do comércio a retalho são feitas por empresas com menos de 20 trabalhadores. Este é um grande mercado, que os grandes monopólios não deixarão de tentar dominar. Essas empresas com menos de 20 trabalhadores para além de produzirem 70 por cento do volume de vendas, ocupam actualmente 80 por cento de mão-de-obra.

A nossa preocupação por um lado são os efeitos nefastos sobre o pequeno comércio que a concorrência dos grandes monopólios terá, particularmente ao nível do aumento do desemprego, na maior dificuldade no que toca às regalias sociais aos direitos sociais dos trabalhadores do comércio.

O problema do Pão de Açúcar é o exemplo mais claro, que como por uma forma ilegal se aplica uma lei imperativa que põe em causa os direitos de muitos para beneficiar os interesses duma minoria muito nítida.

A adesão de Portugal ao Mercado Comum tem sido muito debatida pelos trabalhadores do comércio na fase preparatória do Encontro Nacional, e irá merecer certamente uma análise empenhada dos delegados ao Encontro. Nós consideramos que é tempo de alertarmos para estas questões na medida em que muitas forças sociais, políticas e económicas têm falado muitas vezes com inteira razão, dos perigos que existem para o nosso país numa adesão precipitada de Portugal ao Mercado Comum, falando muito da nossa indústria falando muito da nossa agricultura. É bom que nós tenhamos em atenção o que significará para um sector como o nosso a adesão ao Mercado Comum.

É evidente que isto pode à primeira vista gerar uma contradição. Pois se nós no trabalho que temos desenvolvido, concluímos do carácter antiquado e artesanal do nosso comércio! Se nós concluímos que o nosso comércio não está ao serviço do povo e da economia nacional! Esta posição pode parecer como uma posição peremptória de defesa desse mesmo comércio por parte da nossa organização sindical. É bom que isto fique claro: o que nós pretendemos é que a política seguida no nosso país consiga adequar um comércio que de facto é um comércio atrasado num comércio desenvolvido, que sirva o povo e a economia nacional, que é uma palavra de ordem do Encontro.

Que esse processo seja desenvolvido de forma que não ponha em causa os interesses dos trabalhadores do comércio, os seus interesses mais profundos – o seu posto de trabalho. Como vimos, 80 por cento desses postos de trabalho pertencem às empresas que mais directamente seriam asfixiadas e estranguladas no dia em que a intervenção poderosa e maciça dos grandes monopólios estrangeiros, viesse a concretizar-se.

ER – O apoio que este Governo está a dar, fundamentalmente, aos grandes intermediários (é exemplo disso o caso do Pão de Açúcar que foi debatido) e a entrada para a CEE, se se vier a verificar, poderá ter, e terá mesmo graves reflexos sobre os trabalhadores.

Eu vou analisar só o aspecto do posto de trabalho. O incentivo que se está a dar as grandes cadeias de supermercados e a entrada para a CEE determinará a instalação em Portugal de grande número de supermercados. E como se sabe estes são um investimento de capital intensivo, que cria menos postos de trabalho, que destrói. Portanto eles determinam a falência de grande número de pequenas e médias empresas e a consequente destruição de postos de trabalho que não são substituídos, na sua totalidade, pelos que são criados pela própria cadeia. Esta cria muito menos postos de trabalho.

O caso do Pão de Açúcar; se se analisar o seu volume de vendas e o número de trabalhadores, rapidamente concluímos que o pequeno comércio para alcançar aquele volume de vendas criaria muitos mais postos de trabalho.

O ASSOCIATIVISMO

DL – Mas os pequenos comerciantes não poderiam corresponder a essa situação unindo-se em cooperativas, por exemplo, fazendo uma concorrência mais ou menos directa ao Pão de Açúcar e outros supermercados?

ER – Eu penso que o pequeno comerciante tem várias fases de associação. Uma fase de associação extrema seria precisamente a criação de postos de venda comum, podemos assim dizer. Uma ideia que em determinada sobre isso vale a pena referir que uma das tónicas fundamentais que o Governo põe como forma de resolver a política de preços, é apelar para a popularidade foi muito discutida por eles foi a criação de armazéns comuns, para tirar partido precisamente das compras comuns, para evitar que cada um tivesse dinheiro, imobilização em «stocks», portanto, os «stocks» pudessem ser utilizados por todos. Penso que a ideia de cooperativas ou outro tipo de associações mais elementares dependerá muito do interesse e do querer do pequeno comerciante. Acho que não se devem tentar impor soluções; devem ser os próprios pequenos comerciantes que, na discussão entre eles, devem ver qual é a solução que se adapta mais à sua situação concreta. Mas o que precisam é ajuda do Governo, nomeadamente a nível de crédito barato e técnico.

DL – Está alguma coisa feita nesse sentido?

ER – Que eu conheça não.

AÇAMBARCADORES E FALSIFICADORES

JMP – Os trabalhadores do comércio e em particular as suas organizações sindicais não são de facto insensíveis aos problemas dos pequenos e médios comerciantes e, portanto, aos problemas da comercialização em termos da sua valorização. Sentimos profundamente quanto afecta os interesses do povo português a falta de medidas concretas a nível de fiscalização, e lação, apelar para todos os cidadãos para exercerem o direito cívico que é eles próprios fiscalizarem. O Governo resolveria o problema da política de preços através de uma rede enorme de bufos que informariam a fiscalização económica. Esta é a tónica que ainda há poucos dias o secretário de Estado punha na sua intervenção no Conselho Nacional do Plano. E agora outra vez nas grandes Opções do Plano lá vem referida esta ideia. Portanto, o Governo garante ou garanteria a forma de resolver o problema da especulação e o papel dos intermediários, situações que têm vindo ultimamente a ser denunciadas se a população se o povo português, se transformasse numa rede de bufos e informasse as autoridades que um pequeno retalhista vende determinado produto acima das tabelas.

Para nós a questão é outra. De facto é ao nível da política do Governo, ao nível da política daquilo que se quer fazer em termos de fazer progredir a sociedade, para onde é que nós vamos, que de facto tem que ser visto o problema do comércio. E aí nós pensamos que o problema se põe mais ao nível do grossista do que do retalhista. Deste Governo temos que exigir é que ele faça as malas e se vá embora. Temos que exigir um Governo que intervenha a nível do sector grossista, porque aí o problema é de facto grave. A esse nível pode-se, de facto, sabotar a economia. Não é só a nível da produção que se sabota a economia, é a este nível. É ao nível do grossista que, inclusivamente, se vira as populações contra uma política progressista, por exemplo. Nós sabemos o que o açambarcamento provoca. A falta de leite ou a falta de qualquer produto essencial seria imediatamente aproveitada pelas forças de direita para derrubar as forças progressistas que por ventura estivessem na governação. Portanto, é a este nível que nós pensamos que tem que haver de facto uma intervenção decisiva.

Sem menosprezar a importância das medidas conjunturais e pontuais como, por exemplo, a fiscalização e política de

MESA REDONDA

Há falta de informação pública sobre preços e qualidade dos produtos por forma a orientar o consumidor

créditos pensamos que, de facto, também ao nível de actuação das próprias estruturas tem que haver uma intervenção decisiva.

E aí o papel que as cooperativas poderiam ter é muito importante. De facto, o que se vê é que não há qualquer apoio às cooperativas. Não há, embora esse apoio venha referido na Constituição. A verdade é que não há política de apoio, política eficaz, política de crédito e não só. As cooperativas de consumo debatem-se com problemas de abastecimentos porque os grandes armazenistas naturalmente dominam, monopolizam determinados produtos e isto apesar da legislação dizer que as cooperativas se podem abastecer directamente à produção. Mas as suas dificuldades financeiras não lhes permitem isso muitas vezes.

Nós pensamos de facto que o pequeno e médio comércio deve caminhar para a associação, para formas de cooperação que resolveriam os seus problemas, o problema é estrutural, é um problema que tem que ser visto, e tem que ser visto por um governo progressista, um governo que tenha uma política que coloque o comércio ao serviço do povo e da economia nacional.

ER – Eu gostaria de chamar a atenção para um ponto que me parece extremamente importante. É que a política que está a ser seguida por este Governo e a situação actual a nível do sector do comércio no fundo, tem servido como um grande encorajamento aos grandes especuladores, aos grandes falsificadores, aos grandes açambarcadores. Há sectores, e podia dar alguns dados concretos (por exemplo o azeite, que conheço melhor) em que intermediários embaladores de azeite o falsificam, que são detectados pela fiscalização económica, que são levantados processos que nunca mais são julgados. Há indivíduos com 20 e 30 processos. E então o método que eles utilizam para não serem julgados é este: – pedirem que seja junto o último processo. E como estão a cometer crimes continuamente nunca mais são julgados. Nunca mais têm o processo completo, nunca mais se chega ao último processo e por isso nunca vão a julgamento.

Parece-me importante chamar a atenção para o seguinte: – de vez enquando os jornais noticiam que foram detectados pela fiscalização económica (ainda há pouco tempo foi o caso de vinho a martelo, meio milhão de litros) indivíduos que falsificaram produtos de primeira necessidade. Nós sabemos que são detectados. Mas depois o que lhes acontece?

Nunca mais se sabe quando é que são julgados, nunca mais se sabe que penas lhes foram aplicadas. Muitos deles até são absolvidos. Tudo isto e a falta de legislação punitiva em relação a estes criminosos públicos, que é extremamente leve, tem servido na prática para um grande encorajamento, encorajamento à falsificação e ao crime.

A mesma coisa se passa com o açambarcamento. Eles sabem por informações que obtêm facilmente junto de determinados ministérios quando é que são feitos aumentos de preços. Então o que é que eles fazem numa situação dessas? Constituem grandes «stocks» comprando os produtos a preços antigos, vem o aumento e vendem esses produtos à população ao novo preço. O caso do azeite há pouco tempo, em que o governo aumentou o preço do azeite depois do produtor ter vendido ao intermediário. Quer dizer o intermediário comprou ao preço antigo e vendeu o azeite à população com o novo preço, com certeza metendo no bolso milhares de contos de lucros extras. E quem diz isto em relação ao azeite, diz em relação a muitos outros produtos. O caso da batata há pouco tempo, o escândalo da carne em que se libertou completamente o seu preço. Não há controlo nenhum, e tem-se o descaramento de vir dizer que isso é para vir estabilizar os preços. Estabilizar os preços, libertando completamente os preços, permitindo ao intermediário vender ao preço que quer. Isto por outro lado tem graves consequências até no pequeno retalhista que vê as suas vendas diminuirem.

DL – Em síntese, que seria necessário fazer para que o comércio legalizado com outros governos pudesse contribuir eficazmente para o progresso económico nacional?

JMP – É evidente, como já aqui foi dito, que estes problemas têm muito que ver com o tipo de sociedade que nós queremos ajudar a construir agora e daqui para o futuro. Nós pensamos que os problemas que temos vindo aqui a tratar, os problemas do comércio, quer a nível da sua estrutura, quer a nível da situação económica das condições de vida e trabalho, só se começarão a resolver de forma mais eficaz, com uma mudança de política, com uma mudança de governo que encare estes problemas numa perspectiva de servir o povo e a economia nacional.

As questões que nós queremos de facto debater no nosso Encontro é de que a nível do comércio, sejam tomadas medidas que tenham por objectivo assegurar o escoamento da produção nacional, e a preços de garantia previamente fixados. Defendemos que é preciso garantir o abastecimento a toda a população dos bens essênciais, que é necessário racionalizar toda uma política que tenha por objectivo racionalizar os consumos, tendo em conta as reais necessidades do povo português e a necessidade de aproveitar a capacidade produtiva instalada.

Há, portanto, necessidade de accionar políticas que façam com que o comércio contribua para uma política de emprego e de melhoria das condições de vida. É necessário também diminuir os custos da comercialização dos produtos. Portanto, há que tomar medidas a esse respeito, há que melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Os trabalhadores de comércio preocupam-se também com este problema.

Bem, quais as medidas, quais os instrumentos? Nós pensamos que para já podiam ser accionadas por um governo, que não este, designadamente.

Criação de empresas públicas de comercialização e distribuição, em particular no comércio importador e grossista. Pensamos que é preciso fomentar o sector cooperativo e apoiá-lo a todos os níveis do seu desenvolvimento. É necessária uma política selectiva de crédito que favoreça e dinamize os processos de associativismo, particularmente junto da produção e dos consumidores. É precisa e necessária uma política de crédito à pequena e média empresa, segundo critérios que tenham por base o interesse económico e social das mesmas. É necessária uma política de fixação de preços à produção e no produtor que contribua para o desenvolvimento da produção e a satisfação das necessidades da população. É necessária uma política de diversificação de mercados externos que contribua para o desenvolvimento económico e garanta melhor a independência nacional. E finalmente o que tem bastante implicação com isto, é necessário um controlo apertado do comércio externo, nomeadamente através da criação de empresas públicas especializadas a nível estatal de importação de mercadorias essênciais para o consumo interno.

Nós pensamos que quer os objectivos, quer as medidas de política e instrumentos para os alcançar são perfeitamente realizáveis a curto prazo, se efectivamente conseguirmos a nível deste país impor um governo verdadeiramente interessado em resolver os problemas do povo, da economia nacional e defender a independência nacional.

ER – Eu penso que a dinamização e a modernização do sector do comércio que é absolutamente necessário, passa por uma alteração total da política que o governo a nível geral está a levar à prática. Por exemplo: o governo tem falado muito, até demagogicamente na diminuição do déficie da balança de pagamentos. Mas a questão que se põe é esta: à custa de quê? Efectivamente tem-se conseguido uma diminuição no déficie nas nossas relações com o estrangeiro, à custa da ruína da economia nacional, à custa da diminuição da produção nacional, portanto à custa do aumento da fome do povo português, do pioramento das suas condições de vida.

Ora bem, isto tem reflexos naturalmente no comércio; – o nível da actividade está a diminuir. O comércio ressente-se naturalmente daquela política.

Quando há diminuição de investimentos, quando há diminuição da produção, quando aumenta o desemprego, há diminuição do poder de compra, há diminuição de postos de trabalho. São mais e mais trabalhadores lançados no desemprego. Tudo isto é a política que o governo está a seguir, para reduzir o déficie da balança de pagamentos que tanto fala. No lugar de se gabar, devia estar calado, pois está a conseguir isso através da ruína nacional.

No lugar de se seguir esta política haveria que seguir-se uma política completamente diferente desta. Uma política que assentar-se no aumento da produção nacional, no aumento de poder de compra dos trabalhadores, e da maioria da população. Tal é uma das reivindicações mais generalizadas dos trabalhadores portugueses. Isso teria efeitos positivos a nível do sector do comércio, porque iria possibilitar às empresas venderem muito mais, não só a essas empresas mas às que estão por trás das empresas do comércio, que são as empresas produtivas.

A modernização, a dinamização das empresas do sector do comércio, passa por uma modificação total na política que o governo está a seguir.

JMP – Eu voltava novamente a intervir para falar numa questão que me parece ter implicações muito graves ao nível do comércio.

Um dos objectivos que este governo, um dos objectivos da política económica deste governo, é o problema do déficie externo da balança de pagamentos. E para fazer face a isto ele toma várias medidasfundamentalmene de tipo monetário, como por exemplo, a desvalorização do escudo o que tem reflexos gravíssimos no nosso mercado interno. A que níveis? Por um lado ao nível dos produtos que importamos que são caríssimos, e que depois vão limitar a nossa capacidade de compra.

A própria política de contenção de salários, tectos salariais como aqui já foi referido, vai fazer com que o poder de compra dos trabalhadores, do povo em geral, seja efectivamente bastante baixo o que naturalmente tem reflexos ao nível das vendas. O comércio ressente-se com isto. Parece-me que é perfeitamente evidente que 75 e 76 foram os melhores anos depois do 24 de Abril, para o comércio. Qualquer comerciante seja qual fôr a sua cor política reconhece que de facto assim foi. Acho que isto é importante referir.

Parece-me que uma política que tenha essencialmente por objectivo a redução do déficie externo, não é uma política que sirva os interesses dos trabalhadores. O déficie externo é uma consequência da política dos capitalistas, é no fundo consequência do modelo económico que foi adoptado e não será com medidas restritivas, com base numa política recessiva que nós vamos resolver os problemas económicos e em particular os problemas dos trabalhadores do comércio e do comércio.

Para já é necessária uma política de salários que permita às pessoas repor o seu poder de compra. E também uma política que esteja mais virada para o aproveitamento das nossas capacidades, das nossas condições de produção interna, nomeadamente de produção agrícola, o que serviria melhor os interesses do povo em geral e em especial os dos trabalhadores do comércio.

JMP – O debate que nós aqui tivemos mostrou qual o grau de complexidade da actividade comercial do nosso país. Mostrou o fundamental dos seus erros, mostrou no fundamental como ele depende directamente do tipo de política que é seguido. E se nós tivessemos feito uma retrospectiva histórica dos períodos em que imperava o modelo fascista na sociedade portuguesa e no comércio em particular, veríamos o que o 25 de Abril fez. E constatamos neste momento qual o papel que a política dos últimos governos e particularmente do governo Mota Pinto tem tido no aumentar das dificuldades.

Os trabalhadores do comércio são uma força social importante, são uma força social que está empenhada em participar responsavelmente e progressista no desenvolvimento do seu país em todos os aspectos na base dos preceitos constitucionais que assumem como seus. É nessa medida, e nesse sentido que nós consideramos o Encontro Nacional dos Trabalhadores do Comércio uma realização de grande importância.

A partir de recolhas de dados que fizemos e dos debates que temos vindo a realizar durante todo o trabalho preparatório e das conclusões a que já estamos a chegar e que iremos melhorar durante o desenrolar do próprio Encontro, podemos afirmar-nos como uma voz autorizada sobre os problemas que afectam o sector de actividades em que estamos inseridos.

Os trabalhadores do comércio são um total de 180 mil a 190 mil. Os trabalhadores do comércio sindicalizados são 150 mil o que nos dá uma característica, que é ser ao nível da Europa Ocidental o país em que os trabalhadores do comércio tem uma taxa de sindicalização maior, e a grande distância dos nossos países vizinhos. Estamos organizados nos nossos sindicatos e através do Encontro vamos-no organizar ainda melhor. Assim hajam governos que escutem as nossas palavras, ou nós tentaremos obrigá-los a escutar-nos. Vamos certamente contribuir, como temos feito até aqui, através da responsabilidade da nossa actuação, para o melhoramento das condições de vida do povo português, para melhoramento duma actividade que é indispensável a toda a sociedade portuguesa, que é a distribuição dos produtos na qual nós estamos directamente empenhados, porque é dela que nós retiramos os nossos salários.

(Mesa-redonda conduzida por Manuel de Azevedo)

Devido a um lapso que lamentamos, saiu «gralhado» um dos títulos inseridos no suplemento «Mesa-Redonda» da última semana. A redacção correcta desse título é a seguinte:

«Em 60 países, nos quais vivem 3/4 da Humanidade, o aborto é legal. Noutros 30 países só é permitido em casos de perigo para a a mulher».